

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Divino Barcelos de Menezes

**A PARTICIPAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR INSTALADAS EM MINEIROS NO FOMENTO DE
CAPITAL SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL E
REGIONAL.**

Taubaté – SP

2014

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Divino Barcelos de Menezes

**A PARTICIPAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR INSTALADAS EM MINEIROS NO FOMENTO DE
CAPITAL SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL E
REGIONAL.**

Dissertação apresentada para obtenção do
Título de Mestre pelo Curso Pós-Graduação
strictu sensu em Administração (Mestrado em
Planejamento e Desenvolvimento Regional) do
Departamento de Pós-Graduação da
Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e
Desenvolvimento Regional

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Mônica Franchi
Carniello

Taubaté – SP

2014

DIVINO BARCELOS DE MENEZES

A PARTICIPAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR INSTALADAS EM MINEIROS NO FOMENTO DE CAPITAL SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL.

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre pelo Curso Pós-Graduação *strictu sensu* em Administração (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional) do Departamento de Pós-Graduação da Universidade de Taubaté.
Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional
Orientador: Prof.^a. Dr.^a. Mônica Franchi Carniello

Taubaté/SP: 01 de setembro de 2014.

Resultado: APROVADO

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Mônica Franchi Carniello

Universidade de Taubaté/SP

Assinatura.....

Prof. Dr. Adilson da Silva Mello

Universidade Federal de Itajubá/MG

Assinatura.....

Prof.^a. Dr.^a. Elvira Aparecida Simões de Araújo

Universidade de Taubaté/SP

Assinatura.....

À Leandro Ortiz, Dináh Barcellos.
Raul Barcelos e Jonas Leandro Garcia
Menezes (*in memorian*) eterna gratidão e
toda esta conquista.

A Jéssica Garcia de Menezes, pelos
revigorantes abraços e o brilho dos olhos
quando me aconchega em seus ternos
braços.

A Uélgina R. S. Barbosa, pelo
respeito, pela compreensão e pelo
incentivo durante minhas ausências
físicas.

À Maura, Mila, Zecão, Tina e Sávio,
meus fies companheiros e amigos acima
da consanguinidade.

AGRADECIMENTOS

À Prof^a. Dr^a. Mônica Franchi Carniello, pela franqueza, humildade, competência e habilidade acadêmica com que norteou nosso trabalho.

À Prof^a. Ms. Ita de Fátima Dias Silva, pela pertinente cobrança quanto nossa formação continuada.

À Prof^a. Esp. Uélgina Runey Silva Barbosa, por sua velada leitura e pertinentes sugestões em nossas análises.

À Prof^a. Esp. Zaira Oliveira Ribeiro Costa, por seu zelo, pela paciente leitura e pertinente revisão de Língua portuguesa deste texto.

Aos dirigentes locais das Instituições de Ensino Superior instaladas em Mineiros pela possibilidade da coleta de dados que sustentam nossa análise.

Ao Centro Universitário de Mineiros/GO, pelo financiamento parcial desta pesquisa.

À Universidade de Taubaté/SP, pela disponibilidade técnico-logística para realização desta pesquisa.

“[...] Num mundo habitado por santos, talvez os dilemas da ação coletiva não existissem, mas o altruísmo universal é uma premissa quixotesca para quaisquer ações ou teorias sociais. [...]”

Putnam (2006).

RESUMO

O presente estudo objetiva avaliar a participação das Instituições de Ensino Superior instaladas em Mineiros como organizações no fomento de capital social e o desenvolvimento local e regional, segundo gestores, e sua configuração como instrumento auxiliar na formulação das políticas públicas, frente às ações que promovam o bem coletivo. Neste sentido, esta pesquisa caracteriza-se como exploratória, quanto aos objetivos, de abordagem qualitativa, utilizando de análises bibliográficas e de informações coletadas através de entrevistas estruturadas a partir da adaptação de Roteiro para entrevistas, propostos para a mensuração de capital social, como base para compreender as configurações comuns do termo, e consequentemente a sua configuração contemporânea para o desenvolvimento local e regional. Posterior às análises conclui-se que a participação das IESs (alvo) fomentam o capital social estrutural ao passo que o cognitivo é insignificante reduzindo assim substancialmente sua participação nas políticas de desenvolvimento local em Mineiros/GO e regional.

PALAVRAS CHAVE: Instituição de Ensino Superior. Desenvolvimento Regional. Capital Social.

ABSTRACT

PARTICIPATION OF INSTITUTIONS OF HIGHER INSTALLED IN MINEIROS IN PROMOTION OF SOCIAL DEVELOPMENT AND LOCAL AND REGIONAL CAPITAL.

This study aims to evaluate the role of Higher Education Institutions in Mineiros installed as organizations in fostering social capital and local and regional development, according to managers, and its configuration as an aid in the formulation of public policies, in the face of actions that promote collective good. In this sense, this research is characterized as exploratory, as the objectives, qualitative approach, using bibliographic analysis and information collected through structured from the adaptation of questionnaire / interviews Roadmap for interviews, proposed for the measurement of social capital, as a basis for understanding the common configurations of the term, and hence its contemporary setting for local and regional development. Subsequent to the analysis it is concluded that the participation of HEIs (target) foster structural social capital while the cognitive is negligible reducing its stake in local development policies in Mineiros/GO so substantially and regional.

KEYWORDS: Institution of Higher Education, Regional Development, Social Capital.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 PROBLEMA.....	12
1.2 OBJETIVOS.....	13
1.2.1 Objetivo Geral	13
1.2.2 Objetivos Específicos	13
1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	14
1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	14
1.5 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO.....	15
2 REVISÃO DA LITERATURA	17
2.1 CAPITAL SOCIAL: ORIENTAÇÃO CONCEITUAL.....	17
2.2 DESENVOLVIMENTO: CONCEPÇÃO CONCEITUAL.....	37
2.3 ENSINO SUPERIOR: IDEIAS SOBRE A UNIVERSIDADE E SUA EXPANSÃO NO BRASIL.....	48
3 MÉTODO.....	61
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	63
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	64
3.3 INSTRUMENTO(S).....	64
3.4 PLANO PARA COLETA DE DADOS.....	66
3.5 PLANO PARA ANÁLISE DE DADOS.....	67
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	69
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS.....	87
APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	92

APÊNDICE B - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA CONCEDIDA PELA EC1.....	97
APÊNDICE C - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA CONCEDIDA PELA EC2.	102
APÊNDICE D - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA EC3.....	107
APÊNDICE E - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS EC4	114
APÊNDICE F - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA CONCEDIDA PELA EC5.....	125

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca contribuir para efetivação de contínuos debates que levem à compreensão do capital social como ferramenta conceitual para Desenvolvimento Local e Regional no e para o Município de Mineiros, Estado de Goiás.

A literatura contemporânea, a partir da segunda metade do século XX, indica que o conceito de desenvolvimento tem tomado rumos distanciados da condicionante econômica pura e simples. Assim sendo, passa a depender de uma série de variáveis que condicionam a uma espécie de ampliação do termo, para ideais condições de vida, como numa concepção de bem estar social, vivenciado no coletivo.

A abrangência do termo passa então a ser sustentado por um conjunto de conceitos multidisciplinares, que perpassam olhares culturais, políticos, econômicos e, conseqüentemente, sociais.

Embora apresente uma cronologia recente, do ponto de vista de sua vinculação teórico-metodológica, o termo capital social, exposto em sentido multidisciplinar, adquire grau acadêmico, a partir dos anos de 1980, quando aparece como expressão conceitual em diferentes áreas do conhecimento como a sociologia, a antropologia, a economia, a política, a administração, partindo de sua vinculação a conceitos originados nas teorias econômicas emergentes.

Autores como Bourdieu (1980), Coleman (1999), Putnam (2006), Abu-El-Haj (1999), Singer (2004), Higgins (2003), Fukuyama (1996), Sen (2000), Woolcok (1998), dentre outros, alertam a economistas e chefes de estados, por todo o globo, que o conceito de desenvolvimento ultrapassa o sentido econômico, e mais que isso, tem bases cravadas na cultura, nas políticas públicas que dizem respeito à saúde, à educação, ao lazer, ao esporte, enfim, às condições de vida de todos os agentes desse ou daquele grupo, sociedade, estado ou nação.

As sucessivas crises econômicas e seus conseqüentes marcos civilizatórios culminaram nas aberturas políticas e de mercados, condições aceleradas pelas mobilizações dos diferentes segmentos sociais, comumente de caráter reivindicatório, e passam a figurar como fonte mobilizadora das metodologias de intervenção do

Estado, como agente regulador de parâmetros multidisciplinar nas relações político sociais.

Nessas condicionantes, incorpora-se ao conjunto de ferramentas teóricas que tem contribuído para a emergente concepção de desenvolvimento, o Capital Social, que segundo Putnam (2006, p.180)

[...] normalmente constitui um bem público, ao contrário do capital convencional, que normalmente é um bem privado. [...] Assim como todos os bens públicos, o capital social costuma ser insuficientemente valorizado e suprido pelos agentes privados. [...].

Por outro lado, as neorrevoluções levaram inúmeras organizações civis e oficiais (estatais), a adotarem uma nova cultura, baseada no que se acordou como responsabilidade social, caracterizada pela implantação de ações sociais, numa perspectiva de aumento da produtividade.

O comprometimento da empresa, aliado ao índice de produção e a gestão administrativa, passa a estar relacionado a ações como as questões ambientais, de saúde preventiva de seus colaboradores, de seu envolvimento com proposições educativas, culturais, além do reconhecimento social, dentre outras.

Os agentes civis cujas ações coletivas, numa dimensão político social, buscam canalizar as novas demandas, como mecanismos de obtenção de uma legitimidade popular cuja dimensão faz frente aos processos de redistribuição de responsabilidades entre o Estado, a sociedade civil e os diferentes modelos de produção e de consumo, ou simplesmente, de mercado.

Essas ações demonstram, segundo Higgins (2003) que “[...] as relações sociais vêm sendo incorporadas como um fator decisivo na superação dos resultados contraditórios das macro políticas de desenvolvimento implementadas a nível mundial por instituições multilaterais.” (HIGGINS, 2003, p.13).

Assim, a partir dessa concepção de solidariedade, os agentes sociais, numa participação ativa, figuram como potencializadores das relações de cooperação entre os membros da sociedade, como auxílio metodológico para o desenvolvimento, numa presente articulação via capital social.

Considerando esta variável, a pesquisa proposta tem como predisposição, compreender o papel da participação das instituições de Ensino Superior instaladas em Mineiros para a promoção de capital social e o desenvolvimento local e regional,

que nas últimas duas décadas tem figurado como uma das novas fronteiras brasileira de agro industrialização.

Embora aceite-se a expansão das oportunidades de trabalho como um contraponto, reconhece-se, na mesma proporção, que as deficiências locais quanto a disposição de atender necessidades consideradas básicas, tem caracterizado importante vetor para a efetivação de políticas públicas que garantam qualidades de vida aos munícipes.

Assim, justificado pelo crescente interesse pelo desenvolvimento local e regional, compreendido como reordenação e adequação das condições de vida capaz de satisfazer as necessidades básicas do coletivo, identificar e compreender os respectivos papéis desempenhados por grupos e ou organizações minimamente sistematizados, possibilita uma análise do envolvimento das Instituições de Ensino Superior, instaladas no município de Mineiros, em ações que promova o capital social com envolvimento no fomento do desenvolvimento local e regional.

Consequentemente, a partir da compreensão dessas ações, inclui o grau de implicações na composição do capital social, reconhecendo esse, como uma das ferramentas para o desenvolvimento local e regional, que oportunize uma ação político-social emancipatória capaz de atenuar as desigualdades sociais locais e regionais.

1.1 PROBLEMA

A região territorial de Mineiros, compreendida pelos municípios circunvizinhos de Santa Rita do Araguaia, Portelândia, Perolândia e Chapadão do Céu, em Goiás, Costa Rica, em Mato Grosso do Sul e Alto Taquari e Alto Araguaia, em Mato Grosso, experimenta desde a última década do século XX, acelerado processo de agro industrial, cujas consequências fazem-se sentir no que tange a efetiva a vida em coletividade (utilização de bens e serviços públicos).

É certo que os diferentes organismos sociais constituídos firmaram-se como coparticipes dessa expansão, sem que de fato, efetivamente tomem assento às discussões que sustentaram a formulação das políticas que permitiram a instalação

de tal frente, o que tem fomentado permanente discurso, cujo teor tem buscado responder à questão basilar desta proposição: qual o papel das Instituições de Ensino Superior, instaladas na cidade, frente às ações que promovam o desenvolvimento e o acúmulo de capital social em Mineiros, Estado de Goiás e microrregião?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

- ✓ Avaliar a participação das Instituições de Ensino Superior no fomento de Capital Social em Mineiros e suas relações no desenvolvimento local e regional.

1.2.2 Objetivos Específicos

- ✓ Identificar as caracterizações das instituições de ensino superior instaladas em Mineiros, a partir das teorizações do desenvolvimento local e regional;
- ✓ Analisar a participação das instituições de ensino superior instaladas em Mineiros no desenvolvimento local e regional, a partir da concepção teórica do capital social como instrumento de fomento no desenvolvimento local e regional.
- ✓ Identificar a tipologia de capital social constituinte pela participação das instituições de ensino superior instaladas em Mineiros no fomento para o desenvolvimento local e regional.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O município de Mineiros, localizado no sudoeste goiano, com território de 8.896,304 Km², o que representa aproximadamente 2,5 % da extensão territorial do estado de Goiás, está situado geograficamente a uma altitude cuja variação oscila entre 700 a 1.100 metros, com uma hidrografia que alimenta as bacias do Pantanal e do Araguaia, com inúmeras nascentes, dentre essas o Rio Araguaia, Rio Verde, Rio Formoso e Rio Jacuba. (IBGE, 2012).

Distando 420 km de Goiânia-GO, 500 km de Cuiabá-MT e 550 km de Campo Grande-MS e 650 km de Brasília-DF, tem apresentando, nas duas últimas décadas, alto índice de crescimento, ocupando posição de destaque na região. (IBGE, 2012).

A economia é sustentada substancialmente pelo setor terciário, com um PIB municipal (2009), na ordem de R\$ 886,823 milhões (aproximadamente) e um PIB per capita (2009) R\$ 18.349,70, composto pela agropecuária, indústria, serviços e impostos, com predominância na agricultura (produção de grãos - plantio de soja, milho, algodão, feijão) (IBGE, 2012).

Neste sentido, e com tais características, o processo de industrialização do município Mineiros e região, desencadeado a partir dos anos de 1990, tem demonstrado a necessidade de compreender as motivações que sustentam as políticas públicas promotoras do desenvolvimento local e regional, e como se dão as diretrizes de sua elaboração.

Conseqüentemente, este estudo centra esforços para compreender como se dá a participação das instituições de ensino superior instaladas em Mineiros para a promoção de capital social e o desenvolvimento local e regional, cujo foco está numa população alvo de oito IESs, representadas pelos seus respectivos gestores locais.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A proposta de investigação sobre a participação das Instituições de Ensino Superior instaladas em Minas Gerais para a promoção de capital social e o desenvolvimento local e regional justifica-se como uma contribuição científica, pela atualidade do tema e conseqüentemente por sua contribuição para a sociedade.

Neste sentido, ao investigar a participação das Instituições de Ensino Superior instaladas em Minas Gerais para a promoção de capital social e o desenvolvimento local e regional, contribui-se para a reflexão que se deva dar a configuração multidisciplinar do capital social, na dimensão da economia e das conseqüências deste contexto para as organizações.

Por sua atualidade e resguardadas as limitações impostas por sua linha de tempo, pela recente atenção das comunidades científicas e os conseqüentes conflitos que o uso do termo capital social causa nas diversas áreas do conhecimento, da gestão e da vida social, em especial à ideia de desenvolvimento local e regional.

Assim, reconhece-se como uma temática relevante em se tratando de investigações que busque contribuir para a explicitação do que quer como desenvolvimento, na medida em que propõe discutir conceitos e estruturas de planejamento e, reconhecidas limitações, de previsibilidade econômica que impacte a sustentabilidade do bem estar coletivo contemporâneo e futuro.

Por fim, credita-se à presente proposição uma contribuição para compreender a participação das instituições de ensino superior instaladas em Minas Gerais para a promoção de capital social e o desenvolvimento local e regional, como parte estrutural de organismos que compõem o capital social, naquela sociedade.

1.5 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

O presente estudo está estruturado em duas fases, que juntas somam cinco capítulos descritos como:

- 1) Introdução: que se subdivide em cinco etapas, sendo,
 - 1.1 Problema;
 - 1.2 Objetivos;
 - 1.3 Delimitação do estudo;

- 1.4 Relevância do estudo, e
- 1.5 Organização da dissertação
- 2) Revisão da Literatura: subdividida em
 - 2.1 Capital Social: orientação conceitual;
 - 2.2 Desenvolvimento: concepção conceitual, e
 - 2.3 Ensino Superior: ideias sobre a Universidade e sua expansão no Brasil.
- 3) Método, em que se discute:
 - 3.1 Tipo de Pesquisa;
 - 3.2 População e amostra;
 - 3.3 Instrumentos de Coletas de Dados;
 - 3.4 Plano de Coleta de Dados, e
 - 3.5 Plano para análise dos Dados.
- 4) Resultados e discussão, onde se constitui os argumentos que sustentam as considerações finais deste estudo, e
- 5) Considerações Finais, em que argumenta-se a categorização do capital social observado, bem como a sua influência para a formulação de políticas públicas atreladas ao desenvolvimento de Mineiros/GO. e da região.

Na primeira, em que se inclui os Capítulos 1, 2 e 3 descreve-se a organização propriamente dita do estudos e centra-se a análise da literatura na perspectiva de compreender as principais frentes de discussão sobre o Capital Social, a partir das concepções defendidas por autores como Bourdieu (1980/2011), Coleman (1999), Putnam (2006), Abu-El-Haj (1999), Singer (2004), Higgins (2003), Fukuyama (1996), Sen (2000), Woolcok (1998), dentre outros.

Na segunda fase, sustentado pela compreensão das teorizações sobre o capital social e suas implicações no efetivo desenvolvimento local e regional, centra-se a reflexão sobre a participação das instituições de ensino superior instaladas em Mineiros para a promoção de capital social e o desenvolvimento local e regional, associada às argumentações coletadas durante as entrevistas, que ampara a elaboração da argumentação que responde a indagações que motivadora da presente investigação.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 CAPITAL SOCIAL: ORIENTAÇÃO CONCEITUAL

Estudos de Lazzari; Koehntopp; Schmidt (2009), sugerem que a escolarização superior tem figurado como uma disposição metodológica para fomento ao capital social e, desta forma, contribuído para a efetivação do desenvolvimento local e regional, e suas contribuições constituem autêntico e importante marco lícito, considerado por agentes públicos e ou não como condição de organização apropriada a disseminação de atitudes sociais fundamentais para a vida em coletividade.

Para Lazzari; Koehntopp; Schmidt (2009) fatos como a queda do Muro de Berlim (simbologia do estadismo em falência) e de Wall Street (falência do estado mínimo), alertam para o desafio de uma nova configuração de estado e conseqüentemente de suas instituições, frente suas relações às diferentes configurações da sociedade contemporânea.

Reconhecer como legítimo o movimento integrado de agentes sociais e políticos, dispostos a reverter o quadro do estadismo puro e simples, tem sido a tônica de muitas das organizações que sustentam a sociedade contemporânea, que há décadas das falências mencionadas e no epicentro da crise financeira internacional, veem-se diante da oportunidade e do desafio de reelaborar as concepções de um Estado centrado em novas relações, em que configure em primeiro as reais condições de vida de seus concidadãos.

Esses aspectos, sob olhar empírico, dão às universidades - organizações de ensino superior, de modo geral - estafes de segmento com maior grau estrutural dentre as organizações, que segundo Lazzari; Koehntopp; Schmidt (2009) constitui mecanismo auxiliar para a preparação dos indivíduos para

[...] a participação das comunidades na estruturação das instituições, a integração dessas instituições às comunidades regionais, as formas inovadoras de gestão, o impulso ao desenvolvimento regional – e diferenças, derivadas da trajetória de cada qual, dos laços com o poder público e com a sociedade civil. (LAZZARI; KOEHNTOPP; SCHMIDT 2009, p.10)

Neste sentido, sugere uma configuração das Instituições de Educação Superior (IES) como bases constituintes de agências de fomento ao Capital Social.

As análises preliminares em torno do termo capital social buscavam apenas explicações a acontecimentos restritos a determinados grupos e ou comunidades, portanto, sem pretensão e preocupações com investigações de caráter macrossociais.

Coleman (1999) entende o capital social como um recurso à disposição do coletivo e não do indivíduo, uma vez que seu principal objeto deriva do processo de interrelação entre os elementos, incluso nos macros grupos, portanto, dependente da ação do indivíduo para a produção do bem coletivo, fortalecendo a compreensão que o capital social não é uma única entidade,

[...] mas uma variedade de diferentes entidades, com dois elementos em comum: todas elas consistem de algum aspecto das estruturas sociais, e elas facilitam certas ações de certos atores – sejam eles pessoas ou atores em agregado – dentro da estrutura. Como outras formas de capital, o capital social é produtivo, tornando possível a consecução de certos fins que na sua ausência não seriam possíveis. Como o capital físico e o capital humano, o capital social não é totalmente tangível, mas pode ser específico para certas atividades, [...]. (COLEMAN, 1999, p.20).

Assim, Coleman (1999) se deixa influenciar pela perspectiva individualista como sustentação do coletivo e das escolhas racionais, numa suposta alusão de confronto entre a questão em si e a habilidade de relacionamento do indivíduo frente às expectativas de reciprocidade simultâneas.

Neste sentido, quando se refere aos comportamentos confiáveis entre os pares, acredita que tais condutas constituem elementos de aprimoramento para a vida em sociedade, aumento da harmonia social, a capacidade e o compromisso de obediência às normas - igualitárias, legais e culturais - contribuindo para a criação e desenvolvimento de acordos cooperativos em detrimento às posturas competitivas.

Segundo Castro (2009),

Coleman, parte da teoria das escolhas racionais, para a sua explicação do conceito de capital social, revelando que os actores sociais agem racionalmente para atingir os seus fins, procurando obter um máximo de resultados favoráveis, aos seus objectivos, com um mínimo custo. O seu conceito de capital social permite compreender como se dão as relações de confiança, que em sua opinião, são favoráveis à acção

colectiva organizada. Nos seus estudos, capital social, assumiria as seguintes formas: obrigações e expectativas, confiabilidade das estruturas, canais de informação e normas sociais.

Para James Coleman o capital social sofre depreciação se não for constantemente renovado. A criação, manutenção e destruição de capital social dependem de relações de confiança e proximidade.

Para explicar as razões que levam os actores sociais a praticarem “favores” a outros, Coleman indica que estes entendem, que, em princípio, os agora favorecidos, retribuirão. Basta esperar pela altura de serem os prestadores de favores a requerer a troca.

Colleman lembra, que na maior parte das vezes, esta troca exige pouco dispêndio de tempo, ou outro tipo de disponibilidades, mas, mesmo quando assim não é, e envolve, citando como exemplo, empréstimos de dinheiro, essa troca, não se deixa de efectuar.

Esta permuta de favores, baseada na perspectiva da igual disponibilidade das partes, para dar e receber, é a essência daquilo a que Coleman chama as normas de “reciprocidade”, que pressupõe obrigações e expectativas, canais de informação e confiabilidade, bases fundamentais para poder existir capital social. (CASTRO, 2009, p.s/p).

Ao passo que para a perspectiva macroestrutural putnamiana, o conceito de capital social ultrapassa a perspectiva individual e busca sustentar-se na concepção do desenvolvimento local e regional, desta feita sob o ponto de vista social.

Docente vinculado a cadeira de Políticas Públicas da Universidade de Harvard, Putnam, ao estudar as disparidades observadas no nível de desenvolvimento da Itália - entre o Norte e o Sul - segundo Castro (2009) conclui que “[...] suas diferentes características vão determinar resultados dissemelhantes ao nível social e económico.” (CASTRO, 2009, p.s/p.).

A partir dessas investigações, Putnam (2006) formula a base de seu conceito de capital social, no sentido de justificar os distintos níveis e resultados analisados quanto ao desenvolvimento do universo observado. Seus estudos apontam para a clara afirmativa que o capital social, se determina na capacidade de confiabilidade demonstrada, o que permite ações e atitudes colaborativas que vão se constituir como benefícios para toda a comunidade.

Aparentemente, o empobrecimento do comprometimento cívico da geração contemporânea para com os problemas da sociedade de sua época sugere que o aprimoramento de formas ou de condicionantes do isolamento individual, tem contribuído acentuadamente para descredenciamento da confiança entre os membros dos diferentes grupos sociais, das organizações e das instituições, independentemente de suas naturezas e concepções ideológicas.

Abu-El-Haj (1999) afirma que

A obra de Putnam, todavia, alertou para uma condição essencial facilitadora das iniciativas coletivas e do engajamento cívico – associativismo horizontal. É inegável que qualquer mobilização requisita um mínimo de coesão política. Naturalmente, as redes de cooperação e de confiança, as fontes principais do engajamento cívico, encontram um solo mais fértil sob condições horizontais do que sob a égide de hierarquias impostas e do dirigismo político. (ABU-EL-HAJ, 1999, p. 105).

Mediante as concepções defendidas por Putnam (2006), a confiança constitui importante indicador do capital social, senão o de maior importância, mesmo reconhecidas as dificuldades de mensuração e correlação desta.

Neste sentido, Abu-El-Haj (1999) observa que as organizações, a exemplo de sindicatos e partidos políticos, figuram como uma espécie de incubadoras de preparação cívica, sugerindo que fortalecê-las permite acautelar-se de possíveis déficits de capital social, alimentando a concepção de Putnam (2006) ao afirmar que

[...] Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança. A progressiva acumulação de capital social é uma das principais responsáveis pelos círculos virtuosos [...]. (PUTNAM, 2006, p. 180).

Para Abu-El-Haj (1999) “[...] A verticalização da política moderna nos partidos políticos oligárquicos e nos ritos institucionais formais aniquila o ativismo cívico. Crescentemente, a política perde seu sentido público e o cidadão comum se isola na sua vida privada.” (ABU-EL-HAJ, 1999, p. 105).

Assim, nos amplos e contemporâneos contextos, a confiança, que se estabelece por duas circunstâncias possíveis e conexas: a) pelas regras de reciprocidade e b) pelos sistemas de participação cívica, defendidas por Putnam (2006), configura importante ferramenta para uma espécie de mensuração do Desenvolvimento Local e Regional.

As investigações de Putnam (2006) sugerem que o capital social sobrepõe as necessidade de flexibilizar, inclusive nos locais de trabalho, ambientes favoráveis e conciliadores das necessidades profissionais, propriamente ditas, com as da família e da comunidade, permitindo caracterizá-los como locais em que se origina a existência de capital social.

Sob esse olhar, Fukuyama (1996) considera que apenas as condutas que levem ao atendimento de eventuais necessidades cujo o resultado maior seja o bem coletivo, de fato produzem capital social, valorizando desta forma a obediência às normas como condição para produção de capital social.

Claro que, incluindo confiança e obrigações de reciprocidade como elementos essenciais para essa composição, essas podem e devem ser partilhadas e disseminadas, conforme as necessidades dos diferentes grupos que compõem as sociedades, mesmo reconhecendo que tal associação não é um procedimento comum de e a todos os grupos.

Castro (2009) sob influências putiniana afirma que,

[...] os factores sócio-culturais, exemplificando com tradições cívicas, capital social e práticas corporativas desempenham um papel muito importante nas diferenças regionais. Sendo a tradição comunitária uma prática de excelência que faz emergir a fidelidade nos negócios. (CASTRO, 2009, p.s/p)

Observações sobre o empobrecimento do comprometimento cívico das atuais gerações para com e na sociedade contemporânea sugerem que o aprimoramento de formas e ou condicionantes do isolamento individual, em ascensão e como maior índice entre os mais jovens, tem contribuído para o descredenciamento da confiança entre os pares, mesmo em organizações como instituições de caridade, igrejas e famílias.

Segundo as concepções defendidas por Putnam (2006), a confiança constitui importante indicador do capital social, embora reconheça as dificuldades de mensuração e correlação dessa mensuração.

Neste sentido torna-se pertinente a afirmação de Putnam (2006), quando propõe que organizações como os sindicatos e partidos políticos, de fato representam uma espécie de incubadoras para a preparação cívica e que fortalecê-las representa uma ação preventiva quanto a possíveis déficits de capital social.

Para Putnam (2006) é o nível de confiança perceptível em comunidade, que revela o grau de probabilidades de existência de ações cooperativas entre os seus membros, admitindo inclusive que quanto mais intensas for as ações de cooperação maior será demonstrações de confiança, e certamente tais condicionantes impactam na acumulação de capital social, que por sua vez responderá pela sustentação dos ambientes alinhados por intencionalidades coletivas.

Entretanto Putnam (2006) alerta que a confiança necessária para fomentar a cooperação não é uma confiança cega. Tal confiança implica numa previsão do comportamento de um ator independente.

Em termos dos amplos e modernos contextos, a agora denominada *confiança social*, se estabelece por duas circunstâncias possíveis e conexas: a) pelas regras de reciprocidade e b) pelos sistemas de participação cívica. Sobre o que Putnam (2006) pondera

As regras sociais, segundo James Coleman, transferem do autor para outrem o direito de controlar uma ação, normalmente porque tal ação tem “externalidades”, isto é, consequências (positivas ou negativas) para outrem. As vezes podem ser captadas através de uma transação de mercado, mas isso raramente ocorre. Estabelecem-se regras quando uma “ação tem as mesmas externalidades para outrem, mas não se criam tão facilmente mercados para o direito de controlar a ação, e nenhum ator pode isoladamente efetuar com proveito uma transação para adquirir o direito de controle.” As regras são incutidas e sustentadas tanto por meio de condicionamento e socialização (por exemplo, educação cívica) quanto por meio de sanções. (PUTNAM 2006, p. 181)

Assim as considerações de Putnam (2006), ao se referir às diferentes necessidade que podem caracterizar os diferentes ambientes como locais em que se dá originariamente a existência de capital social, fortalecem as ideias de que de fato essa espécie de capital é inerente às relações cujas premissas se estabelecem nos ajustes que favoreça a cooperação com base para o bem coletivo.

Associando-se a Bourdieu (1980), Coleman (1999) e Putnam (2006), Fukuyama (1996), em estudos a respeito do capital social, afirma que este se revela de formas materiais que necessita de ajustes a ser desenvolvido.

Segundo Castro (2009), “Fukuyama considera que o capital social pode desempenhar um papel essencial na sociedade.” (CASTRO, 2009, p.s/p), centrando seus estudos no problema do voluntariado, considerando o capital social como base de sustentação para os processos de transição para as democracias estáveis na Europa ocidental.

Para Fukuyama (1996) apenas as condutas que atendam ao bem coletivo, de fato produzem capital social. Desta forma, a obediência às normas é condição para produção de capital social, atribuindo à confiança e obrigações de reciprocidade, status de elementos essenciais para essa composição, e que devem ser partilhadas

e disseminadas, segundo as necessidades dos diferentes seguimentos das sociedades.

Castro (2009) afirma que Fukuyama “Refere que as famílias são evidentemente um tipo de grupo que constitui fonte essencial de capital social, por todo o lado. Indica, porém, que o tipo de família difere de sociedade para sociedade.” (CASTRO, 2009, p.s/p).

Fukuyama (1996) recomenda atenção às proposições defendidas por Weber quando de suas recomendações para o encorajamento ao incremento da honestidade e da reciprocidade nos indivíduos ao conceituar relação social, por acreditar na impossibilidade de negar a existência de problemas como:

- a) de dimensão, como natureza influente na coesão do grupo;
- b) de determinação do grau de externalidades positivas, existente entre os membros do grupo, e
- c) as manifestações de intolerância e de violência contra aos estranhos ao grupo, como externalidades negativas.

Para Weber (1987) “O sentido de uma relação social pode ser determinado pelo consentimento mútuo. [...]” (WEBER, 1987, p.48), numa menção de que cada sujeito envolvido espera uma correspondência de lealdade do outro, numa defesa da ideia da existência de diferentes regularidades na ação social que notadamente implica em convívio lícito do indivíduo no grupo, como por exemplo “[...] a moda, ... a convenção e a lei, ... o costume, [...]” (WEBER, 1987, p.53-4).

Neste sentido segundo Weber (1987) “[...] a estabilidade de qualquer conduta, em termos de interesse próprio, reside no fato de que a pessoa que não “leva em consideração” os interesses dos outros provoca a hostilidade deles, [...]” (WEBER, 1987, p.54).

Em Weber (1987), tais concepções escoram nas proposições de que

[...] A relação social de sociedade, por outro lado, é o resultado de uma reconciliação e de um equilíbrio de interesses motivados por juízos racionais, quer de valores, quer de fins. Tipicamente, a sociedade pode, mas não precisa, fundamentar-se em um acordo racional a que se chegou por consentimento mútuo. Neste caso a ação racional será orientada por valores, ou seja, baseada na fé da validade compulsória da obrigação de aderir a ela, ou será orientada por fins, na expectativa da lealdade da outra parte. (WEBER, 1987, p.77).

Assim sendo, a ideia de comunidade em Weber (1987) tem base no que denominou de reconciliação de interesses competitivos, em que se amenizam apenas parte dos objetivos e metodologias de lutas.

Logo, é pertinente considerar que a ideia de capital social como ação coletiva facilitada pelas normas e redes de que trata o pensamento de Woolcok (1998), credenciando a sintonia como base para o que Fukuyama (1996) denominou de externalidades positivas, estão alinhadas às proposições defendidas por Weber (1987), que ao elaborar o conceito de relações sociais, argumenta que

Sobre a condição sob a qual as relações sociais – quer de comunidade, quer de sociedade – desenvolvem laços de solidariedade ou representação, pode afirmar-se o seguinte com algum grau de certeza: uma das condições mais decisivas é sem dúvida a extensão em que a ação do grupo tenha como fim o conflito violento ou a troca pacífica. [...]. (WEBER, 1987, p. 90).

A partir desta concepção é conexo considerar a proposição de Higgins (2003), ao afirmar que

[...] que a construção teórica do *Capital Social* é uma espécie de elipse com dois focos. Em primeiro lugar, algumas definições desvendam que existem assimetrias na obtenção de recursos através das redes de relação social, este pode ser chamado, provisoriamente, como foco *político*. Em segundo lugar, outras partem do pressuposto de que relações de troca *simétricas* permitem a obtenção de recursos presentes nas estruturas de relação social, o que poderíamos chamar de foco *utilitarista* ou *econômico*. Além das diferenças, as duas perspectivas são convergentes na idéia de que as relações sociais constituem um patrimônio “não visível”, mas altamente eficaz, a serviço dos sujeitos sociais, sejam estes individuais ou coletivos. Neste sentido, se as relações estão baseadas na reciprocidade e na expectativa de cumprimento mútuo – caso contrário haveria sanção social – os motores da ação coletiva serão a confiança e a cooperação. (HIGGINS, 2003, p.19)

Em defesa do foco político, o sociólogo Bourdieu (1980), primeiro a utilizar o termo capital social, em estudos publicados na segunda metade do século XX, o classifica em econômico, humano, cultural e social, preocupando-se primordialmente em explicar as formas, instrumentos e mecanismos de armazenagem e conversão.

Contrariando a preocupação básica da Teoria Econômica centra seu foco nos processos e procedimentos do capital econômico, representada quantitativamente pelo acúmulo de valores e pela institucionalização das garantias dos direitos de

propriedade, atendo as possibilidades de intercambiação e feitos da troca mercantil, onde, justificando a afirmação de Higgins (2003) ao explicar que enquanto “[...] os agentes econômicos procuram a maximização de seu interesse; as outras formas de troca, por não serem econômicas, ficam fora do campo de análise.” (HIGGINS, 2003, p.19).

Neste sentido e a fim de responder as necessidades emergentes de mecanismos capazes de indicarem instrumentos e metodologias convergentes para a caracterização de uma economia que se sustentasse na prática coletiva, Bourdieu (1980) considerando o capital, quanto conceito, uma notável fonte de poder, justificando a necessidade identificar igualmente o capital cultural e o capital social.

Assim Bourdieu (1980) conceitua capital social como sinônimo de algo natural em si tratando de recursos, reais ou potenciais, sustentados pelas redes de relações duradouras de familiaridades institucionalizadas. Essas relações constituem os instrumentos para obtenção, qualificação e quantificação desses recursos, ao passo que o capital cultural por não reconhecer o sistema educativo como reprodutor da estrutura social, afasta-se da teoria econômica do capital humano, conseqüentemente do cultural.

Higgins (2003) compreende que o capital cultural se manifesta no indivíduo pelo que chamou de *hábitus*,

[...] ao parecer, não aprofundou suas notas preliminares sobre *Capital Social*, sua proposta ficou em estado embrionário sem que se conheçam desenvolvimentos em sua produção intelectual posterior. Mas fica em pé sua contribuição para tentar superar a teoria do capital presa à dicotomia econômico-não-econômico, bem como seus aportes para esclarecer as relações entre cultura, redes sociais e poder. (HIGGINS, 2003, p.20).

Frente a necessidade de compreender a configuração conceitual do termo cultura, recorre-se às proposições de Lopes (1995) que o entende como uma consequência das permanentes transformações ocorridas comumente na história das sociedades, ao afirmar que

[...] que o caráter mediador da ciência não pode ser ampliado ao conjunto das práticas e reflexões de todos os segmentos sociais. Esta limitação permite pensar a cultura como uma expressão que a envolve, através das possibilidades de realização cotidianas

desencadeadas por seu caráter transformador, assentado nas metamorfoses operadas pelo trabalho humano. (LOPES, 1995, p. 21)

Para Lopes (1995) a tríade “[...] transformações, apropriações e interpretações [...]” (LOPES, 1995, p.23), inerente as realizações e relações humanas, constituem elemento determinante para o surgimento da cultura. Entretanto é pertinente reconhecer, segundo Lopes (1995), que o termo em si, não se limita, como a natureza humana, sem que credite à sua base um considerável número de variáveis.

Importa reconhecer, a partir desta concepção, que as alterações que projetam ou são projetadas em função das necessidades humanas para inserção (harmoniosa ou conflituosa) no ambiente natural e conseqüentemente para a construção, apropriação e desfrute a bem do coletivo, representam o que Lopes (1995) denominou de *intencionalidades*¹.

Essas intencionalidades formuladas a partir de um conjugado de variáveis, mesmo que não se apresentem com as determinantes metodológicas exigidas pelos ordenamentos estruturais das sociedades humanas, segundo Lopes (1995) configuram as ações do homem sobre e na natureza, sob três dimensões de relações (de necessidade, simbólicas e de prazer). Nestas dimensões assentam os esforços (físico e ou mental) de que precisam os homens para imprimirem as transformações intencionais que regem as sociedades.

Deste modo, segundo afirmação de Lopes (1995),

Em essência, este aspecto do caráter do homem, que é, no fundo, o que faz com que ele não seja somente natureza (ausência de intencionalidade), nem somente social (conduta regulada por normas sociais), é que lhe afirma uma posição de destaque no desenvolvimento do mundo. (LOPES, 1995, p.26).

Ainda que aceite a máxima de que é na variável econômica que se assenta a base das relações em coletividade, não se pode afirmar que é nela que esta firmada as diretrizes para a vida cultural dos indivíduos. Lopes (1995) afirma que “No plano simbólico, a expressão cultural prescinde da expressão econômica.” (LOPES, 1995, p.46).

¹ Grifo do autor

Neste sentido, é preciso reconhecer que concepção utilitarista defendida por Coleman (1999), para a compreensão epistemológica do conceito de capital social, que segundo Higgins (2003), consiste em

[...] comparar as perspectivas a partir das quais a sociologia e a economia entendem a ação social e o ator social. A primeira vê o ator enquanto socializado e a ação governada por normas sociais, regras e obrigações. Em sentido estrito, entende que a direção da ação é formada, constrangida e dirigida pelo contexto social; em sentido amplo, o ator social não pode ser entendido como uma máquina de ação, visto que não existem propósitos ou sentidos internalizados. A segunda vê o ator como um ser que procura metas, independentemente de que sejam atingidas; como alguém que atua com independência e cheio de interesses. Em sentido estrito, esta forma de atuação constitui-se em remédio às paixões próprias da religião e da identidade étnica, em sentido amplo, considera que as ações são moldadas, dirigidas e controladas pelo contexto social. Deste modo, uma tentativa de fazer síntese da dupla perspectiva da sociologia e da economia deverá entender o indivíduo como um agente com metas e interesses que atua dentro dos limites de seu entorno social. (HIGGINS, 2003, p.21).

Portanto, ajuizar o capital social nesta perspectiva, mesmo se em alguns aspectos aceitam-se possíveis semelhanças, deve importar o sentido produtivo que lhe é imputado a partir da ideia da possibilidade de se obter determinados benefícios ou fins.

Na teoria de Coleman (1999), a diferença do capital físico ou humano para o capital social se estabelece nas composições de relações entre agentes a partir dos próprios agentes, configurando-o condição específica e só tangível nas relações entre os membros daquele grupo, aproximando-se às mudanças nas crenças e opiniões destes.

Importa, em Coleman (1999), compreender que o capital físico é tangível, mensurável, estável, permitindo inclusive sua degradação, já o capital humano embora passível de degradação, tem índice de estabilidade maior que o primeiro, e para o capital social, presença direta nas relações sociais de mensuração possível, porém, dependente do contexto, embora não só admita como reconhece as variações e diferenças entre as organizações e estruturas sociais, a partir das necessidades distintas ou comuns que de fato mobilizam as interações como fontes alternativas de recursos.

Portanto, importa reconhecer que a sociedade contemporânea e seus modelos econômicos tem buscado compreender as práticas resultante desses modelos a partir da inserção e estreita associação às práticas sociais.

Essa é uma demonstração de que o termo traz o entendimento da participação cívica, com maior ou menor ênfase. O capital social aparece como variável explicativa ou como variável dependente para o desenvolvimento local e ou regional, o que permite compreendê-lo como condição em que se inclui alternativas que vão desde o enfrentamento das desigualdades materiais e estruturais à efetiva busca de promoção do que Higgins (2003) considera como “[...] à epidemiologia social de uma psicologia idealística do senso comum, [...].” (HIGGINS, 2003, p.194).

Neste contexto, a noção de capital social vincula-se ao nível de confiança e cooperação, abrigando considerável variedade de interpretações desde sua primeira utilização. No entanto, aproveitar as intuições defendidas por Bourdieu (1980) associada a ênfase instrumental dada por Coleman(1999), numa proposta de ampliação da escala social de Putnam (2006), como ponto de conceitualização de capital social, constituem ainda, uma espécie de base para as proposituras futuras.

Recomendações de Santos (2003) dão conta de que

O avanço deste tema depende, portanto, da tentativa de medi-lo nos mais diferentes contextos social (urbano, rural, indígena), cultural (países asiáticos, africanos, europeus e das Américas), demográfico (grandes países e pequenas comunidades), religioso (comunidades com alta diversidade de credo, comunidades com alta predominância de uma religião) etc. É preciso aprofundar nos estudos sobre os critérios de medição de capital social, uma vez que grande parte da dimensão cognitiva parece estar intimamente ligada com as especificidades e particularidades de cada contexto (assim como uma demonstração de confiança demais membros da comunidade poderia ser indicada pela propensão de empréstimo de dinheiro a um vizinho numa comunidade do estado da Califórnia, já numa comunidade pobre do sertão Cearense o empréstimo de grãos é um indicador muito mais fiel desta confiança). (SANTOS, 2003, p.78)

Não há como negar que de fato a construção de indicadores a serem usados como instrumentos universais, permitirá avaliar de forma continua o aumento ou a redução do acervo de capital social sob diferentes parâmetros e localidades.

As proposições defendidas por Santos (2003) alinham-se às ideias de Bourdieu (1980) quando este afirma que

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à *vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis. Essas ligações são irreduzíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o re-conhecimento dessa proximidade. O volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado. (BOURDIEU, 1980, p.1).

Reconhecendo que a história do termo Capital Social é academicamente recente e reconhecendo as múltiplas defesas e vinculação teórico-metodológicas, e que sua configuração no ambiente da academia que perpassaram e perpassam diferentes campos do saber, com considerável vinculação à teoria social associada às ciências econômicas, originalmente defendido por Bourdieu, permitindo reconhecer que contemporaneamente, é elemento essencial para a compreensão do termo desenvolvimento.

Concepção defendida por Neves; Pronko; Mendonça (2012) ao afirmarem que

[...] o capital pode ser considerado em sua forma econômica ('capital econômico') – quando o campo de sua aplicação for o das trocas mercantis, por exemplo, sem que isso implique desconhecer as formas culturais (capital cultural) ou sociais (capital social) de sua aplicação. (NEVES; PRONKO; MENDONÇA, 2012, p.s/p).

Neste aspecto Bourdieu (1998) assegura ainda que,

[...] acumulação de capital cultural desde a mais tenra infância – pressuposto de uma apropriação rápida e sem esforço de todo tipo de capacidades úteis – só ocorre sem demora ou perda de tempo, naquelas famílias possuidoras de um capital cultural tão sólido que fazem com que todo o período de socialização seja, ao mesmo tempo, acumulação. Por conseqüência, a transmissão do capital cultural é, sem dúvida, a mais dissimulada forma de transmissão hereditária de capital. (BOURDIEU, 1980, p.86).

Assim, o capital cultural, assume condição auxiliar fundamental à composição do capital social, na mesma proporção valorativa que o capital econômico, justificando

a consequente opção organizacional dos sistemas, independentes de suas vinculações ideológicas, independentes da ordem social preexistente.

Na concepção de Putnam (2006) o conceito de capital social, desde sua fase embrionária, condicionou-se a uma onda de reelaboração, que o relaciona à vida urbana, como Bourdieu (1980), adepto da teoria social, e por Coleman (1999), como fundamentação sobre contexto social da Educação.

Santos (2003) considera que o termo Capital Social como tantos outros, vivenciam contemporaneamente, franco incremento nos mais variados ambiente acadêmicos, conseqüentemente angariando defensores e opositores, ainda sem consenso sobre sua definição teórica, que o caracteriza como atraente campo para novas investigações, uma vez que quando Hanifan, educador norte americano, nos primeiros anos século XX, pela primeira vez o usou, o fez como a capacidade de articulação e grau de confiabilidade das organizações comunitárias, para o sucesso do processo de desenvolvimento da escolarização rural do Estado de West Virgínia.

Utilizando da mesma máxima, o Banco Mundial e a Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), na condição de instituições de fomento ao desenvolvimento aplicam o termo Capital Social como instrumento sistematizadores e subsidiários de uma criação, medição e relação entre o desenvolvimento econômico e redução da pobreza, sugeridos por Grootaert et al (2003).

Certa maneira pautado pelas concepções defendidas por Bourdieu (1980), Coleman (1999) e Putnam (2006), ao proporem um olhar multidirecional, frente as perspectivas conceituais de desenvolvimento, dentre as quais figurem o capital social como produto das redes de cooperação e convenção cívico-política, dentre outros fatores de ordem social e cultural que Milani (2003) considera “[...] reconhecidos por terem impacto no incremento qualitativo da comunicação entre os indivíduos e atores sociais, na produção de melhores formas de interação social e na relação dos dilemas e ação coletiva. (MILANI, 2003, p.1).

Tais posicionamentos notadamente reconhecidos por Higgins (2003), na teoria putiniana, ao importar o termo capital social como um tradutor do que o próprio Putnam (1996) chamou de comunidade cívica.

Tal defesa, conduz à dedução que as organizações sociais têm constituído em fontes geradoras de confiança e por consequência, um valioso instrumento facilitador da cooperação.

Para Higgins (2003), os estudos de Putnam, neste aspecto, sugerem uma releitura do que se tem entendido como desenvolvimento a partir de uma nova visão das relações entre o econômico e o social, de tal maneira que a teorização neotocqueviliana, atribuída a Putnam, a partir do pensamento de Durkheim, passe a ser indicativo de um sólido grau de confiabilidade e associativismo cívico acumulado, que se garanta enquanto ferramenta metodológica para a integração comunitária, evidentemente, opiniões como as que nutrem o pensamento weberiano, em que a preocupação fundamental é compreender as diferentes perspectivas do capital social.

Reconhece-se que as ideias de Putnam (2006), quanto à formulação de um conceito para o termo Capital Social, tem sustentação em primeiro plano nas proposições defendidas por Tocqueville, a partir da compreensão e valoração das normas e compromissos, como bases cívicas para as relações sociais como instrumentos políticos para aquisição de qualidade de vida em sociedade.

Neste aspecto, aceitar a ideia de que “[...] o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas.” (PUTNAM, 2006, p.177), não significa abandono à necessidade de inventariar o conceito de capital social, considerando-o inovador procedimento metodológico para compreensão de desenvolvimento enquanto processo que envolva gestores, instituições multilaterais, propositores e formuladores de políticas públicas, legitimando o que para Higgins (2003), é antes de tudo, “[...] sustentar as relações existentes entre comunidade cívica, desempenho institucional e desenvolvimento econômico.” (HIGGINS, 2003, p.115).

Considerações desta natureza corroboram para a teorização conceitual do termo Capital Social, cujas abordagens busquem na sociologia clássica (concepção de Durkheim), envolver o conceito funcional de integração social, que implica compreender a sociedade em si, o que para a concepção weberiana, é entendido como conceito de ação social, proposição ampliada pela ação comunicativa defendida por Habermas.

Tais posicionamentos demonstram que a quantificação de estudos sobre suas bases conceituais do capital social, tem evidenciado o quanto a temática merece atenção, cuidados e desprendimentos investigativos, a fim de formular uma estrutura teórica, que sustente um conceito capaz de satisfazer o mínimo das ansiedades e divergências, até então, identificadas.

A exemplo, Coleman (1999) entende o termo como um recurso à disposição do coletivo e não da pessoa, tendo como seu principal objeto de ocupação a interrelação entre os elementos, independente do grupo, no que tange a sua qualificação estrutural, espacial e ou temporal, portanto dependente da ação do indivíduo para a produção do bem coletivo, compreensível como entidades cujas consistências centram-se nos aspectos das estruturas sociais.

Imputada como uma perspectiva individualista, por considerar uma espécie de permanente conflito entre o coletivo e as escolhas racionais, valorizando a habilidade de relacionamento do indivíduo frente às expectativas de reciprocidade mediatizadas pelos comportamentos fiáveis. Tal crença vale da perspectiva que tais comportamentos configurem subsídios para a vida em uma sociedade, harmônica e amparada pela capacidade e pelo compromisso de obediência às normas, condição basilar para a efetivação do desenvolvimento de acordos cooperativos.

Assim, em Coleman (1999), as escolhas racionais, sustentam que o capital social, está na busca da satisfação de fins e de objetivos coletivos específicos, o que permite compreender que estão nas relações de confiança, o favorecimento destas ações.

Estudos como os de Putnam (2006), sugerem que a exaustão do comprometimento cívico das gerações, deste tempo, vêm demonstrando que as formas e as condicionantes, em ascensão, da individualização dos mais jovens, tem contribuindo acentuadamente para uma espécie de desconfiança velada entre os pares, nas organizações, independentemente de suas naturezas, como por exemplo a igreja e a família.

Em Putnam (2006), a confiança constitui fundamental indicador do capital social, ainda que, reconheça a escassez de instrumentos capazes de mensurações com os requintes exigidos pelas investigações acadêmicas, por isso organizações como os sindicatos e partidos políticos, têm se configurados como análogas incubadoras de preparação cívica, supondo que fortalecendo-as isenta-se de possíveis déficits de capital social, afirmando que tais instituições congregam em si já em sua estruturação indicativos de comportamentos pré-definidos que chamou de comportamento independente.

Putnam (2006), assegura ainda que a denominada *confiança social*², se estabelece sob duas condicionantes peculiares: a) pelas regras de reciprocidade e b) pelos sistemas de participação cívica, ao afirmar que as normas sociais defendidas por Coleman delega a agentes previamente definidos a responsabilidade legal do controle das externalidades como uma legítima condicionante de socialização que denominou de “[...] educação cívica, [...]”. (PUTNAM, 2006, p.181).

Deste modo, os estudos de Putnam (2006) permitem deduções as quais o capital social sobressai às necessidades como procedimentos individualizados.

Neste sentido e em associação a Bourdieu (1980), Coleman (1999) e Fukuyama (1996), sugere creditar ao capital social condição de se revelar de formas materiais e imateriais, de ajustes permanentes, a fim de figurar como instrumento essencial ao desenvolvimento social, como condição base para os processos de transição e reconfiguração do bem coletivo nos diferentes espaços.

Fukuyama (1996), na defesa de que o bem coletivo se sustenta fundamentalmente pelas condutas previamente estabelecidas, compreende que são tais ações que de fato produzem capital social, portanto a obediência às normas, a confiança e as obrigações de reciprocidade é condição primordial para produção e acúmulo de capital social.

Entretanto é pertinente considerar a existência de problemas como dimensão – influencia na coesão do grupo; grau de externalidades positivas – entre os membros do grupo, as manifestações de intolerância e de violência contra aos estranhos ao grupo, como externalidades negativas.

Deste modo, admitindo as proposições de Higgins (2003), quanto a ideia de que a teorização sobre o conceito de capital social, deve fundamentalmente considerar, por um lado que é peculiar das significações o que denominou de existências de assimetrias cuja pretensão e a satisfação das intencionalidades individuais como condicionante para a efetivação das estruturas das relações sociais (foco político), e por outro lado, partindo da pressuposição de que estão nas estruturas de relações, as probabilidades de se estabelecer as simetrias de cooperação cujo foco está na obtenção de recursos utilizáveis tanto no campo político (manutenção e satisfação das intencionalidades culturais e sociais), quanto econômico (manutenção e satisfação das intencionalidades utilitaristas).

² Grifo do autor

Utilizado nas leituras sociológicas de Bourdieu (1980), na segunda metade do século XX, o termo capital social compõe a classificação dada ao conceito de capital, numa espécie de subdivisão em econômico, cultural e social, para explicar as formas, instrumentos e mecanismos de armazenagem e conversão deste em bem coletivo.

Se as Teorias Econômicas centram foco nos processos e ou procedimentos que expliquem o capital econômico como quantificação dos valores e institucionalização das garantias dos direitos de propriedade, regulando as possibilidades de intercambiação aos feitos da troca mercantil, onde, segundo Higgins (2003) “[...] os agentes econômicos procuram a maximização de seu interesse; as outras formas de troca, por não serem econômicas, ficam fora do campo de análise.” (HIGGINS, 2003, p.19), a prática coletiva cuja premissa está no capital cultural, componente do capital social, configura considerável fonte de poder.

Para Bourdieu (1980), o capital social é sinônimo de algo natural enquanto recursos, reais ou potenciais, nutridos pelas redes de relações duradouras de familiaridades institucionalizadas.

Nestes aspectos, reconhece-se que os diferentes graus de maturação e as relações assim vivenciadas, constituem indispensáveis instrumentos para obtenção, qualificação e quantificação dos recursos, mesmo considerado que o capital cultural não reconhece os sistemas educativos regulados como reprodutores da macro estrutura social, afastando assim a teoria econômica do capital humano.

Higgins (2003) considera que em Bourdieu (1980), a teorização sobre a configuração do capital social recebe considerável contribuição no sentido de extrapolar a dicotomia econômico-não-econômico, constituindo relevantes aportes para a compreensão das relações entre cultura, redes sociais e poder.

Portanto, aceitar o utilitarismo de Coleman (1999), é condicional relevante para compreender o capital social como instrumento auxiliar para os discurso contemporâneos que dizem respeito a inserção do indivíduo como elemento, cuja participação se sustenta na base reguladoras das estruturas sociais.

O ponto de partida da defesa de Coleman (1999), segundo análise de Higgins (2003), está em comparar as perspectivas da sociologia e da economia, na busca de compreenderem tanto ação social quanto o ator social, como procedimentos de uma relação regida por regulamentos sociais determinantes para o conhecimento e reconhecimento das intencionalidades e conseqüentes e obrigações.

Nisto compreende-se que o direcionamento desta relação e conseqüentemente da ação é constituída e apontada segundo a conjuntura social, permitindo o entendimento de que o ator social, pela inexistência de proposituras internalizadas, não possa ser considerado com sinônimo de ferramenta de ação em si mesmo.

Para Higgins (2003), essa condição que indica a visão do ator, desta feita como um indivíduo que busca satisfazer metas, embora cheio de interesses, com independência, vinculando a essa, as ações afeiçoadas, direcionadas e ajuizadas pelo contexto social. Deste modo, dentre as inúmeros ensaios de sínteses desta dupla perspectiva (da sociologia e da economia) imputa ao entendimento de o indivíduo deve figurar como alguém que age sob metas e interesses, porém o faz nos limites de seu contexto social.

Logo, ajuizar o capital social nesta perspectiva, sem desprezar o sentido produtivo que lhe é imputado, a partir da ideia de se obter fins determinados, deve segundo Coleman (1999), estabelecer redes de relações entre agentes a partir dos próprios agentes, como condição específica e só tangível entre membros do mesmo grupo.

Assim, em Coleman (1999), o capital físico tangível, mensurável e estável, que se configura como condição passível de degradação, difere substancialmente do que denominou de capital humano, que similarmente degradável apresenta uma estabilidade com índice de durabilidade maior, e do capital social, cuja configuração se dá pela confiabilidade, presença direta nas relações sociais sujeita de possível mensuração a partir do reconhecimento de sua dependência do contexto.

Para Uphoff (2000), sob uma nova análise, compreender capital social como termo em que se leve em conta as dimensões humanas de desenvolvimento, amparado por fatores como valores, normas, cultura, motivação, solidariedade entre outros, mesmo não produzindo respostas conclusivas, tem-se um indicativo de envolver ao termo a condição de fenômeno complexo, cuja amplitude deva suportar os elementos constituintes como suas conexões e as conseqüências dessas interações.

Perspectiva que adota a abstração e abrangência do termo, porém sem abandonar as distinções pertinentes à sua aplicabilidade teórico-prático que segundo Uphoff (2000), permite melhor entender sua utilidade e conseqüentemente distingui-

lo a partir do que denomina como duas “[...] interrelated categories of phenomena: (a) structural, and (b) cognitive. [...]”³ (UPHOFF, 2000, p.18).

Para Uphoff (2000), enquanto a primeira categoria diz respeito previsibilidade de cooperação e conseqüentemente de benefícios já vinculados a padrões de interação já estabelecido, as ideias vinculadas a segunda categoria, dizem respeito as predisposições dos agentes e atores sociais em garantir com maior previsibilidade a colaboração a partir da racionalização do comportamento cooperativo.

A categoria estrutural segundo Uphoff (2000) diz respeito fundamentalmente aos documentos constitutivos da organização, as normas, as características e ao procedimentos e especificamente as distinções das ações que de fato as beneficiarão, enquanto resultados do capital social, distinguindo da categoria cognitiva, advém dos processos de origem do intelecto influenciado cuja sustentação é reforçada pelas questões culturais e ideológicas.

Assim Uphoff (2000), distingue as duas categorias como

The structural category is associated with various forms of social organization, particularly roles, rules, precedents and procedures as well as a wide variety of networks that contribute to cooperation, and specifically to mutually beneficial collective action (MBCA), which is the stream of benefits that results from social capital.

The cognitive category derives from mental processes and resulting ideas, reinforced by culture and ideology, specifically norms, values, attitudes, and beliefs that contribute cooperative behavior and MBCA. (UPHOFF, 2000, p. 218).⁴

Para Uphoff (2000), o capital social estrutural apresenta bens extrínsecos e notáveis a categoria cognitiva não os apresentam, embora na vida coletiva prática estejam fortemente ligados através de acontecimentos subjetivos implicando nas expectativas comportamentais.

Mesmo que, as mutações e as necessidades da sociedade, associadas às interferências das comunidades acadêmicas, tenham sido reconhecidamente

³ Categorias interacionadas de fenômenos: (a) estruturais, e (b) cognitivas. (Tradução nossa).

⁴ A categoria estrutural está associada as várias formas de organização social, particularmente os papéis, regras, precedentes e os procedimentos, bem como um ampla variedade de redes que contribuem para cooperação e, especificamente a ação coletiva mutuamente benéfica (MBCA), que é o fluxo de benefícios que resultam de o capital social.

A categoria cognitiva derivadas dos processos mentais e das ideias resultantes destes, reforçada pela cultura e ideologia, especificamente as normas, os valores, as atitudes e as crenças que contribuem comportamento cooperativo e MBCA. (Tradução nossa).

insuficientes para constituição de consenso a respeito do conceito de capital, permitiu que se visualize diferentes diretrizes para efetiva ordenação do termo.

2.2 DESENVOLVIMENTO: CONCEPÇÃO CONCEITUAL

A sociedade contemporânea em função de suas necessidades estabelecidas para a vida em coletividade em permanente alteração, tem se ocupado de reflexões continuadas sobre a significância dos termos que constituem significados em função da sociedade, em seus diferentes espaços.

Dentre os que têm constituído objeto de contínuos estudos, desenvolvimento tem se configurado como matéria primária das Ciências Sociais Aplicadas, mediatizado pela intencionalidade de representar as ações, processos e procedimentos para transformações e ou reordenações de espaços e comportamentos condicionantes de bem-estar coletivo.

Sustentado por uma transdisciplinaridade que atua como de elos de ligações das rupturas entre teorias e práticas, segundo Amaro (2004) “Nestes últimos 60 anos, e em particular nos últimos 30 anos, o conceito conheceu várias versões, tornando-se mais complexo e menos linear na sua concepção e aplicação. [...]” (AMARO, 2004, p.37).

É pertinente reconhecer que, tal complexidade tem sido permanentemente alargada pela contribuição teórica de saber oriundos de disciplinas diversas somadas à dualidade teoria-prática, implicando numa multiplicidade de desafios, estratégias e métodos de intervenção.

Esse entendimento evoluiu na mesma proporção em que os desafios da sociedade contemporânea se multiplicaram e multiplicam, oportunizando possibilidades reais para “[...] novas formulações e desafios e motivo de renovado interesse.” (AMARO, 2004, p.37).

Amaro (2004) numa perspectiva de delinear uma síntese histórica do termo, opta por organizar metodologicamente seu discurso em nove pontos, que considera sustentadores de uma espécie de evolução conceitual da ideia de desenvolvimento, conforme sinopse demonstrada no Quadro abaixo.

QUADRO DE INCURSÕES HISTÓRICAS DO TERMO DESENVOLVIMENTO SEGUNDO ANÁLISE DO PENSAMENTO DE AMARO (2004)	
PERCURSOS	CARACTERIZAÇÕES
O nascimento no Pós-Guerra	Considerada senso comum visto a sua vinculação a desafios como: <ul style="list-style-type: none"> • reconstrução europeia e retro-ordenação com vistas a retomada do progresso e conseqüentemente da produção de riquezas; • exigências Lestes-Oeste (guerra fria), aceleração e acúmulo da produtividade bélica (altos investimentos em inovação tecnológica e reservas ideológicas de socialização); • novo paradigma da Ciência Econômica (Keynesianismo), princípio da regulação via intervenção do Estado como função de garantir o bem-estar em sociedade, em contraponto à escola marginalista neoclássica); • o idealismo a favor da paz e do progresso entre os povos (compromissos da ONU);
Conhecimento como conceito eurocentrado	Tomando como células originárias as experiências dos países europeus considerados desenvolvidos segundo ideários das sociedades industriais de matrizes judaico-cristã (Revolução Industrial e Revolução Francesa, Independência Norte Americana), sob duas perspectivas: <ul style="list-style-type: none"> • materiais e objetivas de vida e de produção, (revolução Agrícola, Revolução Comercial, revolução dos Transportes, Revolução da Comunicação e revolução Tecnológica); • alterações radicais nos valores e condições subjetivas de vida (Revolução Cultural e Filosófica, Revolução Religiosa, Revolução Científica-Galileu e Issac Newton; Revolução Política, todas à Revolução Francesa.
Desenvolvimento e crescimento econômico	Em princípio referiu-se como aumento nos níveis de vida das pessoas vulgares evoluindo-se para melhoria sustentada e secular no bem estar material (bens e serviços).
Desenvolvimento desumano e injustiças	Caracterizado pelos inúmeros contrastes, dentre: <ul style="list-style-type: none"> • acentuado aumento da produção e do consumo de bens e serviços-melhoria do bem-estar coletivo • produtividade eficiente e elevados níveis; • acentuado acréscimo nos níveis de escolarização e conseqüente redução do analfabetismo; • melhorias na qualidade de saúde, redução dos índices de mortalidade infantil em contraponto ao aumento dos índices de natalidade; • expansionismo nos domínios científicos; • produção associado ao conforto conseqüenciados pelos inovações tecnológicas
Transição dos anos 1960 para os anos de 1970	Intensas buscas de novas conceptualizações e estratégias, a partir: <ul style="list-style-type: none"> • Sentimento de frustração (ausência de ajuda prometida rico para pobres); • reformulação de promessas de ajuda frustradas no período anterior; • conseqüências das crises petrolíferos e dívidas externas (FMI, Banco Mundial); • mal-estar-social entre estados e as novas formas de pobreza; • origem e emergência da consciência ambiental (conferência de Estocolmo);
Novos caminhos e desafios do desenvolvimento	Dividido em dois grupos fundamentais: <ul style="list-style-type: none"> • os cientificamente fundamentados – com suporte bibliográfico e crivo acadêmico; • os de reconhecimento institucional pós fronteiras (Organização das Nações Unidas; Banco Mundial; Fundo Monetário Internacional dentre outros). <p>originário de novos termos cronologicamente a saber: Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Local; Desenvolvimento Participativo; Desenvolvimento Humano; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Integrado.</p>
Desafios do Milênio.	Numa espécie de pacto das nações se propõe a: <ul style="list-style-type: none"> • Erradicar a pobreza extrema e fome;

	<ul style="list-style-type: none"> • Alcançar o ensino básico universal; • Promover a igualdade do gênero e dar poder às mulheres; • Melhorar a saúde materna; • Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças; • Assegurar a sustentabilidade ambiental; • Promover parceria mundial para o desenvolvimento.
Conceito renovado ou a abandonar	Escola pós-desenvolvimento-fim da abordagem mecanicista, reducionista, desumana e binária.
Desenvolvimento, Ciência e Ação	Nova forma de produzir e organizar o conhecimento científico-permanente investigação.

Quadro 1 – Síntese da evolução conceitual do termo Desenvolvimento

Fonte: Adaptado por Menezes (2013, s/p)

Neste sentido, comunga-se com a afirmação de Bava (2013) de que toda relação entre humanos, em si mesma, porta e produz técnicas que evoluem, diversificam e acumulam-se conforme a própria existência, sendo que “[...] As técnicas oferecem respostas à vontade de evolução dos homens e, definidas pelas possibilidades que criam, são marcas de cada período da história.” (SANTOS, 2000, p.62-3).

Reconhecer a importância das articulações que ocorrem a bem dessas relações, conforme recomenda Santos (2000), dão conta que iniciativas em que agentes, tanto público quanto privado, quando em atuação como cooperados e cooperadores, acabam por estabelecerem novas metodologias, procedimentos e instrumentos para o enfrentamentos das deficiências detectadas nos processos e durante os processos de distribuição de bens e serviços a coletividade.

Do mesmo modo, é pertinente reconhecer o termo capital Social, como matéria multidisciplinar, de aberto trânsito nas múltiplas discussões que permeiam sistemas, procedimentos e métodos investigativos de que se ocupam as diferentes ciências, no que diz respeito a economia, modelos e processos de produção, consumo e métodos de distribuição de riquezas, bens e serviços coletivamente produzidos, conforme analisa Santos (2000).

Neste sentido, Singer (2004) propõe como uma formulação conceitual para o termo desenvolvimento a ideia de que este é,

[...] um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se

encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma. (SINGER, 2004, p.1).

A partir desta ideia, admite-se que as forças produtivas, passam a figurarem como o ponto de partida para apreender o termo desenvolvimento como uma condicionante da concepção inerente ao modelo capitalista de estado hegemônico, cujo patamar ultrapassa as especificidades momentâneas.

Essa constante metamorfose, tem se sustentado desde as revoluções tecnológicas contínuas às contendas dos mercados determinados e determinantes das estruturações políticas dos povos em permanente vaivém em função do acúmulo de capital, conforme sustenta Singer (2004) no discurso de que

O desenvolvimento almejado deve gradativamente tornar a relação de forças entre empreendimentos que não visam apenas nem principalmente lucros e os que sim o fazem, mais favorável aos primeiros. Se e quando a economia solidária, formada por empreendimentos individuais e familiares associados e por empreendimentos autogestionários, for hegemônica, o sentido do progresso tecnológico será outro, pois deixará de ser produto da competição intercapitalista para visar a satisfação de necessidades consideradas prioritárias pela maioria. (SINGER, 2004, p.1).

Tais controvérsias em Singer (2004), não se dão apenas no campo dos valores, mas apreendem às esferas das confianças e das hipóteses probabilísticas, objeto de análises imputadas à formulação do conhecimento científico, tanto do ponto de vista ambiental (animal e ou vegetal), político, econômico, cultural e social, que segundo sua natureza, exerce pressão de acordo aos interesses de sua configuração contextual.

Consequentemente é a partir da configuração social em que se estabelece o termo que se reconhece a valoração atribuída a competição versus a cooperação como controvérsia determinante, quais resultados passa a configurarem comportamentos aspiráveis para o novo desenho da humanidade, constituindo o núcleo ideológico das intensas lutas da sociedade contemporânea, cujo desejo é o estabelecimento de práticas competitivas, contudo cooperativas.

Bava (2013), ao reconhecer que está nas relações humanas, o ambiente de reprodução das condições ideais para a vivência em coletividade, admite que a

produção das riquezas (acúmulo de capital financeiro), acaba por transbordar-se para a lógica de organização da sociedade e das relações sociais.

Para o autor

As técnicas e metodologias utilizadas por esse modelo de desenvolvimento submetem as sociedades – e seus cidadãos e cidadãs – a uma combinação perversa da aceleração do processo de acumulação de capital com o aumento do desemprego, da pobreza, da desigualdade, da exclusão social, com a exploração e a degradação sem limites dos recursos ambientais. (BAVA, 2013, p.103-4).

No entanto, mesmo nessa configuração de poder hegemônico, cujo alcance perpassa o campo econômico, conglomerando a esse o social, o político e o cultural, fixando valores e estabelecendo parâmetros às sociedades, numa configuração do modelo transnacional de estado, os denominados agentes do mercado produz em seu contraditório, explícitos nas manifestações de resistência, os quais conformam que os movimentos sociais e políticos revelam anseios novos como processo natural da evolução da humanidade.

Para Bava (2013), estes novos desejos justificam-se na busca permanente dos homens, por uma economia que esteja a serviço imutável da sociedade, cujo desenvolvimento signifique a construção de alternativas de organização da coletividade, ideologicamente amparadas pelos princípios da solidariedade, da participação equitativa, reconhecimento e respeito aos direitos individuais e coletivos como princípio fundamental à sobrevivência da espécie humana.

A sociedade contemporânea empiricamente tem demonstrado em suas atitudes transnacionais, descontentamentos de caráter coletivistas, denominados por Bava (2013) como “[...] altermundialista, [...]” (BAVA, 2013, p.104), cuja propositura esta na existência de possibilidades de reconstrução social para o planeta.

A base para a efetivação de tal intencionalidade dar-se-á a partir da criação de novas técnicas e implementação de procedimentos metodológicos em cujo núcleo estejam alicerçadas as bases para a construção de paradigmas capazes de responder às exigências individual e coletivas das sociedades deste tempo.

Neste sentido Bava (2013) afirma que a primordial característica dos movimentos contra hegemônicos, está na origem (a sociedade como conjunto) e no

alvo desses (a esfera política), portanto, do local para o nacional e do nacional para o global.

Para Furtado (1974) o desenvolvimento é também um mito e por razões de ordem física, é impossível estender os padrões dos mais desenvolvidos aos menos desenvolvidos, por tanto, em se tratando de economia “[...] simplesmente irrealizável.” (FURTADO, 1974, p.75).

Os membros do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), a partir das ideias de Marx, de Schumpeter, e do estruturalismo latino-americano de Prebisch e de Furtado, segundo análise de Bresser-Pereira (2004), apreenderam o termo desenvolvimento como sendo “[...] um processo de acumulação de capital e de incorporação de progresso técnico através do qual a renda por habitante, ou, mais precisamente, os padrões de vida da população aumentam de forma sustentada.” (BRESSER-PEREIRA, 2004, p.11-2).

O estado brasileiro, numa contextualização histórica e política, associado a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina), sob juízo de Bresser-Pereira (2004), aceita como sinônimo de desenvolvimento o processo de industrialização, que por sua vez era configurado como “[...] o processo através do qual o país realizava sua revolução capitalista.” (BRESSER-PEREIRA, 2004, p.12).

Na base do pensamento do ISEB, segundo Bresser-Pereira (2004), reconhece-se que na ideologia marxista, que sustentou parte de suas defesas, o desenvolvimento estabelece-se na integração da tríade econômico-social-político, supostamente contrariando os ideais de Schumpeter ao defender que este se dá a partir de seus agentes (os empresários), que de fato, representam as transformações estruturais, tanto do ponto de vista econômico como do ponto de vista social.

Para Bresser-Pereira (2004)

[...] todo esse processo só fazia sentido nos quadros econômicos da revolução capitalista e nos políticos da formação de um estado-nação moderno: o desenvolvimento acontecia em um mercado capitalista definido e regulado pelo Estado. (BRESSER-PEREIRA 2004, p.12).

Em contraponto ao termo desenvolvimento como sinônimo de acúmulo de capital, Sen (2000) afirma que

[...] É tão importante reconhecer o papel crucial da riqueza na determinação de nossas condições e qualidade de vida quanto

entender a natureza restrita e dependente dessa relação. Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas a renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele. (SEN, 2000, p.28).

Para Sen (2000) os fins e meios do desenvolvimento devem nutrir uma análise cujo teor ultrapasse a maximização de rendas e riquezas, devendo sobretudo relacionar-se a melhoria das condições de vida e das liberdades dos indivíduos, enquanto participe e agente/ator das relações humanas em sociedade.

Os fins e os meios do desenvolvimento, segundo Sen (2000),

[...] exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda. A perspectiva de que a liberdade é central em relação aos fins e ao meios do desenvolvimento merece toda a nossa atenção. (SEN, 2000, p.71).

O conceito de desenvolvimento, neste sentido é entendido como uma opção, tanto em termos de valores cuja concretização vincula-se à evolução do conhecimento, quanto em termos de estratégias em que, fundamentam-se as proposições, que passam a exigir reformulação dos objetivos de atitudes, sem distanciar dos valores desejados coletivamente.

Sen (2000) considera como condição essencial para o desenvolvimento, a razão avaliatória que permite verificação do aumento ou não das liberdades das pessoas e por outro lado, a razão da eficácia cujo foco está no reconhecimento de dependência desse mesmo desenvolvimento, como livre condição dos agentes envolvidos.

No entanto, o pensamento seniano, reconhece que o elo entre a liberdade individual e a realização de desenvolvimento social, ultrapassa a relação essencial, considerando que as realizações individuais são substancialmente influenciadas pela participação como agente ativo na economia, na política, na cultura, e nas diferentes esferas de poderes sociais.

Para Sen (2000),

As liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais. Além de reconhecer, fundamentalmente, a importância avaliatória da liberdade, precisamos entender a notável relação empírica que vincula, umas às outras, liberdades diferentes. Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar gerar a abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais. Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras. (SEN, 2000, p. 25-6).

Ao propor uma análise do papel do desenvolvimento em contraposição ao viés econômico (crescimento do Produto Interno Bruto, rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social), Sen (2000), embora considere que tais fatores de fato contribuem diretamente para a expansão de liberdades, o crescimento econômico não se reduz o fim em si mesmo

Nesta concepção o desenvolvimento relaciona sobretudo com a melhoria das condições de vida dos indivíduos em coletividade, fortalecendo inclusive suas liberdades, mesmo reconhecendo a dependência de outras variáveis, desta forma expandindo as possibilidades promotoras do processo de ampliação conceitual do termo.

Para Sen (2000), além do modelo industrial de produção, da expansão e inovação tecnológica e da permanente modernização social, os arranjos sociais e econômicos (serviços como educação e saúde), e os direitos civis (a exemplo da liberdade política), são considerados modelo de fatores de promoção de liberdades substantivas.

Considerar que o êxito social de determinada coletividade deve ser avaliado, sob as perspectivas teóricas do Desenvolvimento como Liberdade, baseado nas liberdades substantivas que indivíduos desfrutam, torna-se condição para aceitar o fato de que avaliação do êxito difere dos moldes cujo foco não é estabelecido por e em variáveis como produção de riquezas econômicas.

Sen (2000), considera que “O que as pessoas conseguem realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e

por condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas.” (SEN, 2010, p.18).

Por conseguinte, importa observar que essas liberdades procedentes dos arranjos institucionais, segundo Sen (2000), influenciado por atos livres dos próprios agentes, o que lhes garante a participação (direta ou indireta) das escolhas coletivas e das decisões públicas que oportunizam o progresso dessas e nessas oportunidades, lhes possibilitando ampliar suas próprias liberdades, segundo seus interesses.

Neste sentido, as liberdades constitutivas, como a liberdade de participação política, de receber bens coletivos como educação básica e assistência médica, não apenas contribuem para o desenvolvimento, mas também são cruciais para o fortalecimento e expansão das próprias liberdades constitutivas.

Assim, limitar qualquer que seja uma espécie de liberdade, arroga privação de outras (quer seja no campo social ou no campo política), em encadeamento, tornando o processo uma sequência de influências recíprocas e interligadas.

Neste sentido, as liberdades instrumentais, defendidas por Sen (2000), apresentam capacidade de figurarem como elo de ligação de uma série de outras, cooperando substancialmente com a ampliação e o fortalecimento da liberdade humana de modo geral (liberdades políticas, econômicas, sociais, garantias de transparência e segurança protetora).

Para Sen (2000) o desenvolvimento é atrelado a ampliação das habilidades pessoais em conviverem sob o padrão de vida desejados, com possibilidades de ampliação por políticas públicas, a medida em que seus gestores são influenciados pela capacidade de participação de cada indivíduo a favor do todo.

É preciso considerar ainda o importante papel que desempenham o mercado global para o processo de desenvolvimento, tendo em vista suas implicações para crescimento econômico, contudo Sen (2000) afirma que limitar a contribuição do mercado apenas a neste sentido é como restringir possibilidades, uma vez que

[...] liberdade de troca e transação é ela própria uma parte essencial das liberdades básicas que as pessoas têm razão para valorizar. [...]. A contribuição do mecanismo de mercado para o crescimento econômico é obviamente importante, mas vem depois do reconhecimento da importância direta da liberdade de troca – de palavras, bens, presentes. (SEN, 2010, p.20).

Deste modo, compreender a liberdade com livre transito nos mercados, sugere contrapor ao trabalho como contribuição fundamental para o desenvolvimento, ainda que considere suas implicações para a promoção do crescimento econômico ou seus mecanismos.

Da mesma forma o sistema político democrático, via a liberdade, que por si só, é potencial fortalecedor de outros tipos de liberdades, permite reconhecer que as interconexões existentes entre as diferentes liberdades, embora independentes das influências positivas ditas da esfera econômica, possa ser considerado como limitador de envolvimento com a vida em coletividade, tanto social quanto politicamente.

A partir desta visão, as proposições de Sen (2000), inovam metodologicamente as análises vinculadas ao processo do desenvolvimento, ao estabelecer uma lógica e uma coerência absolutista, a partir da compreensão da riqueza sustentada pela tese aristotélica.

Ao defender o entendimento de que riqueza em si não representa o bem coletivo de maior desejo dos indivíduos e reafirmar a ideia de que as liberdades, precisam ser encaradas idealmente como meios e fins ligados ao desenvolvimento, Sen (2000) opta por instrumentalizar essas liberdades, que uma vez consolidadas, passam a ser cada vez mais um bem coletivo disponível ao uso fruto de todos os indivíduos.

Ao afirmar que a dilatada supremacia do aumento da renda real e do crescimento econômico, admitidos como importantes indicadores e critérios do desenvolvimento, Sen (1993) reconhece precisamente a importância da avaliação e do planejamento no incremento econômico como instrumento propiciador das liberdades desejadas (quer coletivamente, quer individualmente).

Segundo Sen (1993),

O problema não está, é claro, no fato de a busca da prosperidade econômica ser tipicamente considerada um objetivo central do planejamento e do processo de formulação de políticas. Isso não é, por si só, irrazoável. O problema refere-se ao nível no qual esse objetivo deve ser fixado. Trata-se de um objetivo intermediário, cuja importância subordina-se ao que favorece em última instância a vida humana? Ou se trata do objetivo último daquele exercício? É na aceitação, usualmente implícita, dessa última proposição que a confusão entre fins e meios torna-se significativa e, mais que isso, flagrante.

O problema talvez carecesse de interesse prático se a prosperidade econômica se relacionasse estreitamente — numa correspondência

aproximada de um para um — ao enriquecimento da vida das pessoas. Se tal fosse o caso, a busca da prosperidade econômica como um fim em si, embora errada no plano dos princípios, seria inseparável da busca de prosperidade como meio para o enriquecimento da vida das pessoas. Mas aquela correspondência estreita não se verifica. Países com altos PIBs per capita podem apresentar índices espantosamente baixos de qualidade de vida, como mortalidade prematura para a maioria da população, alta morbidade evitável, alta taxa de analfabetismo e assim por diante. (SEN, 1993, p.35).

Sen (1993) pondera ainda, sobre duas questões que considera como fundamentais, a primeira a prosperidade econômica analisada, apenas como uma das possibilidades para acumular enriquecimento pessoal próprio de cada indivíduo, e a segunda quando o mero aumento da riqueza econômica como efêmero e incapaz de garantir eficientemente a consecução de fins realmente valiosos do ponto de vista coletivo.

Neste sentido, para que as ações inerentes ao planejamento do desenvolvimento e os respectivos procedimentos para a formulação de políticas generalistas não se dissimulem por labirintos ideológicos que permeiam os fins e os meios, há que “[...] enfrentar a identificação dos fins, nos termos dos quais a eficácia dos meios possa ser sistematicamente avaliada.” (SEN, 1993, p.33).

Neste sentido, é preciso compreender a realização e a conseqüente avaliação da melhoria na qualidade de vida dos agentes da sociedade como parte essencial da análise para a apreensão da concepção do desenvolvimento.

Assim o foco na liberdade como produto da realização humana, sustentada por uma permanente avaliação reflexiva, passa a constituir, ao contrário da máxima praticada, um ajustamento da base conceitual para continuas mutações que dizem respeito ao uso do termo desenvolvimento na sociedade global contemporânea.

Deste modo, a utilização das capacidades humanas em práticas que otimizem o coletivo, passam a figurar como atividade capaz de harmonizar consistente base para o julgamento dos modelos de configuração político-social das nações contemporâneas e conseqüentemente dos conceitos de qualidade de vida, cujo formato generalista seja eficientemente competente para amparar as discussões sobre a eficácia e equidade a partir de enfoques pluralistas.

Essas capacidades, por sua própria natureza, implicam necessariamente, na concepção de uma ideia de desenvolvimento amparado por uma associação de processos e procedimentos distintos, distanciando fundamentalmente da

compreensão pura e simples de expansão supostamente homogênea, reconhecendo-as como valiosas as variedades das liberdades elementares às capacidades mais complexas, constituindo o foco do desafio do desenvolvimento humano, ultrapassando as questões setoriais amparadas apenas na associação de processos políticos e econômicos.

Nesta distinção Sen (1993) considera que

[...] entre efetivações e capacidades, a ênfase recai na importância de se dispor de liberdade de escolher um tipo de vida e não outro. Essa ênfase distingue o enfoque da capacidade das avaliações baseadas apenas em realizações. Contudo, a capacidade de exercer a liberdade pode depender diretamente, em grande medida, da educação recebida, e assim sendo o desenvolvimento do setor da educação pode ter uma conexão fundacional com o enfoque da capacidade. (SEN, 1993, p.47).

Neste sentido Sen (1993), propõe uma unilateralidade das capacidades humanas promoventes dos êxitos e fracassos, sustentadas pelas conexões sociais, que remetem ao aumento das liberdades e capacidades de realização como fundamentais instrumentos de ampliação dos parâmetros humanos de desenvolvimento para sociedade contemporânea.

Frente a tais proposições compreende-se o desenvolvimento como condição de relação homem-intencionalidade-natureza e sua configuração como parâmetro fundamental para que se estabeleça reais e efetivas probabilidades de usos e desfrutes de bens e serviços produzidos nos diferentes espaços e tempos.

2.3 IDEIAS SOBRE AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E SUA CONFIGURAÇÃO NO BRASIL

Acrescido do latim *universitas*, cujo conteúdo está ligado à conjunto, a coletividade, ao comum, na sociedade contemporânea, ascende da expressão *universitas magistrorum et scholarium*, como algo inerente à comunidade multidisciplinar na qual seus agentes (mestres detentores do conhecimento,

ensinantes e estudiosos aprendizes) reproduzem e buscam, respectivamente aprimoramento intelectual e profissional.

Para Wanderley (1984), “O termo universidade está ligado a muitos outros – cultura, ciência, ensino superior, pesquisa, autonomia etc. – que devem ser conjuntamente compreendidos. [...]” (WANDERLEY, 1984, p.7).

Sua principal função está no compartilhar conhecimentos sistematicamente acumulados, necessários ao desenvolvimento de métodos de aplicabilidade de técnicas voltadas para o bem viver coletivo.

Segundo Wanderley (1984)

Herdeiras das instituições do mundo grego-romano, as universidades foram assumindo uma forma específica no contexto religioso do Oriente islâmico e do Ocidente cristão. [...] Paulatinamente as universidades terão que se adequar aos processos de desenvolvimento econômico e social segundo as características peculiares de cada nação. [...] (WANDERLEY, 1984, p.15;18).

Assim, dentre suas principais atividades, está o produzir, disseminar e manter o conhecimento em bom uso coletivo, além de conferir títulos e diplomas que permitem o exercício das profissões, subjugada, segundo Wanderley (1984) a “[...] comunidade, imunidade e universalidade.” (WANDERLEY, 1984, p.18). Neste sentido, não menos importante é a função de fomentar contínua atualização dos conhecimentos sob a finalidade retro organização da vida em coletividade, embora Minogue (1981) advirta que

[...] os detalhe sejam muitas vezes obscuros, está claro que a instituição das universidades – sua “pálida, sombria, nebulosa alvorada”, segundo Rashdall – resultou de um daqueles entusiasmos espasmódicos pela educação, que já aparecera em várias épocas nas cortes bárbaras da Europa. [...]. (MINOGUE, 1981, p.15).

Para Wanderley (1984) a tônica das universidades voltava-se para o saber como o objeto e o fim em si mesmo, numa espécie de saber desinteressado, centrado apenas em formar (letrar) tanto o grupo aristocratizado quanto aos demais de uma mesma sociedade, conseqüentemente obedecidas as mutações e respectivas adequações impostas pelo caminhar dessa coletividade, a exemplo do que ocorrera com a revoluções e conseqüentes reorganizações dos estados, a exemplo a

consolidação do modelo capitalista de produção e exigências da nova divisão social do trabalho.

Wanderley (1984) afirma que

Sob o influxo e a disseminação das ideias liberais, buscou-se a integração entre o ensino e a pesquisa, [...]. Paulatinamente, as universidades terão que se adequar aos processos de desenvolvimento econômico e social segundo as características peculiares de cada nação. Pensada para formar então os filhos da burguesia, logo elas serão pressionadas a atender aos reclamos de mobilidade social dos filhos da classe média. Pouco a pouco elas se transformaram no lugar apropriado para conceder a permissão para o exercício das profissões, através do reconhecimento dos títulos e diplomas conferidos por órgãos de classe e governamentais. (WANDERLEY, 1984, p.18).

Segundo Minogue (1981), as escolas religiosas dos séculos XI e XII, preconizadas por atos políticos e sociais, passam a figurarem como células germinadoras das universidades, que a partir do estabelecimento do *studia generalia* como locais de aprendizagem, sustentados, do ponto de vista ideológico, pela notoriedade de seus professores como elemento aglutinador de estudantes de diversas localidades de onde se herdou o significado de universal.

Por Minogue (1981), o termo *universitas* teve origem nos agrupamento de professores em Paris e de estudantes em Bolonha, importantes centros educacionais da época, que inspiraram a criação de outros como estabelecimento de uma corporação legal.

Para Minogue (1981)

Esta natureza associativa das universidades é tão importante, sob vários aspectos, quanto a sua distinção intelectual, porque é aqui que podemos encontrar o segredo da longevidade surpreendente, da capacidade de decair e ressurgir que tem mostrado a universidade como distinta de quaisquer outras instituições de ensino de outros tempos e de outras civilizações. [...] E por muitos séculos, até que a soberania política começasse a enfraquecer sua independência, [...]. (MINOGUE, 1981, p.15-6).

Desde sua origem, a dedicação aos estudos influenciou movimentos sociais, de tal maneira que o prestígio das universidades tem amparado o entusiasmo pelo ensino, independente da diversidade de origem social e de nacionalidade,

caracterizando-as como uma sociedade totalmente internacional, segundo afirmação de Minogue (1981).

Para Minogue (1981)

A ascensão das universidades pertence a uma classe de momentos culturais por meio dos quais a insatisfação de uma geração com o estado de sua herança intelectual conduziu a um círculo de novas realizações. Não existe muito desses momentos. Talvez o mais famoso deles seja o nascimento da “ciência” entre os jônicos gregos, no século VI A.C. (MINOGUE, 1981, p.22).

Segundo análises de Minogue (1981), esta visão das universidades faz parte da tentativa da sociedade moderna em romper com a concepção de atrelamento ao clero e alta esfera do estado anterior, a fim de estabelecer uma independência, entretanto sem abandonar a percepção de sua influência sobre o destino da humanidade, reconhecendo-as como macro estrutural de organização da sociedade iluminista dos séculos XVII e XVIII.

Criticadas de uma erudição monásticas por seu afastamento do mundo real e insignificantes contribuições para o acúmulo de riquezas e teorias de reorganização e sustentação do poder dos estados nacionais emergentes, adequa-se à institucionalização de organizações como as Academias de Artes e Ciências, Escolas de Comercio, Seminários, Institutos Técnicos, Politécnicos, entre outras, cujo principal objetivo foi a difusão do conhecimento socialmente útil, segundo as análises de Minogue (1981).

Essas críticas ultrapassaram os muros das universidades do século XVII ao século XX, em lamento pelo isolamento que contrapõe à sua relevância como centros de produção e difusão do conhecimento socialmente relevante e que mereça atenção especial e permanente atualização frente as continuas mudanças da sociedade em movimento.

Neste sentido Minogue (1981) afirma que

Nem pessoas, nem instituições podem manter um curso adequado diante de influências divergentes, a não ser tenham um domínio seguro sobre a sua própria identidade. Nas universidades esta identidade pode ser fundamentada, de um lado, em sua organização e, de outro, na natureza específica de suas preocupações intelectuais. Esses dois elementos da identidade são totalmente inequívocos. A “educação” tem se aplicado, desde os primórdios, a um método especial de inculcar uma herança muito particular derivada do mundo

clássico. [...] No que concerne, até certo ponto, ao significa de “educação”, não necessitamos distinguir entre escolas e universidades. [...]. (MINOGUE, 1981, p.26).

Deste modo, a mensuração parcial da existência e da vitalidade das universidades só é possível, segundo Minogue (1981), a partir de suas sobrevidas às suscetibilidades nervosas que frequentemente despertam nos homens práticos, mesmo que tais argumentos se subordinam a reflexões lógicas do mundo acadêmico em concomitância ao mundo prático.

Logo, para Minogue (1981) a universidade comumente tende ser visualizada como espaço privilegiado em se ocupa do e com os conceitos gerais que ao serem unidos a objetivos migram da condição de esterilidade para a geração de atitudes e consequências práticas, assim

O conhecimento científico seria “aplicado” ao mundo. O graduado universitário “aplica” o que ele aprendeu: isto é, ele associa seu conhecimento com o problema prático que enfrenta, objetivando encontrar uma solução. E embora exista muita coisa que se aprende nas universidades e que realmente ninguém aplica, não há dúvidas de que este conceito descreve de fato, dentro de seus limites, algo verdadeiro. Um tipo semelhante de mecanismo comumente usados para distinguir o mundo prático do acadêmico, é derivado da teoria da tomada de decisões: seria a distinção entre meios e fins. (MINOGUE, 1981, p.62).

Consequentemente, figura como afirmativo o ideário de que as universidades tem como ocupação fundamental a produção teórica pura, ao passo que sua aplicação, segundo Minogue (1981) “[...] depende das finalidades geradas pelos desejos humanos, os quais não seria tarefa das universidades pesquisar.” (MINOGUE, 1981, p.62).

A partir dessa argumentação conceitual inspirada nas escolas francesas e tendo como atividades básicas o ensino em detrimento à pesquisa, sustentado a partir da utilização de um currículo voltado para orientação profissional elitista, instituídas e estruturadas de maneira independente, são criadas as primeiras instituições de educação superior, no Brasil.

Do período de Colônia aos primeiros anos de república há desvelada resistência à ideia de se criar universidades em território brasileiro, conforme afirma Sawaarya (2010), “[...] mais de duas dezenas de propostas foram mostradas e todas elas ficaram a ver navios.” (SAWAARYA, 2010, p.15).

Tal lacuna vincula-se ao herdado processo colonizador da época, por acreditarem que instruindo os nativos em Coimbra, fortaleciam os laços de colonização, contrapondo aos processos admitidos pelos espanhóis nos territórios conquistados.

Em contraponto Sawaarya (2010) afirma que

O ensino superior dentro da colônia para Portugal era indevida, pois assim Portugal bloqueava qualquer crescimento cultural que pudesse cultivar o ensino das ciências, das letras e das artes, assim teria todo o controle necessário dentro do Brasil, com isso Portugal cedia bolsas para brasileiros da classe elitista, é fato que as bolsas eram para disciplinas restritas como: matemática, medicina e cirurgia. (SAWAARYA, 2010, p.15-6).

Relegando à colônia um sistema de ensino que desse conta de alimentar os quadros do clero e do estado (oficiais de justiça, serviçais da fazenda e da administração) e a preparação para os filhos da elite, para em tempo adequado, cursarem Coimbra.

Entre as tentativas de criação de universidade no Brasil, em primeiros registram-se as intenções constantes da Inconfidência Mineira, inclusive coincidindo com a transferência da sede da Monarquia para o Brasil.

Tendenciosos ou não tendenciosos, os que decidiam, submergiram todas as iniciativas pro criação de universidades em território brasileiro, nos períodos colonial e monárquico, que segundo Fávero (2006) “[...] foram malogrados, o que denota uma política de controle por parte da Metrópole de qualquer iniciativa que vislumbrasse sinais de independência cultural e política da Colônia.” (FÁVERO, 2006, p.20), cabendo-lhe, mesmo na qualidade de sede da Monarquia, apenas unidades de escolas de ensino superior, segundo Cunha (2000) de caráter profissionalizante e concepção ideológica centrada no nacionalismo de estado.

A configuração da economia da época e o processo de expansão da educação superior no país, atrelam-se ao modelo desenvolvimentista dos períodos subsequentes, amparados em primeiro pela monocultura de subsistência e exploração extrativistas e a segunda pela configurada política da colônia na defesa de unidade, na transferência da sede do reino e no conflito externo (Guerra com o Paraguai).

Na República, em alusão ao jeito americano de ser, segundo Fávero (2006), propõe a adoção da concepção organizacional do ensino superior que operacionalize a ideia de que a criação de uma universidade significasse o efetivo e real rompimento dos laços com a colonização e imediata associação aos ideais de modernização e industrialização do Estado.

Nesta perspectiva, cria-se por determinação do poder central, a partir da junção de cursos superiores já existentes (escola politécnica, escola de medicina, escola de direito), a considerada primeira universidade no Brasil (Universidade do Rio de Janeiro em 1920), depois a Universidade de Minas Gerais, procedimentos alargado a todos os estados federados.

Já sob o novo aspecto organizacional cria-se a Universidade de São Paulo, considerada por alguns estudiosos como a primeira Universidade genuinamente, Brasileira (SAWAARYA, 2010).

Segundo Cunha apud Lopes; Faria Filho e Veiga, (2000, p.157), o primeiro movimento no sentido de retro alimentar a nova concepção de escolarização superior no estado brasileiro, dá-se com as reformas educacionais implantadas ao final do século XIX quando,

[...] criaram a figura da equiparação dos estabelecimentos de ensino secundário e superior ao Ginásio Nacional e às faculdades mantidas pelo governo federal. No primeiro caso, os ginásios criados e mantidos pelos governos estaduais que tivessem o currículo do Ginásio Nacional e se submetessem à fiscalização do governo federal gozariam do mesmo privilégio daquele: os alunos que tivessem concluído seus estudos poderiam se inscrever em qualquer curso superior do país, sem exigência de exames de estudos preparatórios. Em 1901, a equiparação foi estendida aos ginásios criados e mantidos por particulares. No segundo caso, as faculdades criadas e mantidas pelos governos estaduais ou por particulares que tivessem os mesmos currículos das federais e fossem fiscalizadas poderiam outorgar diplomas que garantiam o privilégio do exercício das profissões regulamentadas em lei. (CUNHA apud LOPES; FARIA FILHO; VEIGA, 2000, p.157).

Essas reformas impulsionam o processo de expansão do ensino superior no país, oportunizando conseqüente facilitação do acesso e criação de novas escolas, não obstante tal movimento assistiu crescer uma oposição sustentada pelo discurso de que as facilidades ora implementadas não só não garantiria a posse do conhecimento julgados necessários para o exercício das funções de maior status,

como perderia o caráter de doutoriedade (número reduzido de diploma de ensino superior), que até então sustentava a legal discriminação social eficaz e legítima.

Neste sentido Cunha (2000), afirma que,

[...] o imediatismo na busca dos diplomas escolares, principalmente do grau superior, comprometia a função do ensino de formar os intelectuais das classes dominantes, mais necessitadas deles do que nunca, agora que a hegemonia de umas frações sobre outras e de todas elas sobre as demais classes encontrava-se em crise. A introdução dos exames de ingresso às escolas superiores para todos os pretendentes foi uma tentativa de restabelecer o desempenho daquela função. Em suma, induzidos pela ideologia do bacharelismo, os jovens das classes dominantes e das camadas médias buscavam obter, de qualquer maneira, um diploma superior, qualquer que fosse. [...]

A abolição dos controles sobre ginásios e faculdades e, em conseqüência, sobre os diplomas profissionais, não foi capaz de resolver os problemas apontados pela expansão anterior do ensino superior. Ao contrário, mais faculdades foram criadas, as quais se encheram de alunos. Assim, as resistências à livre diplomação e à liberdade profissional partiram das instituições corporativas e, também, de dentro da burocracia do Estado. (CUNHA apud LOPES; FARIA FILHO; VEIGA, 2000, p.167-70).

Dentre tais razões, o advento da República, acaba por configurar como uma agravante ao retardamento da efetiva criação da primeira Universidade Brasileira, que segundo Cunha (2013) só acontece ao fim da primeira década do século XX, destaca-se a geopolitização da economia predominante, sustentada pelos estados de Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Via de regra, subvencionadas pelo estado, limitador de sua autonomia, que vai da gestão administrativa à proposição dos currículos, regulados pela legislação, cuja configuração fora mantida até os anos de 1930, período em que Vargas ao assumir o poder (sustentado político e ideologicamente pelas Oligarquias, Militares e pelo Congresso Nacional), permite a implementação de uma política educacional dual (o autoritarismo estatal centralizado e a concepção liberal de educação).

Sucumbido o período Vargas, inicia-se o tempo que Oliven (2002), denomina de período de cuidada autonomia, (1945/64), numa espécie de integração controversa configurada pelos autoritarismos do poder central, autorizados pela Constituição da época, e por outro lado pelo desejo de ameniza-los, embora se mantenham inalterados dispositivos que dizem respeito aos direitos individuais de expressão, de reunião e de pensamento.

Sob os ideais do processo de industrialização, em franca expansão no país, segundo Oliven (2002), é promulgada primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n° 4.024 de 1961, garantindo a equivalência entre os cursos profissionalizantes e a progressividade em estudos superiores.

No desejo, segundo Cunha (2000) de se atingir a “[...] maioria científica e tecnologia, [...]” (CUNHA apud LOPES; FARIA FILHO; VEIGA, 2000, p.173), na condição de principal ferramenta capaz de romper o laço de dependência ao exterior e conseqüentemente modernizar o país, amparado pela organização e implantação de um sistema educacional cuja base centra-se na concepção do capitalismo hegemônico de estado, como fundamento estratégico do “[...] ambicioso projeto arquitetônico de unificação do espaço econômico, [...]” (CUNHA apud LOPES; FARIA FILHO; VEIGA, 2000, p.173).

Dourado (2002) ajuíza a favor da necessidade de dispensar zelada atenção aos embates teórico-ideológicos entre os neoliberalistas e intervencionista, quanto a minimização ou maximização do desempenho do Estado no tocante a elaboração e implementação de políticas públicas, inclusive no que diz respeito a oferta de educação superior indicativas para o desenvolvimento econômico, cuja sustentação se dê a partir da modernização e conseqüente racionalização dos espaços de intervenção do poder central.

A exemplo, organismos externos, desempenham desde os anos de 1980, importante papel na interlocução e formulação de políticas educacionais no país, a favor “[...] do processo de reestruturação e abertura das economias aos novos marcos do capital sem fronteiras.” (DOURADO, 2002, p.238).

Reconhecendo as instabilidades do período histórico global, em primeiro pela guerra fria polarizada pelas potências econômicas e bélicas da época (União Soviética – Estados Unidos da América) e em segundo pela crise capitalista, é promulgada a Lei n° 5.540/68, divulgada como a primeira reforma do ensino superior no Brasil, sob justificativa de atendimento ao aumento de concluintes do ensino de 2º grau (ensino médio) e a emergente necessidade do aprimoramento técnico da mão de obra que atendessem a proposta industrialização do país.

As externalidades (crise econômica; expansão da economia mercantilista e capital externo, redemocratização latino-americana) e as internalidades (acelerada urbanização nos países em desenvolvimento, mecanização da produção agrícola,

abertura política e redemocratização do estado; reestruturação do parque industrial, conflito e conseqüente lutas por melhorias nas condições de trabalho), configuram uma nova realidade na sociedade brasileira da época.

Em 1988, frente a reabertura política do país promulga-se nova Constituição Federal do Brasil, em que interesses e intensas lutas pela subvenção orçamentária estatal à escolarização do país, pautam discursos de diferentes ordens, além da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para o ensino superior.

A normatização da educação brasileira preconizada pela nova Constituição é então formalizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n° 9.394 de dezembro de 1.996), amparada por interesses e embates semelhante aos que nutriram as discussões em torno da promulgação da primeira LDBN, Lei n° 4.024 de 1961, guardadas as devidas proporções e contexto social, segundo análise de Frauches (2012).

No cenário contemporâneo há que pesar as condições sociais, econômicas e políticas do país (controle da inflação, redemocratização política, sistematização tecnológica dos processos de produção primária, ampliação dos mecanismos de exportação, reabertura dos mercados e adoção de metodologias contemporâneas de competitividades mercadológicas, intercomunicação, dentre inúmeras variáveis), porém segundo Neves (2002), sem distanciar das experiências permitidas pela primeira (Lei n° 4024/61).

As alterações reguladas pelo novo texto legal, demonstram íntimas ligações ao surgimento de necessidades e oportunidades ditadas pela nova ordem econômica, política e social, cuja essência subtrai, segundo Soares (2002), das pressões sociais pelo acesso ao conhecimento como instrumentalização técnica capaz garantir melhores condições de vida aos membros da sociedade brasileira contemporânea.

Segundo Oliven (2002), os embates sustentados por interesses diversos sobrepôs ao um projeto de estado para a criação da universidade brasileira, entretanto com criação da Universidade de São Paulo, na primeira metade do século XX, estabelece-se o marco de divisão histórica do ensino superior brasileiro, no plano político.

No período reconhecido como da Nova República, cria-se o sistema de universidades públicas federais, distribuindo unidades em cada unidade da federação, comumente localizada nas capitais, além das denominadas confessionais, em número

9 instituições, o que permitiu expressivo aumento do número de matrículas, permitindo inclusive efetiva participação política desses na vida do país.

Durante a terceira década do século XX, no Brasil, segundo Oliven In Soares (2002), consolida-se a “[...] sociedade urbano-industrial brasileira e a criação de novos empregos urbanos tanto no setor público como no privado. O aumento da demanda de ensino superior levou à expansão das matrículas.” (OLIVEN apud SOARES, 2002, p.31), evidentemente alterando o sistema educacional.

Pós esse período, respeitadas as ideologias que sustentara a estrutura organizacional do estado, a exemplo dos governos militares, iniciam a vinculação do ensino superior à valorização da pesquisa, embora as IESs passem a sofrer ingerências diretas do poder central, o que resultou em consideráveis ocorrências de afastamento das atividades de docência, de um contingente de profissionais ligados à educação escolar do e no país.

A exemplo, Saviani (2010) afirma que a

O projeto de reforma universitária (Lei n.5.540/68) procurou responder a duas demandas contraditórias: de um lado, a demanda dos jovens estudantes ou postulantes a estudantes universitários e dos professores que reivindicavam a abolição da cátedra, a autonomia universitária e mais verbas e mais vagas para desenvolver pesquisas e ampliar o raio de ação da universidade; de outro lado, a demanda dos grupos ligados ao regime instalado com o golpe militar que buscavam vincular mais fortemente o ensino superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização em consonância com os requerimentos do capitalismo internacional. (SAVIANI, 2010, p.9)

Importa reconhecer ainda que a indissociabilidade da tríade ensino, pesquisa e extensão associada ao regime de tempo integral e a dedicação exclusiva para o corpo docente, a valorização da titulação e a produção científica, passam a configurar as bases do novo projeto do ensino superior e produção científica do Brasil, a partir da promulgação da Carta Magna de 1988.

Entretanto, o texto legal votado pelo parlamento brasileiro e promulgado pelo executivo em 1996, após mais de uma década de tramitação, amplifica o ângulo de institucionalização do ensino superior no país. Fundamentalmente o sistema nacional de ensino superior passa ser categorizado em faculdades, centros universitários e universidades, categorias reguladas pelo Decreto n° 5.773 de 09 de maio de 2006, segundo Frauches (2012).

As configurações ditadas pelo dispositivo legal, acima citado, além de outras exigências estabelecem os critérios exigidos para os respectivos credenciamentos segundo a natureza administrativa.

Dentre as premissas reguladas pela norma, está a exigência de que todas as instituições de ensino superior instaladas no país, sejam inicialmente credenciadas como faculdades (características descritas no Quadro 2), para posterior condicionassem ao credenciamento como centro universitário e subsequentemente como universidade, admitindo explicitamente uma escala ascendente.

A propositura do texto legal, estaria justificada no proveito de experiências acadêmicas adquiridas nas condições anteriores cujo prestígio as condicionaram aos requerimento para configuração subsequente.

Esta categorização das instituições de ensino superior para o país, Frauches (2012), já determinada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN – Lei nº 9.394/96), em primeiro é transcrita no artigo 47, em que vincula a educação superior às instituições de ensino superior públicas ou privadas, numa clara referência aos sistemas de administração e de financiamento e no § 1º do artigo 48, como instituições universitárias e não-universitárias.

Deste modo é possível observar o que processo de escolarização pós educação básica (ou similar) apresenta-se ao longo da história moderna sob a dual perspectiva, por um lado representada pela intencionalidade de instrumentalizar o homem para operacionalizar as transformações sociais e ambientais em função o bem estar coletivo, por outro representado pelas intencionalidades culturais cujo foco estabelece as bases conceituais do próprio desenvolvimento como ser social.

No ambiente brasileiro, tais intencionalidades (econômicas, políticas ideológicas ou culturais) implícitas nas formulações que normatizam a educação superior a escolarização básica, legalmente institucionaliza suas finalidades na associação das perspectivas culturais, científicas e aperfeiçoamento técnico-profissional correspondente a concretização de seu entendimento do homem em seus ambientes (social e natural).

Estas constituem as finalidades básicas do sistema brasileiro de educação superior, impostas às suas instituições de ensino, embora reconheça que os seus desenvolvimentos dependem das categorização destas, conforme disposição no Quadro 2,

SINOPSE DA CATEGORIZAÇÃO DAS IESS BRASILEIRAS CF DE 1988					
FACULDADES	Competências Administrativas e de Financiamento:	CENTROS UNIVERSITÁRIOS	Competências Administrativas e de Financiamento:	UNIVERSIDADES	Competências Administrativas e de Financiamento:
	- Públicas - Não Públicas		- Públicas - Não Públicas		- Públicas - Não Públicas
	Amparo Legal Básico		Amparo Legal Básico		Amparo Legal Básico
	- CF 1988 - LDBN n° 9.394/96 - Decreto n° 5.773/06		- CF 1988 - LDBN n° 9.394/96 - Decreto n° 5.224/04 - Decreto n° 5.773/06 - Decreto n° 5.786/06		- CF 1988 - LDBN n° 9.394/96 - Decreto n° 5.773/06
	Responsabilidades Funcionais (Deveres Legais)		Responsabilidades Funcionais (Deveres Legais)		Responsabilidades Funcionais (Deveres Legais)
<ul style="list-style-type: none"> • Ensino volta a formação Técnico-Profissional • Total isenção de produção científica 	<ul style="list-style-type: none"> • Ensino de excelência associada a iniciação em práticas investigativas • Prestação de serviços à comunidade via Extensão Universitária como práticas didático-pedagógica 	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades didático-pedagógicas sustentadas na tríade ensino-pesquisa-extensão. • Excelência de ensino • Prática investigativa de qualidade e permanente • Produção de conhecimento como diretrizes para implementação de inovações tecnológicas • Obrigatória oferta de pós-graduação (<i>stricto sensu</i>-mestrado, doutorado e pós-doutoramento) 			
Configuração Funcional	Configuração Funcional	Configuração Funcional			
<ul style="list-style-type: none"> • Corpo docente sem exigência mínima de titulação • Total dependência acadêmica e financeira. 	<ul style="list-style-type: none"> • Exigência de percentual mínimo de titulação • Experiência acadêmica relevante na área de atuação • Autonomia acadêmica e financeira (abertura, fechamento, alteração de cursos e gestão orçamentária) • Autonomia para registros de diplomas dos cursos oferecidos 	<ul style="list-style-type: none"> • Exigência de percentual elevado de titulação • Experiência acadêmica relevante na área de atuação • Exigência de efetiva produção intelectual institucionalizada • Total autonomia acadêmica e financeira (abertura, fechamento e alteração de cursos) • Percentual mínimo de docentes com dedicação exclusiva • Carga horária mínima de dedicação a atividade de pesquisa e extensão universitária • Autonomia para registro dos diplomas dos cursos oferecidos e demais instituições não universitárias 			

Quadro 2 – Sinopse da categorização das instituições de ensino superior no Brasil pós 1988

Fonte: Menezes, 2014 (a partir de LDB anotada e comentada e reflexões sobre a educação superior).

No Brasil contemporâneo, as diretrizes para o ensino superior reconhece em grau de organização estrutural, uma espécie de categorização a que se submete as instituições. Enquanto as instituições credenciadas como faculdades (isoladas ou integradas), respondem exclusivamente pela oferta de ensino, aquelas credenciadas como centro universitários, associam ensino e extensão como suas funções e cabe às universidades a responsabilidade de implementar a escolarização superior a partir da tríade ensino-pesquisa-extensão.

Do ponto de vista administrativo, somente as instituições credenciadas como universidades possuem autonomia orçamentária, didático pedagógica e de mobilidade espacial (aberturas de campi em localidades diferentes de sua sede), plena, ao passo que para os centro universitários essa autonomia é reduzida à gestão didático pedagógica (abertura, fechamento, alteração de cursos e gestão orçamentária) e as faculdades tem seu funcionamento dependente de outorga de autorização emitida por órgãos tais como Ministério de Educação e ou de outras organizações como os conselhos estaduais de educação.

3 MÉTODO

Por sua natureza, optou-se por uma pesquisa qualitativa e exploratória, tendo como campo originário as análises bibliográficas, bases para compreender as Instituições de Ensino Superior instaladas na cidade de Mineiros, ao Sudoeste do Estado de Goiás, como agência de fomento do Capital Social, a partir da participação e grau de confiabilidades despertadas por suas condições de instituições que respondem pela formação técnico-profissional dos agentes e atores da sociedade que as nutrem.

Portanto, nesta abordagem, buscou identificar os elementos conceituais que sustentem a compreensão do termo Capital Social como condição auxiliar para o desenvolvimento local e regional.

Consciente que esta opção metodológica requer compreender o distanciamento entre o pensar teórico e as ações de demonstração de confiabilidade que segundo Putnam (2006) configura o Capital Social.

Assim, a presente pesquisa caracteriza uma investigação de natureza qualitativa e descritiva/exploratória, tendo como campo base análises bibliográficas, a partir das ideias de capital social defendidas por Putnam.

Para tanto, se ocupou de procedimentos reflexivos a respeito do conceito de capital social aplicável à sociedade acadêmica contemporânea, como instrumento auxiliar para identificar as coordenadas conceituais que amparam as diretrizes do pensamento interdisciplinar que perpassa diferentes campos do saber (história, sociologia, política, economia, entre outros), como sustentação ideológica para a compreensão das raízes do desenvolvimento local e regional.

Neste sentido a opção metodológica, pretende resguardar da tentação de distanciamento das significações dominantes do capital social, elaboradas a partir das lentes sociológicas clássicas que por um lado, segundo a concepção durkheimiana, permite compreendê-lo como conceito funcional de integração social em si, e por outro, pela concepção weberiana, compreende-lo como conceito de ação social, posteriormente alargada pela ação comunicativa de Habermas.

Para Putnam (2006) o empenho da ciência social comparativa para compreender a dinâmica do comportamento institucional a favor da coletividade de há

muito, tem recomendando fiel atenção aos movimentos sociais e suas vinculações antropológicas e culturais.

Portanto, de natureza qualitativa, este é um estudo de caso, descritivo/exploratório, cujo foco está em demonstrar a participação das instituições de ensino superior instaladas em mineiros para a promoção de capital social e e sua medição de capital social como instrumento na construção das políticas públicas do desenvolvimento local regional.

3.1 TIPO DE PESQUISA

A presente investigação é classificada como Estudo de Caso, de caráter descritivo/exploratório, de abordagem qualitativa, motivada pelo desejo de compreender o capital social como fenômeno social com considerável grau de complexidade, assegurando reais possibilidades de, durante a investigação, preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real, sustentada na concepção de Yin (2001, p.32), ao afirmar que

[...] um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas. (YIN, 2001, p.32).

Neste sentido, compreende-se este como um estudo cuja estratégia investigativa é sustentada por um método que abrange desde a lógica de planejamento à abordagens específicas (como a coleta e análise dos dados) como base para apresentação dos resultados cujo foco está no Avaliar o papel das Instituições de Ensino Superior no fomento de Capital Social em Mineiros e suas relações no desenvolvimento local e regional.

Aceitando recomendações de Yin (2001), utilizou-se como características bases de investigação a realização de entrevistas sistemáticas com gestores locais das IESs, sob a pretensão de reconhecer nos discursos coletados, opiniões que sustentassem as discussões pretendidas.

Tomando por alicerce a afirmação de Sampieri; Collado e Lucio (2006), de que as investigações de enfoque qualitativo, primam-se pela “[...] “dispersión o expansión”, de los datos e información, [...]” (SAMPIERI; COLLADO E LUCIO (Orgs.), 2006, p. 127), em que a reflexão é o fio condutor das análises pretendidas e que conduz a fundamentação em si e por assim ser não tem a pretensão de generalizar probalisticamente os resultados, mas ampliá-los apenas.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

As instituições/organizações que caracterizaram a população objeto do estudo pretendido são compostas por oito IESs neste texto denominadas EC1, EC2, EC3, EC4 EC5, EC6, EC7 e EC8, devidamente representadas pelos gestores locais dos quais sete deles firmaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), exceto um representante, alegando ausência de interesse daquela IES, frente ao presente estudo.

A opção pelo envolvimento das IES acima listadas deveu-se pela sua instalação na cidade de Mineiros/GO, suas caracterizações estruturais e configurações geopolíticas.

Reconhece-se que a população alvo, por ser representada apenas pelos gestores locais das IESs listadas, por si não constituem, como não as representam o todo de suas complexas estruturas, entretanto a opção deveu-se por considerar que estes, enquanto líderes, estão investidos de competências legais que os habilitam como representantes acometidos de poderes para formularem e conduzirem os processos e procedimentos que as caracterizem.

3.3 INSTRUMENTO(S)

- ✓ Entrevistas estruturadas, sob avaliação do Comitê de Ética, como instrumento coletor das argumentações, usadas para sustentar a proposta para e pelas instituições/organizações e suas respectivas caracterizações, como células de capital social, e conseqüentemente seus comprometimentos para com o desenvolvimento local e regional em Mineiros (Apêndice A).

Considerando as atividades desempenhadas e atitudes vivenciadas pelas IESs como dimensões de sustentação, promoção e acúmulo do capital social, certificado pelas participações e convivências em coletividade, assim como as objetividades de suas ações e os resultados destas, quer nas entrevistas, identificar a existência ou não, de processos e procedimento dialógicos entre elas, enquanto instituições, e as conseqüências dessa conversa frente às proposituras para vida social das mesmas.

Neste sentido o instrumento de coleta de dados (Questionário/Roteiro para entrevista), reordenado a partir da proposição Grootaert et al. (2003), é estruturado considerando as seguintes dimensões:

- a) Caracterização da IES, contendo 08 (oito) indagações, cujo principal foco está na identificação da população alvo;
- b) Grupos e Redes, contendo 04 (quatro) indagações, buscando identificar a participação e ou relacionamento da IES e a comunidade local;
- c) Confiança e solidariedade, contendo 08 (oito) indagações, que buscam identificar evidências quanto a confiança e solidariedade estabelecidas na relação IES e comunidade;
- d) Ação coletiva e cooperação, com 06 (seis) indagações, focadas em obter indicativos das ações e atitudes desempenhadas pela IES ou em parceria, cujo o objetivo central esteja enraizados em atividades que promova o bem coletivo;
- e) Informação e comunicação, com 02 (duas) indagações centradas na absorção dos modelos e moldes de interlocução como propulsão da formação superior enquanto instrumento para o desenvolvimento local e regional;
- f) Coesão e inclusão social, com 04 (quatro) indagações cujo objeto de observação esta identificação das incidências de participação da IES nos movimentos sociais reivindicatórios promovidos pela sociedade civil ou promovido em parceria;

- g) Sociabilidade-Interações sociais cotidianas, com 03 (três) indagações cuja intencionalidade centra-se na identificação da capacidade de diálogo entre as IES e os diferentes segmentos da sociedade civil organizada, e
- h) Autoridade ou capacidade de empoderamento e ação política, com 10 (dez) indagações, em que o objetivo está em identificar a capacidade de participação da IES junto ao diferentes segmentos sócio-políticos e sua capacidade de influenciar decisões a favor do desenvolvimento local e ou regional.

O questionário foi aplicado apenas aos gestores das IESs, por compreendê-los como responsáveis diretos pela execução dos respectivos projetos institucionais assim como seus representantes legais, embora reconheça as atinentes internalidades, que diretamente influem as suas inserções no contexto social, embora, reconheça que tal opção possa induzir à limitações quanto a caracterização das IESs enquanto agente social.

As adaptações processadas foram ajuizadas a partir da natureza da população alvo e de suas configurações como segmentos pontuais, tanto do ponto de vista estrutural quanto político-cultural.

Todo o processo contendo procedimentos para coleta de informações fora protocolado junto ao Comitê de Ética, via Plataforma Brasil, sob o 27529914.9.0000.5501, em fase de diligência, conforme correspondência eletrônica de 17 de março de 2014.

3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta das informações que sustentaram a argumentação deste estudo se deu a partir de uma linha indicativa da existência e do volume de capital social e sua relação, como parâmetro, para a construção das políticas de desenvolvimento local regional no município de Mineiros, na pretensão de elaborar os argumentos que responda a inquietação origem da proposição.

As informações foram coletadas a partir de entrevistas estruturadas como parte integrante do estudo.

Somadas às informações coletadas pelas entrevistas, processa-se a seleção e análise da bibliografia, em primeiro como instrumento para a compreensão dos conceitos de capital social, desenvolvimento e universidades, considerado o fio condutor para compreensão da participação das instituições de ensino superior instaladas em Mineiros para a promoção de capital social e o desenvolvimento local e regional, aqui entendido como ferramenta focal para a análise indicativa do grau de comprometimento e acúmulo de capital social.

3.5 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS

Reconhecendo que as análises qualitativas de dados constitui fenômeno caracterizado pela sua qualificação como processo indutivo centrado na fidelidade ao universo de vida cotidiano dos sujeitos, estando baseada nos mesmos pressupostos da chamada pesquisa qualitativa.

Importa ainda, reconhecer, segundo Gomes (1990), que os procedimentos metodológicos, em se tratando de enfoque qualitativo, embora não estejam em definitivo prescritos, cuidados contra o isolamento e exacerbadas opções pela intuição, devem ser levado em conta, na mesma proporção, a importância do contato com a realidade pesquisada e a associação aos pressupostos teóricos que sustentam o projeto

Desta maneira, levantamento e análise dos dados ocorreram simultaneamente, período em se cristalizou o referencial teórico, em modificação e retroalimentação paulatinamente, até que, se satisfeita, em termos de clareza e capacidade de afirmação, considerada como essencial nessa etapa.

Assim as análises das entrevistas foram processadas como base para identificação da configuração das IESs como promotora de elementos constitutivos do capital social, a partir da distinção das categorias defendidas por Uphoff (2000), e conseqüente suas vinculações.

Considerando tais proposições metodológicas como fundamentais para a compreensão do termo capital social.

Com tal procedimento, identificou-se que os diferentes padrões contrastam, de forma clara e suficiente, permitindo uma interpretação, capaz de apreender significados interligados ao contexto em que os agentes se inserem.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estabelecidas as devidas correspondências às releituras teóricas o desafio da pesquisa foi compreender, como se dá a participação das instituições de ensino superior instaladas em Mineiros para a promoção de capital social e o desenvolvimento local e regional, buscando responder à indagação que dera origem a esta investigação:

Qual é o papel das Instituições de Ensino Superior, instaladas na cidade de Mineiros/GO, frente as ações que implementem acúmulo de capital social em Mineiros e microrregião e sua relação ao desenvolvimento local e Regional?

Para o que submeteu-se à avaliação do Comitê de Ética os seguintes documentos:

- Projeto de Pesquisa;
- TCLE – Termos de Consentimento Livre e Esclarecimento, e
- Instrumento de Coleta de Dados/Roteiro para Entrevistas.

Após a aprovação do epigrafado Comitê, procedeu-se as entrevistas, com os gestores locais, aqui registradas aleatoriamente como EC1, EC2, EC3, EC4, EC5, EC6 e EC7.

As respostas obtidas, constituem a base da presente discussão cujo foco é sustentar a reflexão a respeito do capital social enquanto instrumento metodológico para o desenvolvimento local e regional e a participação das IESs instaladas em Mineiros.

Frente às entrevistas coletadas extraiu indicativos para as sustentações das concepções de uma Universidade, que mesmo inserida e contemporânea às mutações políticas, econômicas, sociais e culturais, não interfere ou interfere superficialmente nos rumos que a sociedade Mineirense tem tomado.

Segundo Minogue (1981), em análise sobre o conceito de universidade, afirma que “O distanciamento entre interesses práticos e objetivos acadêmicos deve ser visto não como uma tradição sobrevivente de épocas menos esclarecidas, mas como condição essencial de subsistência do mundo acadêmico” (MINOGUE, 1981, p.77), nisto, observou-se que as informações coletadas, sugerem que a organização metodológica da ideia de Universidade não se distancia substancialmente da ideia de

organização instrumentalizada capaz de, embora nutrir os debates ideológicos sobre seu papel, distar-se do comprometimento cívico, como base para proporcionar instrumentos teóricos capaz de alterar as proposições advindas doutros segmentos.

Opção metodológica previamente definhada a partir da compreensão das instituições de ensino superior, como um espaço politicamente natural para as discussões vinculadas às égides das universidades, adotando as caracterizações específicas do termo frente às proposições legais do estado brasileiro, que certa maneira não distancia-se da ideia contemporânea da organização (Quadro 2- caracterização das IESs segundo a legislação brasileira, p.59).

O Roteiro para as entrevistas, adaptado segundo proposições de Grootaert (2003), organizado considerando oito dimensões, a saber:

- a. Quanto dimensão **Caracterização da IES** – as respostas às indagações submetidas induzem ao entendimento que as Instituições de Ensino Superior (IESs) instaladas em Mineiros, quanto aos procedimentos metodológicos de suas ações empíricas substancialmente não diferem, entretanto reconhece-se que frente suas caracterizações estruturais legais as tornam incondicionalmente distintas, conforme observa-se no Quadro 2- caracterização das IESs segundo a legislação brasileira (p.59), embora:
 - Em se tratando de objetivos, todas demonstram centrar esforços na formação técnico-profissional, como atividade básica, mesmo reconhecendo suas caracterizações distintas como IES perante o texto legal;
 - Enquanto natureza administrativa, pertencem as esferas estatais e privadas, e quando estatais pertencem às três esferas administrativas (Federal, Estadual e Municipal);
 - Das instituições instaladas, cinco são credenciadas como Universidades, uma como Instituto Federal, uma como Centro Universitário e uma como Faculdade.
 - Apenas uma das entrevistadas fora instalada em Mineiros, a mais de uma década.
 - Das entrevistadas, duas, centram suas atividades em cursos de graduação e pós-graduação (*lato sensu*), na modalidade presencial e as demais na modalidade EAD.

- Apenas uma das entrevistadas tem sua sede administrativa instalada na cidade, enquanto as demais estão instaladas como polo de serviço ou unidade/polo.
 - Dos cursos oferecidos na oportunidade da instalação, afirmam que os fizeram em função das ausências de agências formadoras de mão de obra reclamadas pelo modelo de produção vigente às épocas, a exemplo da resposta da entrevistada EC1, quando indagada sobre a importância atribuída aos Cursos oferecidos pela IES, na época de sua instalação, para Mineiros e região, responde “Todos, pois os cursos são implantados visando atender as necessidades da região.” (EC1), embora seja observado a sobreposição de cursos oferecido, justificando-a apenas pela modalidade (presencial/EDA).
- b. Quanto a Dimensão de **Grupos e Redes** – as informações coletadas demonstram além de reconhecida similaridade:
- Dão conta de que não há, de maneira sistematizada, efetiva participação e ou relacionamento das IESs a grupos e ou organizações senão à aquelas que deram origem as respectivas estruturas administrativas (grupos empresarias ou esferas estatais), cuja atuação junto à comunidade local, não caracterizado nenhum envolvimento político-ideológico destas, exceto em esporádicos programas extencionista ou de financiamento de atividades específicas, cuja duração não ultrapassa os limites de ações de caráter especial.
 - Registra-se a natureza declarada da EC4 ao afirmar que

As IES estão vinculadas ao Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, a qual, a CAPES através da Diretoria de Educação a Distância - DED formaliza junto aos Reitores das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) o processo de Implantação de Polos de Apoio Presencial do Sistema UAB, para dar cumprimento à Política Nacional de formação de profissionais do Magistério da Educação Básica, nesse processo os municípios devem submeter a proposta para sediar o Polo. [...]. (EC4).
 - Observa-se que mesmo assim, de maneira similar, as IESs entrevistadas consideram importante a participação em grupos de natureza diversas daquelas de sua organização de origem. A

exemplo do que considera EC1, quando indagada sobre os benefícios de fazer-se parte de tais grupos, responde que “Fortalecimento da Instituição troca de experiências, intercâmbios com professores.” (EC1).

- Embora declarem disponibilidade para interação e trabalho em associação, reconhecem que tal procedimento só ocorrem em ocasião esporádicas e tal ausência se dá por consequência das modalidades de atividades desenvolvidas.
- c. Na dimensão **Confiança e solidariedade** – as indagações indicam que entendimento dos termos **Confiança e solidariedade**, são sinônimos de identificação da capacidade técnica para o cumprimento de sua missão e objetivos propositados em suas bases constitutivas, ou seja, o grau de confiabilidade e solidariedade na relação IESs e comunidade, limitam-se à função de agências de formação técnico-profissional, a saber:
- Quando indagadas se praticam, regularmente atividades que lhes incentivam respeito e confiança, as IES instaladas em Mineiros, exceto a EC1 contundente na negativa, transferem a concepção de confiabilidade e solidariedade ao cumprimento das determinações legais, advindas dos órgãos gestores e ou fiscalizadores (MEC; Conselho Estadual de Educação e Conselho Profissionais Regionais), a exemplo do que entende a EC3 ao afirmar:

Sim. Claro, a gente vê que as, tanto nós como eles trabalha na graduação e na pós-graduação e a princípio, antes de tudo, a gente sabe que nós somos regidos pelo ou o MEC ou o Conselho Estadual, então fora os conselhos regionais de cada curso que é oferecido, então pra mim já só o do começar já gera esse respeito e essa confiança. (EC3)

- Tais posicionamentos, implicitamente sustentados ao se referirem ao posicionamento das IESs, em se tratando do relacionamento entre si. Os elementos eleitos como instrumento de distinção entre as IESs limitam-se à modalidade de ensino que oferecem, mesmo que sejam observadas insistentes manifestações de prontidão para o estabelecimento de parcerias e ou cooperação, entretanto são insignificantes os acenos para realizações de tal natureza.

- Em se tratando de procedimentos de cooperação entre as IESs entrevistadas, observou-se, pelas respostas, que não há um efetivo processo estabelecido entre elas, senão em ocasiões esporádicas e sempre a convites. Não há posicionamentos, dentre as repostas indagadas, que induza à pratica efetiva de atividade colaborativas e ou em colaboração. Reconhece-se por tais posicionamentos que, há um entendimento de suas particularidades como elementos que até justifique uma espécie de isolamento em sim mesmas.
 - Mesmo reconhecendo que, na condição de agências de formação de mão de obra e ou qualificação técnica profissional, frente ao seus desempenhos, sugere que, neste aspecto se pode confiar nas IESs e conseqüentemente é possível reconhecer que houve evolução nessa confiabilidade nos últimos cinco anos.
 - Embora, acenem para a necessidade de se estabelecer uma prática colaborativa entre elas as IESs, as respostas à indagação alusiva, demonstram que não há uma frequência e que as ocorrências limitam-se a atender apenas eventualidades, conforme afirma EC1 que “Não se ajudam.” Apesar de afirmar ainda, quando indagada sobre possível ocorrência de dependência de sua anuência para projetos cujo benefício impacte diretamente a coletividade local e regional, mesmo que não a beneficie diretamente, esta IES afirma que “Se o projeto for bom para o município com certeza tem todo o nosso apoio.” (EC1).
- d. Na dimensão **Ação Coletiva e Cooperação** – as indagações, no que diz respeito a cooperação, apresentam baixo envolvimento em ações e atitudes, desempenhadas pela IESs ou em parceria, focadas na promoção do bem coletivo, senão a formação técnico profissional e o municiamento de um exército de reserva de mão de obras elementarmente qualificada, a saber:
- Quando indagadas sobre a participação em atividades (projetos) entre as IESs, as respostas são contundentes negativas dessa prática, ainda que nas duas indagações subsequentes, fazem alusão a participação em eventos promovidos, não só pelas IESs, como

também, pela sociedade não acadêmicas, porém destacam aquelas promovidas pelas próprias, conforme afirma EC6,

Geralmente nós temos congressos desenvolvidos na nossa instituição, nas outras instituições também, através de projetos desenvolvidos principalmente nas instituições de cunho governamental, através da prefeitura municipal, do ensino público, e sempre que somos convidados nós estamos dispostos a participar, por exemplo, os projetos de ação social, projetos de apoio a ação social, os projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, pela UNIFIMES também, que tem no seu bojo também a questão do ensino público e sempre que temos a oportunidades, nós colaboramos através desse projetos. (EC6)

- As respostas concedidas revelam a necessidade de ocuparem o espaço como agenciadores de ações promotoras do bem estar da coletividades, conforme afirma EC1, apesar compreenderem de que a existência de participação, sem expressão ou próxima da insignificância as IESs, no que diz respeito aos seus envolvimento com as ações determinantes às atividades político-sociais, pouco direcionam-se a atitudes que impactem o desenvolvimento local e ou regional, exceto quanto a formação e qualificação técnico-profissional dos agentes que atuam no modelo de produção e consumo.

Acredito que contribuem e muito, de forma direta e ou indireta na qualificação de mão de obra, atividades de extensão e nos demais aspectos ainda não há uma consciência formada a respeito, mas aos pouco esta realidade deverá ser mudada. [...] Já há algumas iniciativas neste aspecto, não só das estatais, mas também das privadas como Projetos de Extensão. (EC1).

- e. Quanto a dimensão **Informação e Comunicação** – no que diz respeito a configuração das IESs como agências promotoras de processos de interlocução, cujo alcance exceda a promoção e formação técnico-profissional superior, considerada uma das variáveis para o desenvolvimento local e regional, estas afirmam a inexistência de tais canais de comunicação, exceto aqueles de natureza específicas, entretanto alheias às ideias e a função cooperativas da informação. No entanto como instrumento de interlocução que promovam ações conjuntas que gerem o

bem estar coletivo via desenvolvimento social, reconhecem que suas atuações limitam-se ao preparo dos agentes de diferentes naturezas que garanta o desenvolvimento local e regional.

- f. Na dimensão **Coesão e Inclusão Social** – não se observa indicativos de participação das IESs nos movimentos sociais reivindicatórios promovidos pela sociedade civil ou em parceria. As informações coletadas sustentam o reconhecimento da necessidade de promover atitudes que gere as relações cujo alcance vá além das concepções assistencialistas das academias.
- g. A dimensão **Sociabilidade-Interações Sociais Cotidianas** – as informações coletadas sustentam a inexistência de um diálogo entre as IESs, ainda que afirmem a existência de assistemático canal de comunicação entre a IES, reconhecem que esse diálogo, configura fundamental instrumento de captação e caracterização de áreas de interferências IESs-Sociedade Civil a serviço da promoção e acúmulo de capital social a ser disposta a serviço do desenvolvimento local e regional, conforme afirma EC3

Ah! Nós temos que melhorar nosso diálogo.

[...]

Eu creio que apesar dos pesares nós temos um bom diálogo, mas nós precisamos melhorar muito não só o diálogo, mas as parecerias efetivas, para que a gente possa levar o ensino, em forma da extensão, para a população Mineirense.

[...]

Olha! Eu creio que todos, não só a população Mineirense, mas a da região ganharia muito e as IES, é efetivamente quem mais ganharia para o seu crescimento. (EC3)

- h. Na dimensão **Autoridade ou Capacidade (Empowerment) e Ação Política** – as informações coletadas mantiveram a sustentação da insignificante participação das IESs aos diferentes segmentos sócio-políticos. Suas representações consequentemente não impactante nas decisões promotoras do desenvolvimento local e regional, limitam-se a formatação de uma mão de obra elementarmente qualificada segundo a execução básica de atividades laborais, a saber:
- Segundo as informações coletadas reconhece-se, que há um espaço ocioso a ser ocupado pelas IESs, cuja a necessidade básica é o fomento e ou promoção da capacidade dialógica que permita a

permanente interferência para a formulação de proposições que garantam o bem estar da coletividade e permitam o reconhecimento da IES como um agente político com papéis definidos coletivamente, conforme afirma EC3

Ah! Eu acho que a gente pode influenciar mais, nós somos a parte da cabeça pensante dentro do município e eu creio que temos que melhorar nosso papel até de reconhecimento perante a sociedade e até trabalharmos para que a própria população reconheça o trabalho que é feito dentro das IES de Mineiros. (EC3)

Concepção defendida também por EC1, ao afirmar que “Acredito que por ser uma instituição municipal ela tem por obrigação provocar a participação em ações em favor da coletividade. [...]” (EC1).

- Quando indagadas quanto as tomadas de decisões, formulações e execução de políticas públicas que favoreça ou implemente o desenvolvimento local e regional e o papel desempenhado pelas IESs no processo, as considerações coletadas foram incisivas ao acusarem a ausência de uma rotina de planejamento que possa responder aos interesses coletivos, principalmente aos inerentes a ações que conduzam ou garantam o bem estar social da coletividade, conforme afirmam EC1 e EC3

Infelizmente não se percebe um planejamento local, nem regional com relação às tomadas de decisão de políticas públicas de desenvolvimento local e regional. As IES não são ouvidas nas tomadas de decisão e muitas vezes são pegadas de surpresa até mesmo quanto aos cursos que tem que implantar para formar a mão de obra necessária. (EC1)

[...]

Nós temos um papel significativo, mas talvez, entretanto, porém a gente não tem ocupado esse papel efetivo dentro do município sabemos que parte das decisões acontecem hoje políticas e social dentro do município e aparentemente a gente tem deixado de colocar os nossos posicionamentos. (EC3)

- Quando inqueridas sobre seus respectivos papéis, frente as tomadas de decisões políticas para Mineiros e Região, embora reconheçam que de forma direta, haja uma espécie de conexão de origem, (no que tange a sustentação orçamentário-financeiro e de regulação) para

sobrevivência das IESs, essa dependência limita à condição de agência de formação de técnica de mão de obra, conforme declara EC4, ao afirmar que

O poder público hoje ele necessita das instituições de ensino superior, seja do ponto de vista do legislativo, do judiciário, do executivo, nós temos a necessidade de estabelecer um vínculo de contato com essas instituições. Hoje por exemplo, todas as instituições elas estão ligadas, direta ou indiretamente com esses poderes. Então de acordo com as necessidades, o papel ... ele é fundamental, principalmente na qualificação, na formação e na execução de alguns processos de ajuda, de auxílio junto a esses órgãos. (EC4)

Ainda que reconheça-se que as IESs tem ocupado de forma incipiente o espaço esperado, ao menos na visão e expectativa da sociedade, e nisto a EC3, posiciona-se na necessidade de atuar na formação política do acadêmico que frequenta os cursos oferecidos, ao declarar

[...] nós temos ocupado pouco esse papel. Eu creio que nós temos que fomentar mais isso. Eu creio que a formação nos debates até, até a formação crítica dos nossos alunos, nós temos que trabalhar. Fomentando os centros acadêmicos, os diretórios, os grêmios estudantis, para que, não só possamos ensinar esse aluno aquilo que ele vai precisar mas também formar o caráter político-sócio-econômico desse futuro cidadão. (EC3).

- Quando questionada de como se caracteriza a função político-social, as IESs afirmam que, a exemplo da EC4, como

Fundamental e necessária. Hoje nós temos uma cidade que praticamente dobrou o seu número de habitantes, os problemas sociais estão à nossa porta, a questão da necessidade de qualificação para suprir as necessidades das empresas, tanto daqueles que chegaram quanto das que já estão na nossa cidade. [...]. (EC4).

Condição que EC1 defende como sendo

[...] caracterizada pela condição de ser uma instituição formadora de opinião, por ter a possibilidade de interagir com os vários segmentos da sociedade e pelo poder inerente à uma instituição de ensino, com produção de conhecimento e intervenção na sociedade. (EC1).

Em que EC3, mesmo reconhecendo a incipiente interferência, as distingue

Praticamente nada. Influenciamos pouco, mas a gente que trabalhar isso. Eu creio muito que, que um aluno bem formado é um aluno que sai daqui com o conhecimento que ele precisa ser adquirido dentro da instituição mas também que nós possamos influenciar no do caráter e no posicionamento dele sócio-político. (EC3).

Aspecto sob o qual as demais entrevistadas reconhecem que há de fato uma lacuna a ser preenchida e que alguns dos caminhos possíveis pode ser metodologicamente o das atividades de extensão.

- Reconhecem, respeitadas as concepções advindas de suas orientações administrativas e estruturais, que pelo viés da formação técnica, podem interferir também na formação do agente politicamente ativo com capacidade de exercer com competência e comprometimento cívico, atitudes e funções quais instrumentalizem proposições favoráveis a plena inserção do indivíduo a uma sociedade politicamente desenvolvida conforme defende Sen (2000), cuja percepção é defendida por EC1, ao afirmar que

Ao se formar cidadãos conscientes e críticos com certeza as solicitações de melhoria, aplicação correta dos impostos e zelo pelo bem comum, são reivindicações naturais junto aos governos local e regional.

[...]

As tomadas de decisões que implementam o desenvolvimento local e regional, com certeza levam em consideração a formação de mão de obra qualificada, o poder de pressão de uma massa crítica e atenta com as decisões em favor da sociedade. (EC1).

Situação também defendida por EC3, embora reconheça a ausência de sua IES, embora afirme que “Eu acho que nós temos nosso espaço, mas nós não ocupamos nosso espaço.” (EC3).

- Ao ser questionado sob quais variáveis as IESs representam ou não espaços políticos para tomada de decisão, ouviu-se incisivamente de EC3 de que a IES que representa, a exemplo das demais, não ocupam esse espaço, afirmando inclusive a ausência de um representante destas, nos poderes devidamente constituídos, o que

para EC1, há que considerar a formação de mão de obra qualificada, como instrumento de pressão de uma massa crítica, cuja ações estão intimamente ligadas ao bem estar social.

- Indagados sobre o foco de interferências da IESs em ações de formulação e execução de políticas públicas que dizem respeito a melhoria de qualidade de vida da coletividade em Mineiros e circunvizinhança, as entrevistadas reconhecem a formação acadêmica como condição que por si só fomenta a formação de indivíduos cuja capacidade de participação às instância de decisão são consideravelmente aumentadas, conforme defende EC1 que

As tomadas de decisão com repercussão social, levam em conta a manifestação crítica dos cidadãos que se formam nas IES, pois a educação é o instrumento que leva as pessoas a não passividade e à clareza de seus direitos e deveres.

[...]

A formação e execução de políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida da sociedade local, sofre influências das IES, justamente na formação da cidadania das pessoas que frequentam essas IES, local onde há debates, análises das tomadas de decisões. (EC1).

Importa reconhecer que tal entendimento não seja unânime nos discursos coletados. A EC3, por exemplo, afirma que “[...] que as IES instaladas em Mineiros não influenciam.” (EC3), assim como pouco reconhecem as atividades acadêmicas como parte do cotidiano social, remetendo a dualidade política das ações das universidades frente ao mundo prático defendida por Minogue (1981).

- Ainda que não represente, no conjunto das IESs entrevistadas, o reconhecimento das funções das organizações que lidam com a formação técnico profissional em curso superior, as declarações coletadas sugerem com veemência, que o foco de seus compromettimentos cívicos dá-se na qualificação para o exercício laboral, sem argumentarem que esse labor represente consideravelmente o instrumento base de construção daquilo que Sen (2000) defende como sendo de fato conteúdo ideológico do termo desenvolvimento.

Neste sentido, numa justificação do termo desenvolvimento a partir das ideias de Sen (2000), compreende-se que as IESs instaladas em Mineiros, ainda que reconheçam o distanciamento de suas ações às atividades cotidianas da sociedade contemporânea, as entrevistas coletadas, induz-nos reconhecer a necessidade de participar das discussões a respeito da relação das instituições e ou organizações cujo objeto seja a escolarização dos indivíduos.

Escolarização aqui entendida, como focada substancialmente na formação e qualificação técnico profissional, cujo labor principal diz respeito expansionismo do desenvolvimento como crescimento econômico.

Por tanto, Minogue (1981), há mais de quatro décadas alerta para a necessidade de compreender o mundo acadêmico como contrário ao mundo prático, deste modo, entendido como o espaço em que se dá a união dos conceitos gerais mesmo que estéreis no mundo acadêmico, a objetivos que gerará uma consequência prática.

Aparentemente essa argumentação pode ser confundida apenas em defesa de uma modernização da universidade, cuja sustentação se dê na ocupação de espaços políticos na sociedade em que se insere, embora, seja conveniente reconhecer a submissão das universidades a pressões das mais variadas naturezas. Essa alusão se refere, em potencial, ao que Minogue (1981) vê como a verdadeira distinção entre o

[...] o mundo prático e o mundo acadêmico, distinção essa que é incorporada na crença popular de que os são muito freqüentemente inferiores na prática, e que os jovens que saem das universidade transbordantes de teorias têm uma boa parcela de desaprendizagem a fazer de se tornarem médicos, engenheiros e homens de negócios eficiente. [...]. (MINOGUE, 1981, p.78).

Nenhuma das declarações coletadas desconhecem que as IESs (aqui entendidas como espaço em que se dá a escolarização superior na suas diferentes modalidades) ocupam lugares estratégicos na sociedade contemporânea, e por isso sofrem constantes mutações de todas as ordens e que são substancialmente elas que se caracterizam como organizações de caráter público, conseqüentemente de interesses dispares.

As declarações dos gestores, embora apresentem indicativos de homogeneidade não são suficientes para garantir interpretações sinônimas vista as

suas categorizações legais (faculdade, centro universitário e ou universidade) que além de lhes garantir prerrogativas diversas, impõe-lhes igualmente compromissos distintos quanto ao exercício de suas atividades funcionais.

A exemplo, as IESs que estão credenciadas para oferecerem formação via modalidade de educação a distância, por organização administrativa, tem instaladas em Mineiros polos que por assim serem, naturalmente apresentam considerável distanciamento dos locais de atuação em relação às suas respectivas sedes.

Considera-se com aspecto relevante, a autonomia limitada delegadas aos gestores locais no que diz respeito a retro ordenação metodológica que possa garantir o pleno cumprimento das proposições dos macros projetos das IESs, redirecionando-os à geração de capital social, restringindo-se à formação de mão de obra.

As declarações da IES que tem sede administrativa em Mineiros, dista ideologicamente das demais, visto, em primeiro pela disponibilização de contato direto dos gestores com a administração central, em segundo plano pelo envolvimento sociocultural para com o contexto (a ideia de pertencimento à comunidade), que lhes garante pleno conhecimento da realidade local, elemento facilitador para as tomadas de decisão.

Neste sentido, em se tratando dos polos instalados em Mineiros, a distância das esferas de tomada de decisão em relação ao efetivo espaços de execução dessas decisões, imputa aos seus gestores determinações condicionadas pela natureza administrativa e legal de suas sedes e por outro lado suas estruturas organizacionais e caracterização de suas obrigações legítimas não promovem condições adequadas à formação e ou ao acúmulo de capital social (períodos de funcionamento de tempo pré-determinados e com reduzidos encontros presenciais).Essas características induz a reduzido comprometimento cívico contextualizado do polo em relação a localidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo cujo foco é a participação das instituições de ensino superior instaladas em mineiros para a promoção de capital social e o desenvolvimento local e regional, possibilitou compreender: a) as evidências conceituais do que se entende por desenvolvimento, sob a perspectiva contemporânea; b) o capital social enquanto ferramenta para a implementação desse desenvolvimento, e c) qual é o papel exercido pelas IESs instaladas em Mineiros enquanto agências de fomento de Capital Social.

No primeiro aspecto, compreender o termo *desenvolvimento* como uma condição processual de liberdades em permanente expansão, que oportuniza ao indivíduo, espaços e concepções capaz de resultar em adoção de um padrão vida em coletividade.

Essa primeira premissa se centra no reconhecimento das individualidades que impõem comportamentos e estratégias próprias para a vida em sociedade, e certamente nos condiciona a entender as possibilidades de comprometimento cívico de cada indivíduo como elemento basilar para sua inserção cultural e política em seu espaço e temporalidade.

A ideia de capacidade de comprometimento cívico como estrutura conceitual de desenvolvimento, intrínseca nas oportunidades vivenciadas no cotidiano das pessoas sob condições diversas, transformam as condições vitais de interação em que se busca, não só reconhecer como vivenciar a dinâmica e interface dos mais distintos seguimentos que compõe a sociedade como todo (governos, estados, instituições e organizações de convivência coletiva).

Conseqüentemente, a ideia de desenvolvimento por este olhar, tem como base de sustentação, o reconhecimento dos papéis atribuídos a cada agente cultural, político e social a ser incorporados pelos indivíduos, cuja a busca permanente represente e seja permissiva pelas liberdades conquistadas ou a conquistar.

É preciso reconhecer ainda que essas liberdades são diferenciáveis e confundíveis, num mesmo espaço e tempo, segundo as relações e suas vinculações políticas e culturais, ferramentas de valorização das prioridades e ou das emergências, o que de maneira empírica fornece os elementos e condicionantes para uma espécie de ajustes permanentes nas posturas individuais e em coletividade.

Deste modo, o desenvolvimento sob essa condicionante, estabelece como premissa que as condições em que se vive e os desfrutes que se tem ao alcance, deve-se proporcionar plenos benefícios, enquanto indivíduo, na mesma condição em que se vê como agente político e social ou em condições opostas.

Evidentemente que, o *desenvolvimento*, a partir desta concepção, relativiza as disposições e potencialidade de vivência coletiva de cada indivíduo, conforme o estado de liberdade de que goza o indivíduo.

Ao reconhecer que o desenvolvimento é antes, como uma condição de uso das riquezas produzidas, independentemente de sua materialidade, requerendo em primeiro, um entendimento integralizado, em que estejam envolvidos todos os agentes o que significa conceber as relações econômicas, políticas e sociais, de maneira generalista, como instrumento de comprometimento social, multiforme, por que Sen (2000) defende com reformas sociais.

Deste modo, compreender as transmutações inerentes às necessidades dos indivíduos determinam o caminho dos papéis das organizações e de seus agentes quanto ao comportamento politicamente prudentes, cujo destaque se deva a garantia e manutenção da confiança como instrumento e base para o penhor de uma ampliação de sentimento de convivência em coletividade.

No segundo aspecto, se compreendermos capital social como compromisso mutuamente confiável, que se estabelece na dupla via da cooperação, que por sua vez, só é possível numa confiabilidade coparticipe e quando se estabelece cumplicidade, ou seja, quando confia e goza confiança deles, base teórica desta investigação, há que admitir a coexistência de uma intencionalidade que extrapole a condição individual da pessoa.

Numa alusão direta ao reconhecimento da concepção putiniama, compreende-se a atuação dos agentes como condição essencial para reconhecer o comprometimento cívico com os quais assumem coparticipação, com diretas intencionalidades e relações que se estabelecem no reconhecimento da reciprocidade de oportunidades e condições político-sociais, de interferência no ambiente geopolítico em que se vêm inseridos.

Não dista desta concepção a ideia de que o desempenho das instituições, tanto quanto dos atores sociais, constitui de fato a base para a estruturação coletiva que se quer como sociedade.

Assim sendo o capital social, como termo academicamente aceito, diz respeito à existência de uma rede cooperação espontânea, cujas características bases estão na confiança, nas normas e nas relações sociais, condições nas quais Punam (2006), reconhece as maiores probabilidades de existência de cooperação que por sua vez geram confiança que responde pelo acúmulo de capital social.

Sob tais concepções teóricas é possível reconhecer que as IESs entrevistada, gozam de reciprocidade limitada, de permuta e ou outra atitude que possa caracterizar opção de cooperação intencionada, foram de seus espaços administrativos. A partir destes cenários entende-se ser possível responder à questão motora deste estudo, ou seja, se há de fato participação das instituições de ensino superior instaladas em Mineiros para a promoção de capital social e o desenvolvimento local e regional.

As IESs instaladas em Mineiros, respondem pela formação técnico profissional dos agentes e atores da sociedade local e regional, sem que de fato extrapolem a função de agência de ensino. Segundo os desafios identificados, destaca-se o de se compreenderem como parte do mundo prático, sem abandonar suas características de mundo acadêmico.

Certo que as IESs, na concepção de Minogue (1981), dizem respeito a um espaço em simultânea alteração e conflito quando da geração da uma estrutura conexa de saberes cuja aplicabilidade no mundo prático se restringe ao desempenho de habilidades técnicas de fazer apreendidas o que as atribuiriam uma ocupação meramente teórica.

No terceiro e último aspecto analisado, não reconhecer que as intra-relações por si constituem o que Putnam (2006), considerou como capital social estrutural, sob as evidências sustentadas pelas informações coletadas, imputaria a caracterização das IESs o *status* que Minogue (19981) denominou de mundo acadêmico.

Nisto, os riscos de atrelar às organizações estudadas, quanto às suas ordenações sociais, culturais e políticas, a instituições cujo vínculo aos seguimentos externos às suas jurisdições conceituais, se dá apenas nos aspectos do intelecto, seria uma imputação de isolamento enquanto agente político de corpo presente na coletividade.

Entretanto, é pertinente reconhecer que como agências de fomento de acúmulo de capital social em quantidade substancial para concretização do desenvolvimento, a partir da ideia de uso fruto das liberdades reconhecidas como próprias do ser humano em convivência coletiva, respeitadas as intencionalidades próprias, as IESs,

instaladas em Mineiros/GO, apesar de subvencionar a formação técnica profissional, não apresentam dividendos que as qualifiquem como agentes cujas ações se responsabilizem por confiabilidades.

Neste sentido, compreendê-las como agências cujas atividades estejam focadas no município de habilidades que permitam aos atores sociais, o desenvolvimento de hábitos cujo fim se dê no pleno estabelecimento de intencionalidades coletivas, cuja função primeira se dê na satisfação das condições consideradas ideais para a vida em coletividades com qualidade.

O reconhecimento das conformações legais que dizem respeito as diferentes categorização a que pertencem as IESs objeto deste estudo, não dissimula o distanciamento das teorizações que respondem pela conceitualização contemporânea de capital social. É certo que o *mundo acadêmico*⁵, numa suposta alusão às concepções de desenvolvimento requerida pelo neo-estado, não tem, por e em atividades inerentes ao seu labor, se ausentado de vivenciar as externalidades específicas de seus contextos.

Neste sentido, às ações inerentes formação técnica, mesmo que no mundo prático, não credenciam, conforme deduções advindas das declarações vinculadas a este estudo, capacidades cooperativas que traduzam as confiabilidades que alimentam o capital social, visto que o desenvolvimento das habilidades técnicas apreendidas do mundo acadêmico, não clarificam as confiabilidades socioculturais que garantam a satisfação das intencionalidades do coletivo.

Ainda que as responsabilidades legais delegadas a cada uma das categorias a que vinculam as IESs envolvidas, estabeleçam diretrizes para interferências que se limitam a ações de município técnico disposto aos agentes, o que não significa que tais agentes tenham sido providos de cabedal ideológico capaz de os impulsionarem às convivências cooperadas.

Se a germinação da confiabilidade de fato se dê na convivência harmoniosa dentre os pares, mesmo subjugando as intencionalidades individuais às coletivas, e que é essa confiança que de fato traduz o capital social, entendido como um instrumento cultural, social e político capaz de provocar reordenações nas intencionalidades públicas cujo teor seja a equitativa distribuição do bens e serviços,

⁵ Grifo nosso

as IESs, base deste estudo, não demonstraram práticas cotidianas que alimentem tais direcionamentos.

Cabe ainda o discurso de que as responsabilidades legais, aqui entendidas como metodologias delegadas de ações, cujo pretensão vai insignificamente além da formação técnico profissional, cuja deficiência se estabelece no comprometimento cívico, de fato não representam atos declaratórios das IESs correlacionados aos seus papéis político-sociais.

Por conseguinte, a afirmação de que tais organizações respondem ou não respondem pelo acúmulo de capital social na cidade de Mineiros/GO, que implique de maneira substancialmente observável no desenvolvimento local e regional, carece reconhecer que estas representam probabilidades de emergente capital social estrutural, não extrapolando o caráter organizacional.

As diretrizes legais a que se submetem, embora as anunciem, não se apresentam com clareza no mundo prático capaz de garantir a afirmação que de são no âmbito ideológico vivenciados durante as estadas nas IESs que municiam os agentes ao envolvimento cívico capaz de, por sua vez, retroalimentar a cooperação como ação coletivo cujo resultado implica no desenvolvimento análogo às proposituras de Sen (2000).

Novo desafio indicado pelas entrevistas está em concretizar a compreensão do conceito de capital social como uma aprendizagem a ser efetivamente tratada a partir de suas inferências em suas externalidades, não só como campo de experimento de seus saberes inéditos, mas como uma possibilidades de utilização do racional para compreensão do empírico, cujo retorno se daria no fidedigno entendimento das necessidades e clareza quanto a viabilidade das ações pretendidas.

REFERÊNCIAS

ABU-EL-HAJ, Jawdat. **A mobilização do capital social no Brasil: o caso da reforma sanitária no Ceará**. São Paulo: Annablume, 1999.

ALVES, Zélia Mana Mendes Biasoli; SILVA, Maria Helena G. F. Dias da. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia** (Ribeirão Preto) no.2 Ribeirão Preto Feb./July 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X1992000200007&script=sci_arttext> Acesso em: 19 JAN 2014.

AMARO, Rogério Roque. **Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria**. Lisboa: I.S.C.T.E., 2004. Disponível em: <<http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/3186>> Acesso em: 11 SET 2013.

BAVA, Silvio Caccia. **Tecnologia social e desenvolvimento local**. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/1522/1522.pdf> > Acesso em: 13 SET 2013.

BOURDIEU, P. **Capital Social - Notas Provisórias**. Trad. Denice Bárbara Catani e Afrânio Mendes Catani. Revisão Técnica: Maria Alice Nogueira. (Actes de la recherche en sciences sociales) Paris, n. 31, janeiro de 1980, p. 2-3. Disponível em: <https://www.google.com.br/?gws_rd=cr&ei=Mn95UqrNJ5LQkQf42oHwCw#q=P.+Bourdieu.+Le+capital+social.+notes+provisoires.+Actes+de+la+recherche> Acesso em: 05 NOV 2013.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BRASIL. Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). IBGE, **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=521310>> Acesso em: 13 AGO 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito de Desenvolvimento do ISEB rediscutido. DADOS – **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 1, 2004, pp. 49 a 84. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2004/78ConcDesenvlISEB-Dados.pg.pdf>> Acesso em: 12 SET 2013

CASTRO, Maria de Fátima de Carvalho Menezes e. **Capital social**. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão. Disponível em: <<http://www.gestiopolis.com/administracion-estrategia/capital-social-de-las-empresas.htm>> Acesso em: 27 AGO 2012.

COLEMAN, J. S. “**Social Capital in the Creation of Human Capital**” in LESSER, L. L. Knowledge and Social Capital: Foundations and Applications, Boston, Butterworth Heinemann, 1999.

COSTA, Maria Alice Nunes. Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: *a favela da mangueira no rio de janeiro*. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, **21**, p. 147-163, nov. 2003 (pag. 147-163).

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In LOPES, E.M.T.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. (orgs). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. (pp. 151-204).

_____. O Ensino Superior no Octênio FHC. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 37-61, abril 2003. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 30 MAR 2013

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as Políticas para a Educação Superior no Brasil nos anos 90. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 234-252. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 30 Mar 2013.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>> Acesso em: 06 ABR 2013.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FUKUYAMA, Francis. **Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

FRAUCHES, Celso da Costa. **LDB anotada e comentada e reflexões sobre a educação superior**. 3. ed. Brasília: ILAPE, 2012

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. V35, n2. Mar/Abr. 1995.

GOMES, W. (1990). Considerações sobre a submissão de projetos que utilizam métodos qualitativos de pesquisa para agências financeiras. **Anais do 3º Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, ANPEPP**. Águas de São Pedro, São Paulo, 239-243.

GROOTAERT, Christiaan et al. **Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS)**. Banco Mundial - Grupo Temático sobre Capital Social, Washington DC, 23 de junho de 2003. Disponível em: <<http://empreende.org.br/pdf/Capital%20Social%20e%20Cidadania/Question%C3%A1rio%20Integrado%20para%20Medir%20Capital%20Social.pdf>> Acesso em: 23 FEV 2014.

HIGGINS, Silvio Salej. **O capital social está na moda: Análise para sua reconstrução teórica**. Santa Catarina: UFSC, 2003 (Dissertação de mestrado

apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil).

HOBSBAWM, Eric J. **A era do Capital**. Trad. Luciano Costa Neto. 15. ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

LAZZARI, Ney José, KOEHNTOPP, Paulo Ivo, SCHMIDT, João Pedro. Apresentação. **Instituições comunitárias**: Instituições públicas não-estatais. João Pedro Schmidt (org.). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

LIMA NETO. Evaristo José de. A noção de capital social e seu lugar na pauta de agências de desenvolvimento. **Revista IDEAS**, v. 1, n. 1, p. 44-59, jun.-dez. 2007. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/cpda/ideas/revistas/v01/n01/IDeAS-v01_n01-artigo_EVARISTO_DE_LIMA_NETO.pdf> Acesso em: 29 JAN 2014.

LOEBEL, Eduardo. **As Noções de Capital Social e pobreza no Brasil**. Disponível em: <<http://empreende.org.br/pdf/Capital%20Social%20e%20Cidadania/Capital%20social%20e%20pobreza.pdf>> Acesso: em 19 AGO 2012.

LOPES, E.M.T.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. (Orgs). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOPES, José Rogério. **Cultura e ideologia**. São Paulo: Cabral Editora, 1995.

MEEK, Ronald L. **Economia e Ideologia; o desenvolvimento do pensamento econômico**. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zaahar Editores, 1971.

MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). **IV Conferencia Regional IS TR-LAC**, San José, Costa Rica, 8-10 de outubro, 2003.

MINOGUE, Kenneth R. **O conceito de Universidade**. Trad. De Jorge Eira Garcia Vieira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra; MENDONÇA, Sônia Regina de. Capital Social. **ANPPAS-Revista Ambiente e Sociedade** (revistaambienteesociedade@gmail.com). Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/capsoc.html>> Acesso em 29 AGO 2012.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. In SOARES, Maria Susana Arrosa (Coord.) **A Educação Superior no Brasil**. Porto Alegre: CAPES: UNESCO: GEU, Novembro de 2002. (pp.24-37).

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Trad. Luiz Alberto Monjardim. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández;/ LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de La investigación**. 4. ed. Mexico: McGraw-Hill Interamericana, 2006.

SANTOS, Fabio Franklin Storino dos. **Capital Social: vários conceitos, um só problema**. São Paulo: FGV, 2003. (Dissertação apresentada a Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração Pública e Governo).

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAVIANI, Dermeval. A Expansão do Ensino Superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica** - V.8, N.2 ago/dez.2010; pp.4-17. Catalão: UFG, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/poiesis/article/view/14035>> Acesso em: 03 AGO 2013.

SAWAARYA, Josefine. A história da universidade no Brasil. **Marcadores: trabalhos acadêmicos**. 2010. Disponível em: <<http://academicadepedagogia.blogspot.com.br/2010/02/historia-da-universidade-no-brasil.html>> Acesso em: 02 ABR 2013.

SCHMIDT, João Pedro (org.). **Instituições Comunitárias: instituições públicas não estatais**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009. Disponível em: <http://webserver.univates.br/comung/e-book_instituicoes_comunitarias.pdf#page=52> Acesso em 19 JAN 2013.

SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão de capacidades Trad. de Regis Castro Andrade. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**: Print version ISSN 0102-6445. Lua Nova no. 28-29 São Paulo, Apr. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451993000100016&script=sci_arttext#nt> Acesso em: 11 JAN 2014.

_____. **Desenvolvimento como Liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA JÚNIOR, José Deocleciano de Siqueira. O Capital Social: discussão em torno da construção de um conceito. **Revista Espaço Acadêmico**, n° 72, Maio/2007, Mensal, Ano VI, ISSN 1519.6186. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/072/72silvajr.htm>> Acesso em: 22 AGO 2012.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento: significado e estratégia**. Brasília: TEM: SNES, 2004. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF93983B60FE/prog_desenvolvimentoestrategica.pdf> Acesso em: 11 SET 2013.

SOARES, Maria Susana Arrosa (Coord.). **A Educação Superior no Brasil. Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe**. IESALC-Unesco-Caracas. Porto Alegre, 2002. Disponível em:

<<http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/educacao-cultura/texto-6-2013-a-educacao-superior-no-brasil.pdf>> Acesso em: 02 ABR 2014.

UPHOFF, Norman. **Understanding social capital: learning from the analysis and experience of participation**. Disponível em: <Uphoff http://www.isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic793411.files/Wk%206_Oct%208th/Uphoff_2000_Understanding_Soc_Capital.pdf> Acesso em: 10 MAI 2014.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2003.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é universidade**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984 (Col. Primeiros Passos).

WOOLCOCK, M. Capital de Desenvolvimento Econômico e Social: em direção a uma síntese teórica e quadro político. **Teoria e sociedade**, 27, 1998.

WEBER, Max. **Conceitos básicos de Sociologia**. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS⁶

1. CARACTERIZAÇÃO DA IES

1.1 Nome:

1.2 Esfera Administrativa

pública federal pública estadual pública municipal privada

1.3 Ano de instalação em Mineiros:

1.4 Categoria Administrativa da IES

Faculdade Centro Universitário Universidade Polo EAD

1.5 Níveis de atuação

Graduação Pós-Graduação (*Lato sensu*) Pós-Graduação (*Stricto sensu*)

1.6 Função do entrevistado

1.7 Na ocasião da instalação da IES em Mineiros, quais foram os primeiros cursos oferecidos?

1.8 Dos Cursos oferecidos pela IES, quais, a instituição considera os mais importantes para Mineiros e região?

2. GRUPOS E REDES

2.1 A quais grupos ou organizações, redes ou associações que a IES está vinculada? Tais grupos foram formalmente organizados ou foram constituídos

⁶ Instrumento reordenado a partir do **Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS) (Integrated Questionnaire for the Measurement of Social Capital) (SC-IQ)**. Banco Mundial, elaborado em 23 de junho de 2003, sob a responsabilidade do Grupo Temático sobre Capital Social.

por conseqüências de alguma atividade específica. (Ex.: grupos de pesquisa, grupos de docentes, associações de IES)

- 2.2 Quais são os benefícios de fazer-se parte de tais grupos?
- 2.3 Qual é a origem dos membros de tais grupo? (Dos quais a IES participa?)
- 2.4 Como essa IES trabalha, ou interage com as outras IES instaladas em Mineiros?

3. CONFIANÇA E SOLIDARIEDADE

- 3.1 As IES, instaladas em Mineiros, praticam regularmente atividades que lhes incentivam respeito e confiança? Exemplifique:
- 3.2 Sob sua visão, qual é o posicionamento desta IES em relação as demais, instaladas em Mineiros?
- 3.3 Sob seu ponto de vista, como se dá a cooperação entre as IES instaladas em Mineiros?
- 3.4 Porque se pode, ou não se pode confiar, nas IES instaladas em Mineiros?
- 3.5 Como se relacionam as IES instaladas em Mineiros?
- 3.6 Na sua opinião, o grau de confiança entre as IES, instaladas em Mineiros, evoluiu nos últimos cinco anos?
- 3.7 Com que frequência você diria que as IES instaladas em Mineiros se ajudam?
- 3.8 Se um projeto para o Município de Mineiros, não beneficie diretamente esta IES, porém dependesse da anuência dela, qual seria a postura da instituição sobre o assunto?

4. AÇÃO COLETIVA E COOPERAÇÃO

- 4.1 Nos últimos 5 anos, esta IES trabalhou com as demais, instaladas em Mineiros, em projetos conjuntos?
- 4.2 Quais foram as principais atividades desenvolvidas em parceria com outras IES instalada em Mineiros?
- 4.3 Como se deu a participação de sua IES nessas atividades?
- 4.4 Qual é a sua opinião sobre a participação direta (ou não), das IES instaladas em Mineiros, em atividades político-sociais, direcionadas ao desenvolvimento local e ou regional?
- 4.5 Na sua opinião, as IES instaladas em Mineiros, contribuem ou não, para objetivos comuns (como qualificação de mão de obra, produção científica, atividades de extensão, participação político-partidária, grupos consultivos e outros)?
- 4.6 Qual a probabilidade das IES instaladas em Mineiros, cooperarem para o agenciamento de ações que promovam o bem estar social?

5. INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- 5.1 Sob seu ponto de vista, quais são os mais importantes canais de interlocuções entre as IES instaladas em Mineiros?
- 5.2 Como tem se dado a interlocução entre esta IES e outras instituições/organizações frente às necessidades básicas do ensino superior local e seu desenvolvimento?

6. COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL

- 6.1 Sob seu ponto de vista como se dá o grau de comunhão ou proximidade entre as IES instaladas em Mineiros e a comunidade local?
- 6.2 Sub seu ponto de vista, como as características das IES instaladas em Mineiros (natureza pública ou privada, número de cursos, empregabilidade dos cursos oferecidos, status social dos cursos oferecidos, estrutura organizacional e administrativa, dentre outras), interferem ou não, nas relações entre elas, e não por que?
- 6.3 Como se dá a participação desta IES em atividades promovidas pela comunidade civil em Mineiros e ou região circunvizinhas?
- 6.4 Sob sua opinião de quais atividades promovidas pela sociedade, via instituições/organizações reconhecidas, que as IES instaladas em Mineiros, tem participado?

7 SOCIABILIDADE - INTERAÇÕES SOCIAIS COTIDIANAS.

- 7.1 Sob seu ponto de vista como se configura o diálogo entre as IES instaladas em Mineiros?
- 7.2 Assim como se configura o diálogo entre essa IES e outros segmentos da sociedade local?
- 7.3 Sob o ponto de vista da IES, quais seriam os benefícios em estabelecer um processo colaborativo entre as IES instaladas em Mineiros, para o desenvolvimento da comunidade local e regional?

8. AUTORIDADE OU CAPACITAÇÃO (EMPOWERMENT) E AÇÃO POLÍTICA

- 8.1 Sob aspectos generalistas, como você considera esta IES, frente às demais IES instaladas em Mineiros, participa das decisões a favor da coletividade?

- 8.2 Sob suas considerações, como tem se dado as tomadas de decisões em relação a formulação e execução de políticas públicas de desenvolvimento, local e regional e que papel representam as IES instaladas em Mineiros nesse processo?
- 8.3 Sob suas considerações, o que tem caracterizado o principal papel das IES instaladas em Mineiros na tomada de decisões políticas?
- 8.4 Numa síntese descritiva, como você caracteriza a função político-social das IES instaladas em Mineiros?
- 8.5 Sob que aspectos as IES instaladas em Mineiros se configuram como espaço de formulação de solicitações aos governos, local e regional?
- 8.6 Sob quais variáveis as IES instaladas em Mineiros, representam, ou não, espaços políticos para tomada de decisões que implementem o desenvolvimento local e regional?
- 8.7 Sob que condicionantes as IES instaladas em Mineiros, influenciaram ou não, quanto as tomadas de decisões com repercussão social?
- 8.8 Na sua opinião, em que aspecto centra a influência das IES instaladas em Mineiros, na formulação e execução de políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida da sociedade local e ou regional.
- 8.9 Em geral, em comparação a época antes da instalação das IES em Mineiros, sob que variáveis estas interferiram ou influenciaram em todas as decisões favoráveis ao desenvolvimento local e ou regional?
- 8.10 Como é a relação da IES com o governo municipal de Mineiros?

APÊNDICE B - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA CONCEDIDA PELA EC1

1. Caracterização da IES

- 1.1 Nome: Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES/EC1)
- 1.2 EC1 é uma Instituição Pública Municipal
- 1.3 Instalada em Mineiros em Março de 1985.
- 1.4 Credenciado como Centro Universitário desde 2013.
- 1.5 EC1 atua nos Níveis de Graduação e Pós-Graduação (lato Sensu)
- 1.6 Respondemos pela Reitoria (de mandato de 2013 a 2016)
- 1.7 EC1 inicia suas atividades de ensino com o Curso Bacharelado em Administração
- 1.8 Todos, pois os cursos são implantados visando atender as necessidades da região.

2. Dimensão Grupos e Redes

- 2.1 EC1 está associada a Associação das Fundações Municipais de Ensino Superior de Goiás e à ABRUEM. Grupos formalmente organizados em razão de interesses comuns
- 2.2 Fortalecimento da Instituição troca de experiências, intercâmbios com professores.
- 2.3 Todos envolvidos com a oferta de ensino superior
- 2.4 Infelizmente não há abertura da IES para uma interação, com exceção da Universidade Aberta do Brasil.

3. Dimensão: Confiança e Solidariedade

- 3.1 Não

- 3.2 Posicionamento de respeito e de abertura para firmar parcerias.
- 3.3 Não há espírito de cooperação pelas demais. A nossa sempre se dispõe a firmar parcerias para uso de laboratórios, projetos de pesquisa e extensão entre outros.
- 3.4 Há certas fragilidades nas demais IES instaladas em Mineiros. Umas tem apenas visão comercial e outras atendem a interesses políticos. Não há relacionamento.
- 3.5 Não há relacionamento
- 3.6 Não
- 3.7 Não se ajudam
- 3.8 Se o projeto for bom para o município com certeza tem todo o nosso apoio.

4. Dimensão: Ação Coletiva e Cooperação

- 4.1 Não
- 4.2 Nenhuma
- 4.3 Não houve, nunca fomos convidados.
- 4.4 Este é o grande objetivo da criação desta Instituição e esta tem sido a minha luta, enquanto reitora, junto aos gestores públicos.
- 4.5 Acredito que contribuem e muito, de forma direta e ou indireta na qualificação de mão de obra, atividades de extensão e nos demais aspectos ainda não há uma consciência formada a respeito, mas aos pouco esta realidade deverá ser mudada.
- 4.6 Já há algumas iniciativas neste aspecto, não só das estatais, mas também das privadas como Projetos de Extensão.

5. Dimensão: Informação e Comunicação

- 5.1 Não há canais de interlocução, cada instituição trilha seu caminho de forma isolada e independente.
- 5.2 Já foram feitas várias tentativas, porém nada se concretizou.

6. Dimensão: Coesão e Inclusão.

- 6.1 As IES presenciais tem sim um grau de comunhão com a comunidade local através dos projetos de extensão.
- 6.2 Não interferem, pois cada IES caminha isoladamente.
- 6.3 Está sempre presente atendendo as solicitações com participação dos alunos e ou servidores.
- 6.4 Momentos cívicos, audiências públicas, dias de campo, projetos sociais de um modo geral.

7. Dimensão sociabilidade: Interações Sociais cotidianas.

- 7.1 Não há diálogo.
- 7.2 Aberto.
- 7.3 Fortalecimento das IES e melhor utilização dos recursos públicos para o bem estar da sociedade.

8. Dimensão: Autoridade ou Capacitação (EMPOWERMENT) e Ação Política

- 8.1 Acredito que por ser uma instituição municipal ela tem por obrigação provocar a participação em ações em favor da coletividade. Por exemplo: - Houve um período em que lideranças visando apenas interesses políticos propuseram a estadualização da instituição e esta por sua vez provocou a participação da sociedade para tomar a decisão que fosse melhor para a coletividade. No período do credenciamento da IES como Centro Universitário, foi necessário também, a mobilização, pois líderes políticos não interessavam está tomada de decisão em favor da IES.
- 8.2 Infelizmente não se percebe um planejamento local, nem regional com relação às tomadas de decisão de políticas públicas de desenvolvimento local e regional. As IES não são ouvidas nas tomadas de decisão e muitas vezes são pegadas de surpresa até mesmo quanto aos cursos que tem que implantar para formar a mão de obra necessária.

- 8.3 Uma IES detém por si mesma um poder que pode influenciar a sociedade, assim sendo, elas tem que ser ouvidas na hora de tomada de decisões políticas.
- 8.4 A função político social é caracterizada pela condição de ser uma instituição formadora de opinião, por ter a possibilidade de interagir com os vários segmentos da sociedade e pelo poder inerente à uma instituição de ensino, com produção de conhecimento e intervenção na sociedade.
- 8.5 Ao se formar cidadãos conscientes e críticos com certeza as solicitações de melhoria, aplicação correta dos impostos e zelo pelo bem comum, são reivindicações naturais junto aos governos local e regional.
- 8.6 As tomadas de decisões que implementam o desenvolvimento local e regional, com certeza levam em consideração a formação de mão de obra qualificada, o poder de pressão de uma massa crítica e atenta com as decisões em favor da sociedade.
- 8.7 As tomadas de decisão com repercussão social, levam em conta a manifestação crítica dos cidadãos que se formam nas IES, pois a educação é o instrumento que leva as pessoas a não passividade e à clareza de seus direitos e deveres.
- 8.8 A formação e execução de políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida da sociedade local, sofre influências das IES, justamente na formação da cidadania das pessoas que frequentam essas IES, local onde há debates, análises das tomadas de decisões.
- 8.9 Antes da instalação das IES, os jovens eram formados nos grandes centros e muitos não retornavam ao município. Não havia nenhuma vivência desta força jovem na sociedade e nas tomadas de decisões. A partir do momento em que se instalou o ensino superior os jovens começaram a se interessar pelas políticas públicas de desenvolvimento até mesmo porque houve pressão para criar empregos para os mesmos e isto forçou as lideranças a buscarem a industrialização para o município.
- 8.10 A relação é de parceria, respeito e união de forças para a melhoria dos serviços prestados à sociedade em todos os aspectos, buscando o conhecimento gerado na instituição através dos cursos das diversas áreas e aplicando nos vários setores da sociedade para melhor atender o cidadão. Preocupação constante com a formação de mão-de-obra qualificada para

atender às demandas da sociedade e melhorar a qualidade de vida dos munícipes.

APÊNDICE C - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA CONCEDIDA PELA EC2.

1. Caracterização da IES

- 1.1 Nome: EC2.
- 1.2 EC2 é uma Instituição mantida pela iniciativa privada.
- 1.3 Instalada em Mineiros em Janeiro de 2013.
- 1.4 Credenciado como Universitário desde 1988.
- 1.5 EC2 atua nos Níveis de Graduação e Pós-Graduação (lato Sensu)
- 1.6 Respondemos pela Coordenação/Tutoria desde 2013
- 1.7 EC2 inicia suas atividades de ensino na modalidade EAD, com Cursos Letras, Português, Inglês, Português/Inglês, Português/Espanhol, Matemática, Sociologia, História, Geografia, Ciências Biológicas e Artes Visuais.
- 1.8 Os Cursos superiores de menor duração que envolve a área empresarial voltados para o agronegócio, voltados para análise de sistemas também e Gestão Pública.

2. Dimensão Grupos e Redes

- 2.1 Sim. EC2 surgiu decorrente do ensino ofertado ao público que era ensino médio então começou dentro das escolas propostas pelo objetivo ai se implantou a faculdade é e diante da necessidade da educação superior criou-se o sistema de EAD.
- 2.2 É a questão de maior comodidade para quem não queira frequentar a faculdade todos os dias, é ela apresenta não só a modalidade SEI como também o SEPE, aqui no polo de Mineiros é a SEI, onde o aluno tem total independência de estudo em casa.
- 2.3 É grande em parte eles já estão ai dentro do mercado empresarial, já atuam e vê a necessidade de possuir o ensino superior.

2.4 No nosso caso aqui é da ... a modalidade SEI, então a modalidade diferenciada dentro das outras instituições de ensino EAD de Mineiros, que a proposta é SEPE. Não. Eu diria que hoje esse mercado de EAD se torna um pouco competitivo, então não tem essa integração entre os polos.

3. Dimensão: Confiança e Solidariedade

- 3.1 Sim. EC2 propõe, tanto para a equipe que trabalha na Coordenação, Tutores, Secretários, assim como os alunos uma plataforma atualizada com vários avisos regularmente e também oferta não só para os alunos mas para população de modo geral, um ciclo de palestras.
- 3.2 Ela veio fazer a diferença. É na questão de que o aluno é independente e ele tendo um computador ele estuda em casa e só vem ao polo para consultas assim prévias.
- 3.3 Hoje eu vejo como fator de competitividade. Sabe a busca de alunos. É e uma questão da EC2 que faz a diferença também que não há necessidade de formação de turmas. Quanto ao um critério de cooperação entre IES não. Não existe.
- 3.4 Eu acredito que atende as exigências do MEC, e estão sendo supervisionadas pelo MEC agora na atualidade por ter tido danos num grande ranque no ensino superior, então se tem amparo do MEC e esta aí a disposição nós temos que ter confiança nesse tipo de ensino aí ofertado.
- 3.5 Acredito que sim. É depende do público que a procura por que nós temos vários casos das pessoas que a começam não se adaptam ao sistema por ser totalmente voltado para área da informática o que dificulta o processo de ensino né.
- 3.6 É, ... volta-se totalmente para o ensino informatizado, então requer mais habilidade do estudante que se ingressa nessa modalidade de ensino, faz com que ele procura um aperfeiçoamento para acompanhar as plataformas o ava. Entre elas não, não há ajuda, são independente.
- 3.7 A relação do EAD ele é colocado como uma educação de negócio então nos precisamos enxergar dessa forma. Então assim várias outras instituições vão

surgindo ao longo do ano nessa forma de dependência, onde cada um viabiliza o lucro a lucratividade independente.

4. Dimensão: Ação Coletiva e Cooperação

- 4.1 Não
- 4.2 Nenhuma
- 4.3 Não houve solicitação. Somente de convênio para empresas interessadas.
- 4.4 Eu acredito que ela vem atender esse público que esta nas grandes empresas de nossa cidade que não possui tempo para o estudo constante diário, então vem fortalecer nessa preparação, voltar para aperfeiçoamento mesmo da prática do profissional. Mais laboral do que político administrativo. Não uma participação.
- 4.5 A contribuição, lógico que vem, mas parte mais de uma qualificação profissional, pessoal, da pessoa que já esta interagida no meio social e profissional da cidade que ele ta buscando esse aperfeiçoamento, então vai depender de cada aluno na atuação que ele atua no dia a dia, como ele vai levar as práticas da sala de aula para a realidade dele.
- 4.6 Eu acredito que há a possibilidade de projetos focalizados pra dentro da sociedade, mas há uma necessidade da própria sociedade aceitar essa modalidade de ensino.

5. Dimensão: Informação e Comunicação

- 5.1 As divulgações em si estão na mídia, que é televisiva, no rádio, mas somente a nível de divulgação, de vestibular, de posicionamento da UNIP frente ao IGC. Projeto de interlocução entre as IES não observo.
- 5.2 Ai deveríamos contar com a integração de todas as instituições na qual os alunos trabalham e frequentam para ter essa divulgação e essa interação do que a faculdade propõe com meio profissional, incluindo as organizações e instituições não educativas.

6. Dimensão: Coesão e Inclusão.

- 6.1 Não se dá.
- 6.2 Interfere. Quando a gente coloca aqui na questão de número de cursos. Então vamos fazer uma comparação. Dentro da UNIP a quantidade de
- 6.3 Curso, tanto os tradicionais os superiores quanto os de menor duração oferece uma lista enorme de variedades de cursos com a qual o aluno pode se ingressar.
- 6.4 Nenhuma.
- 6.5 A atividade proposta no momento são somente as aulas e o ciclo de palestra que pode ser disponibilizada à sociedade.
- 6.6 Nenhuma.

7. Dimensão sociabilidade: Interações Sociais cotidianas.

- 7.1 No caso aqui dentro voltado para a UNIFIMES, nós temos essa proposta de uma biblioteca onde ela é compartilhada, que ela é aberta não só para o público aqui estudantes da EC2, mas também para a sociedade de modo geral e os acadêmicos da UNIFIMES.
- 7.2 É mais o fator de divulgação, somente na época de vestibulares e das evoluções.
- 7.3 Eu acredito que poderia ser ofertado ciclos de seminários e outras propostas de parceria entre as instituições na qual trocasse experiências.

8. Dimensão: Autoridade ou Capacitação (EMPOWERMENT) e Ação Política

- 8.1 Eu acredito que seja por causa desse diferencial da modalidade SEI, que diferencia das demais instituições de EAD em Mineiros.
- 8.2 Eu acredito que não é feito uma pesquisa vamos pensar assim para ver a necessidade de implantações de outras IES aqui dentro do município de Mineiros dentro do regional. Então o que busca é justamente isso, é que nem

aqui nós temos outros casos, se aqui tem então público tem. Então é implanta sem pesquisa de dados e de oferta.

- 8.3 Ofertar uma modalidade de ensino diferenciada ao aluno da regular.
- 8.4 Seria somente na formação do profissional.
- 8.5 Foi o que eu já disse antes. Eu acredito não é feito uma demanda de oferta, não tem essa análise, para ver se vai atender, é aquela tentativa de dar certo, implantou vamos ver se tem público.
- 8.6 Eu acredito que não representa. Não interferem nessas tomadas de decisões.
- 8.7 Aqui o aspecto é somente voltado para formação profissional, em capacitação.
- 8.8 Aqui já entra a questão assim é da formação profissional, capacitação para atender a demanda das tecnologias, das empresas da cidade, então vem contribuir para isso.
- 8.9 Quando pensado em educação superior assim de modo geral nos reconheceríamos somente as presenciais que são faculdades mais antigas mais tradicionais dentro da cidade e as vezes não tinha acesso para todas as classes sociais ai veio as EADs com preço mais acessível que já possibilita as pessoas com rendas menores a atingir o ensino superior e melhorar na qualidade de vida e profissional.
- 8.10 Eu acredito que o governo municipal repassa aquilo mínimo na qual ele tem que repassar, então não há um investimento maior de interesse ele vai atender a educação básica então o ensino superior é de responsabilidade do cidadão.

APÊNDICE D - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA EC3.

1. Caracterização da IES

- 1.1 Nome: EC3, Unidade de Mineiros. ()
- 1.2 A EC3 é uma Instituição mantida pelo Estado de Goiás.
- 1.3 Instalada em Mineiros em Janeiro de 2006.
- 1.4 Credenciada como Universidade.
- 1.5 A EC3 em Mineiros, atua nos Níveis de Graduação.
- 1.6 Respondemos pela Direção Universidade Estadual de Goiás, Unidade de Mineiros, a 4 meses.
- 1.7 A UEG inicia suas atividades de ensino com os Cursos Tecnólogos em Redes, Tecnólogo em Agropecuária, posteriormente Bacharel em Ciências Econômicas e o Superior Tecnológico em Sucroalcooleiro.
- 1.8 Os Cursos foram implantados segundo a visão de lacuna na qualificação de mão de obra que as empresas necessitavam, por isso acreditamos que esses cursos vieram atender a demanda existente na época.

2. Dimensão Grupos e Redes

- 2.1 A Unidade de Mineiros não pertence a nenhum. Mas EC3 está ligada à FAPEG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás e ao CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).
- 2.2 Primeiramente qualificação do corpo docente, especificamente professores e verba, que atualmente dentro da instituição nós temos um pouco mais de 5 milhões de reais proveniente da FAPEG e CNPQ.
- 2.3 São todos professores da instituição, efetivos.
- 2.4 Na verdade nós temos um bom relacionamento, mas só isso nenhuma interação. Pelo menos a EC3 perante a ... e a ..., atualmente nós não temos nenhuma interação.

3. Dimensão: Confiança e Solidariedade

- 3.1 Sim. Claro, a gente vê que as, tanto nós como eles trabalha na graduação e na pós-graduação e a princípio, antes de tudo, a gente sabe que nós somos regidos pelo ou o MEC ou o Conselho Estadual, então fora os conselhos regionais de cada curso que é oferecido, então pra mim já só o do começar já gera esse respeito e essa confiança.
- 3.2 Nós temos um diferencial em relação às outras IES, é que nós além de sermos pública nós somos gratuita, então o nosso levar da educação para a população mais carente, aquela necessitada nós efetivamente somos a única IES aqui que faz e traz esse benefício de ser pública e de ser gratuita
- 3.3 Olha nós temos bons relacionamento, mas acabamos ainda não estreitando laços, então acabamos não cooperando uma com a outra, por mais que eu sei que se na hora da necessidade e de se precisar nós vamos ter essa cooperação.
- 3.4 Eu creio que a gente tem total confiança em qualquer uma delas aqui por que existem seus órgãos que regulamentam e esses órgãos fazem com que nós tenhamos que andar dentro da linha e aquilo nós propomos, é de levar nós temos que levar, esse conhecimento, essa integração entre pesquisa, ensino e extensão que toda universidade tem que fazer, eu creio, vindo de fora, que as três instituições aqui que são as maiores fazem isso
- 3.5 Pode se dizer que é um relacionamento periférico, justamente é um relacionamento não estreitado.
- 3.6 Ah! Com certeza! A gente passa pela nossa Universidade, que já era universidade que fez quinze anos esse ano que ela vem crescendo vem trazendo essa credibilidade, a gente vê o crescimento da ..., passando para ... e a gente vê o trabalho da ... também de crescer seus cursos e de trazer novos cursos para Mineiros.
- 3.7 Eu acho que essa frequência é mais de necessidade. Eu creio que, eu tenho visto algumas parcerias sendo feitas mas a gente tem mais pra fazer. Eu creio que as IES daqui de Mineiros poderiam ter uma maior contribuição se unissem.
- 3.8 Olha a gente sabe que aqui das coisas naturais da educação, a gente sabe que existe uma política né, e que essa política na verdade as instituições hoje

estão muito relacionadas com os partidos políticos e a gente sabe que as verbas são liberadas conforme o trabalho encima da base partidária. Então a gente sabe que mudanças de governo, mudança de partido que está no governo eles acabam ajudando umas e em contrapartida atrapalhando outras ou não deixando de beneficiar, e isso acontece aqui dentro de Mineiros, dentro das IES.

4. Dimensão: Ação Coletiva e Cooperação

- 4.1 Não
- 4.2 Não temos nenhuma, mas a partir desse ano eu estou começando os trabalhos para que nos próximos anos vindouros a gente tenha sim parcerias com as outras IES.
- 4.3 Embora de maneira indiretamente tem se dado de maneira que possa contribuir na medida do possível naquilo que é solicitado a ela de acordo com a natureza das atividades.
- 4.4 Queira sim, queira não nós temos que estar envolvidos politicamente e socialmente, então é sabido que pra que você consiga fazer novos projetos, capacitação de dinheiro pra esses novos projetos você acaba dependendo dos políticos, então acho que essa participação da política e dos políticos e dos governantes ela tem seu papel grande dentro das IES, principalmente no caso da nossa IES que é uma IES estadual, pública e gratuita.
- 4.5 Contribui e contribui muito. Nós sabemos hoje que parte dessa mão de obra que está nas grandes empresas que se instalaram em Mineiros nos últimos dez anos foram formadas dentro das IES aqui, então nós temos ainda muito a contribuir e nós temos também que pensar pra o futuro em cursos ligados a gestão para que a gente possa ocupar não somente os cargos técnicos ou os cargos de produção mas também de gestão.
- 4.6 Tem que partir de nós. Nós sabemos que o governo, que ele ta inchado, ele tem dificuldade no tramitar do dinheiro e se as IES não correrem atrás de trabalhar na parte social o governo fica muito preso a esse trabalho, ao trabalho curativo, vamos dizer assim, e a IES, as IES daqui elas tem que trabalhar no preventivo, então nosso papel social é grande dentro de Mineiros.

5. Dimensão: Informação e Comunicação

- 5.1 Eu creio que o canal é conversa de Diretor para Diretor. Acho que a partir do momento que a gente abrir esse canal efetivamente e abrir os canais de cooperação eu creio que a educação vai melhorar ainda mais e eu não digo, quando eu digo melhorar da educação, não é simples ensino dentro da instituição, mas sim levar isso conforme extensão para a população de Mineiros.
- 5.2 As interlocuções observadas ainda são em caráter pequenino, muito pequeno.

6. Dimensão: Coesão e Inclusão.

- 6.1 Ah! Nós precisamos melhorar essa comunhão e essa proximidade. Eu creio que a gente já poderia estar já trabalhando bem na extensão levando o conhecimento que é gerado dentro das IES hoje para a população. Eu acho que a gente tem, entre aspas, se acovardado em não trabalhar mais fortemente a extensão e a gente sabe que existe uma boa parcela da população Mineirense necessitada dessa extensão.
- 6.2 Olha! A gente tem algumas sobreposições de cursos dentro de Mineiros hoje dentro as IES, é a nossa não tem, até então não tem, e creio que não vai ter, nós temos tentado trabalhar em áreas que as outras IES não trabalham, mas essa sobreposição de curso ela é ruim. Você acaba tendo uma, uma quantidade de vagas ociosas que poderiam estar sendo trabalhadas, eu creio que cada IES aqui poderia estar trabalhando em uma determinada área né, e não sobrepondo, mas a gente sabe que isso tem dificuldade, sabemos que existe a pública paga, a pública gratuita e existe a particular aqui dentro, a gente tem as três modalidades de IES e acaba que nos seus interesses sobrepondo uma sobre a outra.
- 6.3 Temos trabalhado pouco. Nós temos, eu já tenho esse foco de trabalho e eu quero que nesses próximos quatro anos do meu pleito que a gente cresça muito dentro, nosso trabalho, não só de Mineiros mas também na região.
- 6.4 Olha! Eu tenho visto que a gente tem posto a nossa mão no arado, que as IES tem feito suas participações dentro das organizações aqui e eu vejo muito isso

encima da UNIFIMES, o trabalho que ela tem com fundações, com as organizações, eu também quero trabalhar razoavelmente esse ano, mas para o ano que vem trabalhar forte com parceria com essas organizações.

7. Dimensão sociabilidade: Interações Sociais cotidianas.

- 7.1 Ah! Nós temos que melhorar nosso diálogo.
- 7.2 Eu creio que apesar dos pesares nós temos um bom diálogo, mas nós precisamos melhorar muito não só o diálogo, mas as parcerias efetivas, para que a gente possa levar o ensino, em forma da extensão, para a população Mineirense.
- 7.3 Olha! Eu creio que todos, não só a população Mineirense, mas a da região ganharia muito e as IES, é efetivamente quem mais ganharia para o seu crescimento.

8. Dimensão: Autoridade ou Capacitação (EMPOWERMENT) e Ação Política

- 8.1 Ah! Eu acho que a gente pode influenciar mais, nós somos a parte da cabeça pensante dentro do município e eu creio que temos que melhorar nosso papel até de reconhecimento perante a sociedade e até trabalharmos para que a própria população reconheça o trabalho que é feito dentro das IES de Mineiros.
- 8.2 Nós temos um papel significativo, mas talvez, entretanto, porém a gente não tem ocupado esse papel efetivo dentro do município sabemos que parte das decisões acontecem hoje políticas e social dentro do município e aparentemente a gente tem deixado de colocar os nossos posicionamentos.
- 8.3 Eu acho que nós temos ocupado pouco esse papel. Eu creio que nós temos que fomentar mais isso. Eu creio que a formação nos debates até, até a formação crítica dos nossos alunos, nós temos que trabalhar. Fomentando os centros acadêmicos, os diretórios, os grêmios estudantis, para que, não só possamos ensinar esse aluno aquilo que ele vai precisar mas também formar o caráter político-sócio-econômico desse futuro cidadão.

- 8.4 Praticamente nada. Influenciamos pouco, mas a gente que trabalhar isso. Eu creio muito que, que um aluno bem formado é um aluno que sai daqui com o conhecimento que ele precisa ser adquirido dentro da instituição mas também que nós possamos influenciar no do caráter e no posicionamento dele sócio-político.
- 8.5 Eu acho que nós temos nosso espaço, mas nós não ocupamos nosso espaço.
- 8.6 Nós não ocupamos nosso espaço. Nós não temos um vereador eleito aqui dentro para nos defender. Nós temos as IES aqui que necessitam, principalmente a ... e a ..., que é pública, que precisa de verba para, para sobreviver, nós sabemos que, por exemplo no caso da ... ela tem um repasse, nós temos o repasse mais o nosso repasse perante o repasse municipal ele não é obrigatório e por tanto e por isso nós não recebemos esse repasse. Talvez também não recebemos por que não temos um apoio político dentro do poder público hoje para que possa ser repassado isso.
- 8.7 Creio que as IES instaladas em Mineiros não influenciam.
- 8.8 Olha! Eu creio que nós como várias pessoas, detém parte desse conhecimento. Nós temos o entendimento de que nós precisamos influenciar sim, positivamente, influenciar para o crescimento do Município de Mineiros, para que a sociedade aqui seja uma sociedade melhor, o que a gente tem visto ao longo desses últimos dez anos que a sociedade em vez de evoluir tem evoluído e em alguns aspectos, e cabe a nós enquanto IES, também, pensarmos que levar o ensino mas também, temos que sociabilizar algumas áreas que necessitam ser sociabilizadas e que a gente não tem feito isso ou se tem feito poderia fazer mais.
- 8.9 Ah! Eu creio assim, que por, queira sim, queira não, a vontade de todo mundo a gente tem influenciado no crescimento da, do sócio e econômico, desse alunos que saem daqui, então, e espero que também esse alunos saem com a crítica de que precisam melhorar e que também ele tem que influenciar na sociedade positivamente e também que pode ser sim um fomentador de uma sociedade melhor. Então eu creio que antes das instalações dessa IES, que essa educação tinha que ser buscado fora, é, tinha se maior dificuldade para que você influenciasse positivamente, com a chegada dessas IES no município, abriu-se a oportunidade de crescimento de toda a população e

esse crescimento é um crescimento em todas as áreas, inclusive na área financeira.

8.10 Até então, comigo a partir desse ano na direção nenhuma.

APÊNDICE E - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS EC4

1. CARACTERÍSTICA DA IES.

- 1.1. EC4 – Mineiros-GO, Polo Universitário de Apoio Presencial de Mineiros.
- 1.2. O Sistema EC4 é coordenado pela Diretoria de Educação a Distância (DED) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), tendo como Esfera Administrativa Federal.
- 1.3. Em dois dias do mês de março de 2009, a Câmara Municipal de Vereadores de Mineiros aprovou e a Prefeita Municipal de Mineiros Neiba Maria Moraes Barcelos em Gestão no Pleito 2008-2011, sancionou a Lei de criação Nº 1404/2009, que cria o Polo Universitário de Mineiros – Goiás
- 1.4. EC4 Polo Universitário de Apoio Presencial de Mineiros, com extensão das Instituições de Ensino Superior ... e ..., ambas credenciadas no MEC sistema EAD, tendo como Coordenador o ...
- 1.5. Graduação, Pós-Graduação (Latu Sensu) e Extensão.

1.5.1. Graduação

1. Cursos de Graduação à distância - EC4 Polo Universitário de Mineiros					
ANO	CURSO	ANO DE CRIAÇÃO (INÍCIO DO CURSO NA UAB DE MINEIROS)	INSTITUIÇÃO CONVENIADA	QUANTIDADE DE ALUNOS	
				MATRICULADOS	CONCLUINTE (CURSANDO)
2009	Administração Pública	2009		50	Concluintes em 2014 -16 alunos
2010	Artes Visuais	2010		35	Concluintes em 2014 -14
	Educação Física	2010		35	Concluintes em 2014 -14
	Física	2010		26	03 - 7º Per. e Reperc.
2011	Ciências Biológicas	2011		25	06 - 7º Período
2013	Administração Pública	Março/2013		15	08 – 2º Período 2º Período

2013	Ciências Biológicas	Agosto/2013		49	31 – 2º Período 2º Período
2013	Computação	Agosto/2013		22	09 - 2º Período 2º Período
2013	História	Agosto/2013		25	19 - 2º Período 2º Período

1.5.2. Pós Graduação Latu Sensu.

2.Cursos de Pós Graduação à distância - EAD - EC4 Polo Universitário de Mineiros					
ANO	CURSO	ANO DE CRIAÇÃO (INICIO DO CURSO NA UAB DE MINEIROS)	INSTITUIÇÃO CONVENIADA	QUANTIDADE DE ALUNOS	
				MATRICULADOS	CONCLUINTES
2009	Especialização em Metodologia do Ensino Fundamental	2009		50	30
2010	Especialização Educação para a Diversidade e Cidadania	2010		50	23
	Especialização Gestão Pública	2010		50	21
	Especialização Gestão em Saúde	2010		50	21
2011	Especialização em Mídias na Educação	2011		44	24 em fase de conclusão.
2013	Especialização em Gestão Pública	Junho/2013		42	24 em 03/2014
2014	ETAEB – Especialização em Tecnologias Aplicadas ao Ensino de Biologia	Maió/2014		20	Aula Inaugural: 09/05/2014
2014	História e Cultura Afro-Brasileira e Africana	Maió/2014			

1.5.3. Cursos de Extensão à Distância:

3.Curso de Extensão à Distância EC4 Polo Universitário de Mineiros				
CURSO	ANO DE CRIAÇÃO (INICIO DO CURSO NA UAB DE MINEIROS)	INSTITUIÇÃO CONVENIADA	QUANTIDADE DE ALUNOS	
			MATRICULADOS	CONCLUINTES
Gênero e Diversidade na Escola – GDE (200h)	2009		35	22

Curso de Aperfeiçoamento em Educação Integral e Integrada (260h)	2009		24	9
--	------	--	----	---

1.6. Coordenador do Polo Universitário de Apoio Presencial da EC4 de Mineiros.

1.7. Em 2009 tivemos os cursos de:

Nº	CURSOS	INSTITUIÇÃO	MATRICULADOS	CONCLUINTES
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		50	16
	ESPECIALIZAÇÃO EM METODOLOGIA DO ENSINO FUNDAMENTAL		50	30
CURSO DE EXTENSÃO A DISTÂNCIA				
1	GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA		35	22
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO				
1	EDUCAÇÃO INTEGRAL INTEGRADA		24	09

1.8. O Polo Universitário da EC4 de Mineiros considera as duas IES, ... e ... com a Educação a Distância, bastante relevantes para o município de Mineiros e cidades circunvizinhas, visto a importância de todos os cursos existentes (Bacharelado em Administração Pública, Licenciaturas em Artes Visuais, Educação Física, Física, Ciências Biológicas, Computação e História, os cursos de Administração Pública e Ciências Biológicas, temos pelas duas instituições ... e ... -EaD), pois é uma região que está em desenvolvimento, com várias indústrias instaladas, é um município agropecuário e precisa de profissionais capacitados com graduação, especialização e extensão. E o Polo Universitário da EC4, através das duas IES EaD, tem contribuído na formação do ser, nas áreas Administrativas e Pedagógicas, em especial na área de Licenciatura qualificando melhor o profissional da educação que forma as demais profissões e esse é o objetivo maior da EC4, que é oferecer cursos de nível Superior por meio do uso da Metodologia da Educação a Distância.

2. GRUPOS E REDES

2.1. As IES estão vinculadas ao Sistema EC4, a qual, a CAPES através da Diretoria de Educação a Distância - DED formaliza junto aos Reitores das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) o processo de Implantação de Polos de

Apoio Presencial do Sistema UAB, para dar cumprimento à Política Nacional de formação de profissionais do Magistério da Educação Básica, nesse processo os municípios devem submeter a proposta para sediar o Polo.

Portanto, a Educação a Distância das IES do Polo Universitário de Apoio Presencial da EC4 de Mineiros, já possuem suas metodologias de ensino, as quais são vistas e trabalhadas de maneira coletiva, com Seminários Temáticos, (os quais envolvemos a Comunidade Acadêmica e familiares), na Plataforma (desenvolvem as atividades pedagógicas, textos, fórum), Web Conferência (professores ministram aulas EAD desenvolvendo conteúdos das disciplinas ou até palestras referente a algum tema), Momentos Presenciais (Seminários, Apresentações de Trabalhos e AVA (Avaliação de Verificação de Aprendizagem)).

Mesmo com toda essa metodologia diversificada do Ensino EAD, há uma necessidade da organização de grupos, o que às vezes torna difícil a participação dos cursistas, uma vez que estes trabalham no decorrer do dia ou até mesmo a noite. E para a Educação a Distância os alunos criam-se uma disciplina de acordo com a sua realidade, mesmo assim os horários que os tutores estão nos polos, eles tentam organizar momentos de estudos, auxílio à plataforma e construção de projetos de extensão, relacionados com cada curso.

- 2.2.** São grandes os benefícios para as IES, de se fazerem parte de grupos de pesquisa, de projetos, associações, pois isso dá motivação para estudar, aprender novas ideias influenciando positivamente os estudantes na execução e nas ações dos Projetos que norteiam o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão a serem desenvolvidos junto à comunidade. Essa é também uma oportunidade dos Tutores e cursistas interagirem com a comunidade, aproximando-a da instituição, no desenvolver dos projetos, reforçando o compromisso das Instituições de Educação Superior que, além de formar alunos para a cidadania e para o mercado de trabalho, têm a função social de oferecer uma contrapartida para a comunidade que a abriga. As ações sociais têm o papel de criar e fortalecer laços, possibilitando uma colaboração recíproca e fortalecimento da imagem da IES.
- 2.3.** A estrutura organizacional das IES - EaD do Polo de Apoio Universitário da EC4 de Mineiros é composta pelos membros originários da Comunidade

Estudantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, população que tem dificuldade de acesso à Formação Universitária e sociedade em geral nas diferentes áreas do conhecimento.

- 2.4.** Ainda é falha a participação do Polo Universitário da EC4 com outras IES do município de Mineiros, no sentido de maior envolvimento na execução de projetos. É observado que são poucos os projetos de extensão pelos cursos EAD existentes no polo, mas enquanto parceiras, o Polo Universitário da EC4 e a ... são parceiras em relação aos Laboratórios, Biblioteca, acordo firmado entre a Mantenedora - Prefeitura Municipal de Mineiros e a ..., com a ... de Mineiros a gestão passada foi bastante parceira no sentido de divulgação de cursos e a gestão atual também já se mostrou parceira, interagimos também com a Subsecretaria Regional de Educação em projetos como “A Bandeira da Paz”, com a participação da equipe docente e alguns estudantes e ainda participação no Desfile de Aniversário do município de Mineiros, divulgando o Polo Universitário da EC4 que ainda é pouco conhecido.

3. CONFIANÇA E SOLIDARIEDADE

- 3.1.** Sim, dentre as IES instaladas no Município de Mineiros são observadas várias atividades, como projetos (Semana Universitária, Faculdade da Melhor Idade, Projeto de Paisagismo, Projetos de Saúde Bucal, Projetos voltados para a Saúde Comunitária, Semana do Trânsito, Projeto Resgate da Cultura Popular no Abrigo Bezerra de Menezes, Projeto: CIDADE COMO PALCO DE AÇÕES EDUCATIVAS) entre outras, os quais tentam demonstrar para a comunidade ações educacionais com práticas pedagógicas e com propostas em prol da melhoria do processo ensino-aprendizagem, objetivando reduzir os grandes problemas sociais, ambientais e econômicos que o mundo vem sofrendo e conseqüentemente o município de Mineiros.
- 3.2.** Que o Polo Universitário de apoio Presencial da EC4 de Mineiros veio somar com duas excelentes universidades, ... e ..., com estudos totalmente gratuitos e de qualidade dando assim, oportunidade para que todos que almejam ter um curso superior sejam beneficiados. E em se tratando das demais, a qualidade existe, mas às vezes o estudante não consegue cursar devido as

altas mensalidades o que torna difícil a presença do mesmo na Faculdade, sem falar que devido ao trabalho exaustivo esse cursista não consegue frequentar diariamente o curso presencial das IES de Mineiros.

- 3.3.** A cooperação se dá no momento em que as faculdades se unirem para desenvolverem Políticas de Educação com projetos voltados às necessidades da comunidade local de cada IES, da demanda das empresas de maneira geral, demandas de cursos e capacitação de profissionais.
- 3.4.** Nas IES de Mineiros, só pode confiar porque elas buscam atualizar, capacitar seu quadro docente e administrativo, tanto quanto outras de Centros maiores sem falar que Mineiros tem um público acadêmico bastante exigente e com isso percebemos que as mesmas têm evoluído gradativamente, com novos cursos, boas notas no ENADE, ótima avaliação na OAB, credibilidade junto às bolsas Universitárias e FIES.
- 3.5.** Bastante falho a questão de relacionamento entre as IES, às vezes existem comemorações relevantes como Aniversário da IES, Projetos voltados à Comunidade, Trânsito, Saúde, Palestras, etc. o que deveria haver uma maior divulgação nos meios de comunicação em geral e geralmente ocorre num ciclo fechado.
Inclusive nossos alunos precisam de horas atividades e os eventos acontecem e eles assim como nós Polo nem somos convidados. Ultimamente recebemos um ou dois convites.
Não eximindo a nossa culpa só que enquanto EAD ainda não tivemos eventos maiores, somente alguns projetos internos.
- 3.6.** Com certeza, as IES de Mineiros tem buscado capacitar seu quadro de Funcionários Docentes e Administrativos qualificando-os como Especialistas, Mestres ou Doutores e conseqüentemente é melhorado principalmente o ensino e a extensão dos diversos cursos, o que leva a sociedade Mineirense e circunvizinha a ter mais confiança na IES.
- 3.7.** Vejo que de acordo com a necessidade as IES de Mineiros em sua maioria estão dispostas a se ajudarem, seja com palestras, com local para realização de eventos o que precisa é de um maior envolvimento entre as mesmas através de projetos organizados em conjunto com apresentações das ações desenvolvidas e diferenciadas em um único evento. (Ex.: Curso de Educação

Física, Curso de Psicologia, Curso de Ciências Biológicas, Curso de Nutrição, Curso de Farmácia, Curso de Fisioterapia e assim por diante).

- 3.8.** Acredito que o Município de Mineiros seja qual for o projeto, deve ser de grande valia, construído, estudado e analisado por pessoas capacitadas e que tenham conhecimento de causa. Mesmo não atendendo o Polo Universitário de Apoio Presencial da EC4 de Mineiros mas sendo um projeto relevante para o Município terá total consentimento por parte da equipe diretiva do Polo e da Mantenedora.

4. AÇÃO COLETIVA E COOPERAÇÃO

- 4.1.** O Polo Universitário de Apoio Presencial da EC4 de Mineiros, por ser uma Instituição nova e seguir toda uma metodologia da EaD e das Instituições parceiras, ainda não tem desenvolvido projetos em conjunto.
- 4.2.** O Polo Universitário de Apoio Presencial da EC4 de Mineiros não tem em seus registros nenhuma atividade desenvolvida em parceria com outras IES de Mineiros.
- 4.3.** Como dito na pergunta anterior, o Polo Universitário de Apoio Presencial da EC4 de Mineiros ainda não tem participação em atividades com outras IES.
- 4.4.** Dentre os projetos que as IES de Mineiros desenvolvem em loco e na região, existe um alinhamento de boas ações sociais com a participação e envolvimento dos estudantes, os quais apresentam excelentes resultados, tanto para a IES que desenvolve o projeto social como para comunidade que participa, gerando assim principalmente para os universitários, atividades complementares que os qualificam em sua área profissional, além de colocarem seus conhecimentos apreendidos teoricamente em prática.
- 4.5.** Com certeza as IES instaladas em Mineiros contribuem e muito com o desenvolvimento comum da sociedade local e regional no seu todo, qualificando o profissional e conseqüentemente fortalecendo a classe trabalhista nas diversas profissões com os cursos oferecidos em cada instituição.
- 4.6.** A probabilidade é grande, pois as IES buscam promover a democratização do ensino pensando em garantir um processo de formação que contemple a “dimensão técnico-

científica” para o mundo do trabalho e a “dimensão Política” para a formação do cidadão, promovendo o bem estar social.

5. INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO:

5.1. São vários os canais de interlocuções realizados entre as IES instaladas em Mineiros, que buscam mostrar a comunicação nas áreas da Avaliação Institucional, nos projetos desenvolvidos os quais possuem enfoque de interação com estudantes, corpo docente e a comunidade num todo, envolvendo também a utilização de diversos canais de comunicação, como:

- Reuniões presenciais de maneira a planejar ações;
- Tecnologias, e-mails, Facebook, Blog, que levam a troca de mensagens, de fotos, de banners, entre outros, de forma rápida;
- Sítio da IES, Jornal Eletrônico, Revista Eletrônica, que abordam vários aspectos universitários de interesse da comunidade acadêmica; Plataforma do Ambiente Virtual de Aprendizagem que na Educação à Distância, atinge o maior público.

E concluindo temos um grande e importante canal de interlocução entre as IES instaladas em Mineiros, que é a comunicação externa que tem uma importância significativa, uma vez que a boa imagem perante o público interno e externo eleva a chance de que a IES seja reconhecida.

5.2. A interlocução do Polo Universitário de Apoio Presencial da EC4 de Mineiros tem acontecido de acordo com as normas padrão das IES parceiras UFG e UEG EaD, através da Mídia Virtual, Folders de Divulgação, Cartazes, Visitas, Notícias em Rádios, Facebook da Prefeitura e do Polo e Jornais, a qual tem atendido uma região de grande abrangência como Mineiros, comunidade escolar e sociedade em geral, cidades circunvizinhas: Santa Rita do Araguaia, Portelândia, Perolândia, Alto Taquari, Costa Rica, Chapadão do Céu, Alto Garças, Caiapônia, Jataí, proporcionando aos estudantes a possibilidade de levar adiante os seus estudos, trazendo para perto a educação gratuita e de qualidade, além da qualificação da mão-de-obra que está sendo disponibilizada para o mercado de trabalho com cursos de Graduação em Administração e Licenciatura, cursos de Pós-Graduação e cursos de

Extensão que visam a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica e Gestores.

6. COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL

6.1. O grau de comunhão ou proximidade entre as IES instaladas em Mineiros e a comunidade local, pode acontecer através de ações pedagógicas desenvolvidas juntamente com o professor e com a comunidade acadêmica. Ações estas, que objetivam metas que venham contribuir com a prática social e ao mesmo tempo levar os estudantes a consolidarem o embasamento teórico estudado.

Sendo assim, as IES estarão contribuindo com a formação de um profissional melhor preparado, com qualidade e comprometimento com a sociedade.

Os eventos que as IES tem apresentado, seja através de exposição ou mostras de projetos, palestras e outros, comungam as ações desenvolvidas, que em grande parte mostram mudanças de atitudes com a comunidade em geral.

6.2. As características das IES instaladas em Mineiros interferem nas relações intercambiais entre elas. Partindo do pressuposto poder econômico, percebe-se que tem um grande percentual de estudantes que fazem cursos diurnos, porque tem um poder aquisitivo maior, enquanto uma minoria financiam ou entram por sistemas de cotas. E hoje Mineiros tem uma variedade de cursos, oportunizando o estudante a optar pelo curso desejado, inclusive os de grande demanda e não mais cursar por não ter opção, o que leva os futuros profissionais a terminarem seus cursos superiores e estes já saem empregados e é claro, diante de algumas profissões o piso salarial é maior e consequentemente possibilitará maior status social.

6.3. O Polo Universitário de apoio Presencial da EC4 de Mineiros tem como parceiras a ... e ..., com curso de Graduação, Especialização e Extensão, porém cumpre-se as normas das IES citadas que com a EaD não difere dos cursos presenciais das referidas IES, sendo assim, os cursos EaD existentes no Polo EC4 de Mineiros tem buscado participar de atividades promovidas pela comunidade civil em Mineiros, os quais citamos: Bandeira da Paz; Desfile

Cívico; Copa Tio Marcelo; dentre outros. Sabendo da necessidade e importância dessa interação com a comunidade civil, as coordenações de cursos tanto da ... quanto da ... têm cobrado mais dos cursos iniciados em agosto de 2013, através dos tutores e Coordenação do Polo, que são os responsáveis diretos dos estudantes, projetos para desenvolverem e atuarem junto a comunidade.

- 6.4.** As IES instaladas em Mineiros têm participado na formação de profissionais capacitados e éticos, nas diversas áreas profissionais, como: pedagogos, administradores, contabilistas, engenheiros (florestal, agrônomos, civis), farmacêuticos, odontólogos, psicólogos, fisioterapeutas, advogados, agrônomos, nutricionistas, Medicina Veterinária, Educação Física, Sistemas de Informação, dentre outros cursos que atuam junto à sociedade e ainda nas atividades promovidas pela sociedade, participação em eventos, congressos, seminários, campanhas de vacinação, doação de sangue, doações voluntárias através de trotes solidários, exposição agropecuária, exposição e festa cultural, festas juninas, concursos e outros.

7. SOCIABILIDADE – INTERAÇÕES SOCIAIS COTIDIANAS.

- 7.1.** O diálogo entre as IES instaladas em Mineiros tem acontecido com uma certa riqueza de projetos que visam o mesmo objetivo, que é o diálogo, a participação, o envolvimento com a comunidade, a divulgação das IES, a comunicação, isto através das produções de conhecimentos que envolvam o tripé ensino, pesquisa e extensão, os quais são indispensáveis para o diálogo entre as IES.
- 7.2.** Em se tratando do diálogo entre essa IES (Polo Universitário de Apoio Presencial da EC4 de Mineiros) EAD e outros segmentos da sociedade local, percebo que ele está acontecendo sucessivamente, uma vez que o Polo Universitário de Apoio Presencial da EC4 de Mineiros mesmo sendo divulgado em mídias, virtual, através de cartazes, ainda não é do conhecimento de toda comunidade local, mas mesmo assim os cursos do Polo Universitário de Apoio Presencial da EC4 de Mineiros EAD, através das instituições ... e ..., juntamente com os tutores e os estudantes estão desenvolvendo projetos

educacionais, projetos de extensão, participando de projetos de intervenção na sociedade local e circunvizinha.

- 7.3.** Das IES estatais instaladas em Mineiros, existem os sistemas de ensino presencial e EaD - Educação a Distância, mesmo com a metodologia de ensino diferenciada, os benefícios em estabelecer um processo colaborativo entre as IES são grandes, pois temos duas universidades públicas ofertando cursos de graduação e especialização na EC4, para as camadas da população que tem dificuldades de acesso a formação universitária e juntamente com outras IES surgem as ações advindas dos vários projetos, os quais proporcionam uma infinidade de atividades que beneficiam a comunidade local e regional, seja na educação, na saúde, nas empresas, no comércio, na agropecuária, etc. (Entrevista interrompida pela concedente).

APÊNDICE F - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA CONCEDIDA PELA EC5

1. Caracterização da IES

- 1.1 EC5
- 1.2 EC5 na verdade ela tomou essa bandeira ... a partir de 2011 devido ao fato do Sistema ... de ensino poder ter a necessidade de atuar em todas as dimensões nas escolas particulares. Então ela tem origem as suas raízes no Sistema ... de Ensino na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, e a partir do ano de 2011, EC5, através do qual nós podemos entrar com essa bandeira também, em outras instituições particulares com bandeiras como Positivo, Pitágoras e outras denominações, Ângulo, também, escolas conveniadas com outros sistemas de ensino, e partindo para o campo superior, do ensino superior com a Bandeira
- 1.3 Instalada em Mineiros no ano de 2008, como um polo né, no Curso de Ciências Contábeis, no segundo semestre de 2008, com uma turma de 37 alunos.
- 1.4 Credenciado como Universidade a partir de 2011.
- 1.5 É, Graduação, Pós-Graduação (lato Sensu) e Extensão.
- 1.6 Eu sou o Coordenador do Polo na cidade.
- 1.7 Nós começamos primeiramente apenas com uma turma de Ciências Contábeis, com 37 alunos, desses alunos nos formamos 22.
- 1.8 O Curso oferecido na época, considero importante na época por que, é, embora outras instituição, mais especificamente a ..., já oferecesse, o Curso, a EC5, colaborou por oferecer o curso no sistema semi-presencial, o que facilitou para a formação daqueles que queriam fazer o curso mas não podiam fazer no sistema presencial.

2 Dimensão Grupos e Redes

- 2.1 Na verdade ela começou com o sistema ... de ensino, depois veio um pool, um pool de empresas da Inglaterra, que compraram o sistema ... de Ensino e,

e eles continuaram com a bandeira do ensino superior com uma nova proposta, ai denominou-se então EC5, como polo na cidade de Ribeirão Preto e na cidade de São Paulo com um Centro Universitário.

- 2.2 Olha, na verdade a escola ela já tinha convênio com o Sistema EC5 de Ensino e ai eles oportunizaram o ..., por sermos mantenedores aqui na cidade de Mineiros de Ensino Médio, Ensino Fundamental e Ensino Infantil, com, com, nós somos conveniados com esse sistema, como nós temos tampem na cidade um espaço amplo para atividades noturnas, ai nós casamos essa ideia também, para trazer um curso superior dentro da nossa cidade.
- 2.3 Originou-se primeiramente com o Sistema EC5 de ensino na cidade de Ribeirão Preto.
- 2.4 Nós temo uma boa relação com todas as instituições, tanto com a ..., com ..., com a ..., mas o bojo do nosso sistema é o ensino a distância, então ele é totalmente diferente talvez, da plataforma de atividade de um curso regular, como a ..., como a ..., e os nossos cursos por serem com aulas semipresencial e aula 100% WEB acaba tornando uma maneira diferente de atuação, porém com as instituições, com a direção, com as mantenedoras nós temos uma bora relação aqui dentro da cidade.

3 Dimensão: Confiança e Solidariedade

- 3.1 Olha, Mineiros, a uns dez anos ele tem tomado um perfil de cidade universitária e ... com certeza incentiva... nós temos aqui a formação, ... primeiramente nós temos algumas instituições já de, já formatadas dentro da cidade de Mineiros, Centros Universitários, a cidade tomou uma dimensão diferente a partir do final do anos 90, a necessidade de expandir, a necessidade de qualificar as pessoas, também, e essa interação, entre os centro universitários de instalados na cidade de Mineiros, proporciona a cidade um bom trabalho, uma boa relação e um... proporciona um desenvolvimento e uma qualificação melhor para sua sociedade.
- 3.2 No primeiro momento nós pensávamos que seria um pouco mais difícil, mas o mercado de trabalho hoje, na cidade, ele oferece espaço para crescimento de todas as instituições. O nosso sistema de ensino ele é diferente, como já

foi citado, como citei anteriormente, ele é diferente por ser semipresencial e cursos 100% WEB, nós temos a oportunidade de oferecer pra aqueles que não tem oportunidade de cursar, ... é a sua faculdade regular, é ... de estarem na faculdade apenas uma vez por semana. E nós temos uma boa relação com todas as instituições.

- 3.3 Cada uma na sua maneira de ser, ela atua, nós atuamos como parcerias, através de interação, através de convites para realização de seminários, através de convites para alguns programas específicos, de formação, de extensão, de pós graduação, nós temos assim uma cultura de boa relação entre uma e a outra e a outra instituição.
- 3.4 Eu acredito que Mineiros tem crescido significativamente no ponto de vista dessa confiabilidade Divino, a a dimensão de ensino superior cresceu, a cidade cresceu, a dinâmica da cidade também, com relação a questão social tem crescido constantemente, a necessidade de qualificação pessoal, as empresas exigindo mais, isso tem proporcionado com que as instituições se tornem mais confiáveis, tanto no ponto de vista das instituições de ensino a distância, como as instituições de ensino superior com aulas presenciais.
- 3.5 A nosso ver mais..., é mais no sentido de conversação mesmo.
- 3.6 Principalmente nesses últimos cinco anos. É, Mineiros, acredito que nesses últimos cinco anos ganhou seus polos de centro universitários aqui em nossa cidade.
- 3.7 Geralmente professor, nós... as nossas relações estão estabelecidas através de eventos, algumas programações no calendário acadêmico. Como por exemplo, nos cursos de pedagogia, semana universitárias, semanas de relações pedagógicas, semanas de programas de extensão, semanas de programas dos diversos cursos que são determinados no calendário acadêmico, nós, principalmente através de convites para as relações entre nossos acadêmicos, inclusive, também com relação aos nossos profissionais, qualificação dos nossos profissionais.
- 3.8 A UNISEB interativa, ela tem um cunho diferente com relação as demais instituições. Por que? Nós temos um vínculo diretamente com a cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, através do Sistema EC5, posteriormente nós nos tornamos EC5, então a maioria de nossas ações, elas são pautadas no calendário acadêmico da instituição estabelecida naquela cidade, porém, nós

não deixamos de ter um vínculo com as atividades desenvolvidas no nosso município, sempre que somos convidados, nós procuramos atender e estabelecer uma relação, uma parceria juntamente com as instituições e com o governo municipal também.

4 Dimensão: Ação Coletiva e Cooperação

- 4.1 Embora nós tenhamos poucas oportunidades no sentido de desenvolver projetos específicos, mas sempre que necessário, nas atividades de ação social, nós procuramos desenvolver algumas, alguns elementos que pudessem colaborar para que fosse desenvolvido dentro do nosso município essas atividades.
- 4.2 Na área de formação e qualificação, daqueles, dos profissionais da educação principalmente, que o bojo de nossa instituição, na área de ação social, como por exemplo, uma campanha desenvolvidas dentro da cidade. E sempre que somos convidados nós estamos dispostos também a contribuir para esse trabalho junto a nossa instituição, a nossa sociedade.
- 4.3 Geralmente nós temos congressos desenvolvidos na nossa instituição, nas outras instituições também, através de projetos desenvolvidos principalmente nas instituições de cunho governamental, através da prefeitura municipal, do ensino público, e sempre que somos convidados nós estamos dispostos a participar, por exemplo, os projetos de ação social, projetos de apoio a ação social, os projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, pela UNIFIMES também, que tem no seu bojo também a questão do ensino público e sempre que temos a oportunidades, nós colaboramos através desse projetos.
- 4.4 Professor as ações político sociais elas são, são fundamentais dentro do contexto do que se vive a cidade de Mineiros atualmente. Não tem como as instituições de ensino superior estarem fora desse projeto. Politicamente falando nós precisamos de ações diretas que aqui contribuam para o desenvolvimento do nosso município. Socialmente falando, todos nós todos estamos inseridos nesse contexto, então a participação ela é fundamental, necessária e ela deve ser colocada também de maneira eficaz e

continuamente dentro da nossa instituição. Então eu creio, a meu ver, que na nossa participação ela é direta e necessária para o desenvolvimento e colaboração das ações políticas e sociais dentro do nosso município.

- 4.5 Com a emancipação política do nosso município, desenvolvimento comercial, as ações que foram tomadas pelo governo..., governo municipal, Mineiros, nos últimos dez anos, ela, ... ela cresceu significativamente. Com a chegada de novas empresas e indústrias para o nosso município, nós tivemos a necessidade de estar qualificando, de produzir cientificamente, trabalhos que cooperasse para o desempenho e o desenvolvimento dessas empresas e as nossas instituições elas estão, creio eu, muito bem preparadas para qualificar, para estender e para participar politicamente e contribuir pra o crescimento do nosso município.
- 4.6 A interação entre uma e a outra. A necessidade, principalmente da... do corpo de gestão dessas instituições estarem aproximando-se mais um do outro para, contribuir para o bem estar social do nosso município.

5 Dimensão: Informação e Comunicação

- 5.1 Professor, a maioria do nossos profissionais, eles, ... eles tem um elo de ligação entre uma instituição e a outra instituição. Por exemplo, na minha instituição, na instituição que eu represento nós temos vários profissionais, que formaram na sua instituição. Eu tenho também, pessoas que formaram na minha instituição que já estão atuando dentro da sua instituição também. A melhor maneira, então, seria então o corpo a corpo. Nós não podemos, também, deixar de lembrar da questão do uso do equipamento tecnológicos, da tecnologia da informação. As TIs, elas tem assim, fornecido um subsídio muito importante para nós tenhamos essa interlocução, e também o contato direto. Eu já falei anteriormente, a questão da gestão, a proposta, a divulgação, os trabalhos, os projetos que são desenvolvidos. Isso também, é de fundamental importância, para que nós tenhamos essa inteiração e conseqüentemente poderemos nos comunicarmos uns com os outros.
- 5.2 Como dissemos anteriormente, Mineiros tem um ... Mineiros nos últimos dez anos ela mudou o seu contexto social. Então a necessidade de formação, de

qualificação tem mudado a mente das pessoas e da sociedade em geral. Consequentemente o índice de cobranças, o índice de ... da necessidade de prestarmos serviços educacional com uma melhor qualidade ela faz frente a essa necessidade. Obviamente falando disso, o ensino superior, ele a necessidade fazer algumas transformações, algumas modificações. Então as nossas instituições elas precisam de se organizarem melhor, elas precisam interagir mais uma com a outra, e obviamente que isso vai facilitar o trabalho e o desenvolvimento de nossa sociedade.

6 Dimensão: Coesão e Inclusão.

6.1 Não se dá.

6.2 Professor, com o advento da vinda das empresas, principalmente a ... a BRF, ETH, hoje ODBRECH, frigoríficos, a cidade trouxe consigo também muitas pessoas de fora. Os trabalhos, diria assim, os cargos ocupados de ponta nessas empresas geralmente são oferecidos às pessoas que eram qualificadas fora do Município. Consequentemente, as pessoas que estão trabalhando nessas empresas, elas começaram a enxergar a necessidade de ter uma formação, uma qualificação melhor. As nossas instituições de ensino superior no nosso município, já começaram ... já enxergaram essa questão. Hoje nós temos cursos de extensão, pós graduação, algumas oportunidades para mestrado, não dentro do município, mas a busca dessa qualificação. Consequentemente, todas as instituições de ensino superior, estão com os olhos nesse mercado também, e a necessidade que a própria sociedade acaba empurrando para as instituições de ensino superior prepararem melhor esse profissional. Com isso temos aí um *status social*, acima dos cursos oferecidos, a estrutura organizacional precisa ser mudada, a administração também, dessas instituições precisam ser mudadas, e isso vão interferir direta e indiretamente nas relações entre as nossas instituições.

6.3 A EC5 enquanto uma instituição interativa ela tem procurado a cada dia, inclusive através de orientação do nosso polo central na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, fazer um trabalho de todos os níveis, social, político, econômico e os cursos que nós oferecemos, eles também, proporcionam a

oportunização para que a cidade, o município, veja o nosso interesse em participar dessas atividades. Então quando isso é promovido tanto pela comunidade civil, pela ... pela a sociedade em geral, nós procuramos atuar de uma maneira que seja prestativa. somente as aulas e o ciclo de palestra que pode ser disponibilizada à sociedade.

- 6.4 Professor, creio eu que todas as instituições hoje, estão envolvidas com as instituições não governamentais. Um Exemplo, por exemplo ... um exemplo na nossa instituição. A Pastoral da moradia em Mineiros, nós temos um trabalho anual, desenvolvido pela nossa instituição, de construir uma casa para um morador, na verdade não é construir, é colaborar, através dos nossos ..., dos nossos alunos, dos nossos mantenedores, dos nossos profissionais, fazer com que nós estejamos inseridos nesse contexto, colaborando significativamente. Não só no ponto de vista da Pastoral da Moradia, mas com em todos outros projetos também, de ação social, na área de saúde, na área de manutenção de algumas instituições, de algumas instalações públicas no nosso município também.

7 Dimensão sociabilidade: Interações Sociais cotidianas.

- 7.1 Nós ainda estamos caminhando para uma melhoria. As instituições, elas tem ... um cunho diferente uma da outra, nós somos uma instituição privada, nós visamos o recurso, nós visamos lucro, não adianta nós fugirmos dessa ideia, porém, nós temos a necessidade manter uma boa relação entre as nossas instituições, por isso nós temos parcerias, nós temos contato, nós temos colegas de trabalho que atuam, tanto do ponto de vista da gestão, como a promoção da suas ações dentro da instituição, que nós conseguimos manter uma boa relação e esse diálogo é feito praticamente no boa a boca, todos os dias.
- 7.2 Tanto público, como privado, sempre que há necessidade, nós temos as portas abertas. Creio eu que todas as instituições de ensino estão com ... elas estão preparadas, estão receptivas a esse diálogo, a ter ... é uma disponibilidade de pessoas, de efetivos, para colaborar para o desenvolvimento, para o crescimento da sociedade.

7.3 Como eu disse, a cidade tem crescido, ah ... a questão social chega também, os problemas sociais chegam também, no nosso município. A gente tem visto a questão da violência, a questão da formação educacional, a questão de trabalhos com princípios, com valores, a fomentação de algumas atividades que são necessárias e inerentes ao desenvolvimento social da cidade. Então a parceria ela é fundamental. Nós não podemos fugir da questão da parceria. Tanto das instituições estatais, como as privadas do nosso município. Então creio eu que, ..., ..., ..., ... e as demais instituições que nós conhecemos aqui, elas tem uma respeitabilidade com relação a esse processo de colaboração entre uma e a outra e principalmente com a área de desenvolvimento social do nosso município seja ela pública ou privada.

8 Dimensão: Autoridade ou Capacitação (EMPOWERMENT) e Ação Política

8.1 Talvez a EC5 seja a instituição mais nova no Município. Nós temos que aprender com a demais instituições. Nós estamos crescendo, sabemos das nossas dificuldades, das nossas limitações, mas a participação e a decisão junto ao processo da nossa ... da coletividade de nosso município, ela tem que acontecer. Então de acordo com o processo. De acordo com as coisas que vão acontecendo, professor, nós vamos atuando, nós vamos procurando atuar, mas geralmente nós procuramos buscar exemplos, nos bons exemplos que nós já temos no nosso município.

8.2 Até bem pouco tempo nós tínhamos bem menos instituições de ensino superior no nosso município. Houve um crescimento populacional, a necessidade dessa transformação. Nós tivemos um olhar, com relação a essa questão, e a formulação e a a execução dessas políticas públicas elas são necessárias, algumas transformações são necessárias. O que nós fizemos...? Como nós atuamos nessa execução dessas atividades. Nós procuramos desenvolver um papel, primeiramente ... de informação, de interação juntamente com as demais instituições e dentro das suas necessidades, nós procuramos atuar dentro das nossas possibilidades.

8.3 O poder público hoje ele necessita das instituições de ensino superior, seja do ponto de vista do legislativo, do judiciário, do executivo, nós temos a

necessidade de estabelecer um vínculo de contato com essas instituições. Hoje por exemplo, todas as instituições elas estão ligadas, direta ou indiretamente com esses poderes. Então de acordo com as necessidades, o papel ... ele é fundamental, principalmente na qualificação, na formação e na execução de alguns processos de ajuda, de auxílio junto a esses órgãos.

- 8.4 Fundamental e necessária. Hoje nós temos uma cidade que praticamente dobrou o seu número de habitantes, os problemas sociais estão à nossa porta, a questão da necessidade de qualificação para suprir as necessidades das empresas, tanto daqueles que chegaram quanto já estão na nossa cidade. Então nós precisamos atuar de forma decisiva e essas decisões tem que ser em forma de parceria, não tem como fugir dessa realidade, e também, de suprir as necessidade que o mercado econômico necessita, atualmente dentro de nossa cidade.
- 8.5 A própria necessidade das atividades políticas, sociais e econômicas de nosso município, faz-se necessário com que nossas instituições instaladas aqui no nosso município, tenha uma ... uma, não só uma formulação, mas como também, um preparo para atender essas solicitações e as demandas políticas, econômicas e sociais de nossa sociedade.
- 8.6 Se nós formamos esse cidadão, obviamente que esse ... esse homem ele vai estar atuando dentro desse mercado. A cobrança será maior, nós necessitamos de que essa pessoa seja consciente, racional e que seja representativo dentro de nossa sociedade, conseqüentemente as decisões políticas, econômicas, sociais, elas são necessárias. Então nós precisamos implementar o nosso trabalho para, ... da melhor maneira possível, para que o desenvolvimento aconteça, local e regionalmente falando. Neste aspecto, nós interferimos, direta e indiretamente, na formação da mão de obra, até pela própria necessidade.
- 8.7 Se nós observarmos hoje a necessidade da qualificação na nossa, ... no nosso município, nós vamos entender que estamos diretamente ligados a essa questão da influência. Um exemplo: Questão social. A EC5 hoje, nós ... nós formamos já três turmas de serviço social. A necessidade de atuação na educação, nas instituições públicas e privadas, na ... na área jurídica. Nós temos hoje pessoas formadas, não só na nossa instituição, que tem representatividade governamental, formadas aqui dentro das instituições de

nosso próprio município. Secretários, políticos... pessoas que tem pessoas que estão ligadas diretamente a formação das nossas instituições, que tem uma representatividade diretamente, não só na nossa cidade com também na nossa região e no estado.

- 8.8 Professor, como disse na resposta anterior, nós temos hoje, pessoas atuando, que foram formadas nestas instituições, que já estão atuando, que já atuam na formulação dessas políticas. Como por exemplo, o atual Secretário Municipal de Administração de nossa cidade, é fruto do trabalho de uma instituição, ... da instituição pública de nossa cidade. De uma instituição de ensino superior da nossa cidade. A Secretaria de Ação Social, a maioria dos profissionais que atuam, é fruto do trabalho das instituições de ensino superior da nossa cidade. Então como advento das transformações políticas, econômicas e sociais do nosso município, as instituições de ensino superior, elas formulam e executam essas políticas públicas, direta e indiretamente em todas as suas ações, amplas, gerais e irrestritas.
- 8.9 Quando cheguei em Mineiros, em 1995, nós tínhamos apenas uma instituição de ensino superior, hoje nós contamos, se não me engano, com cinco instituições de ensino no nosso município. Cada uma na sua maneira, na sua ... na sua maneira de representação, na sua maneira de atuar, logicamente que respeitando, umas às outras, agora como que elas interferiram? No passado, o município tinha um cunho apenas de uma política para a pecuária e a cultura de campo. Na verdade a nossa necessidade era essa. Ela se transformou nesses últimos dez anos. Hoje a qualificação, a preparação desse profissional se faz necessário. O que que acontece, as nossas instituições, elas interferem, elas influenciam e as decisões tem que serem tomadas. Quem é que vai trabalhar isso? As instituições de ensino superior do nosso município. E essa interação, o trabalho entre uma e ... e a entre essas instituições vão fortalecer a influência e a tomada de decisões que vão favorecer o desenvolvimento de nossa cidade.
- 8.10 Embora sejamos uma instituição de ensino privada, nós temos boa relação, tanto com o governo municipal como com algumas representatividades do governo estadual e federal também. E nós procuramos manter uma boa relação, de trabalho, de servir e de ser útil dentro da nossa sociedade. Creio

eu que é uma das funções das instituições de ensino superior do nosso município.